



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
Instituto de Letras - IL
Departamento de Lingüística, Línguas Clássicas e Vernácula - LIV
Programa de Pós-Graduação em Lingüística - PPGL

**CHARGES ELETRÔNICAS DAS ELEIÇÕES 2006:
UMA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA**

Décio Bessa da Costa

Brasília
2007

Décio Bessa da Costa

**CHARGES ELETRÔNICAS DAS ELEIÇÕES 2006:
UMA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística, do Departamento de Lingüística, Línguas Clássicas e Vernácula, do Instituto de Letras, da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Lingüística.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Izabel Santos Magalhães

Brasília
2007

Décio Bessa da Costa

**CHARGES ELETRÔNICAS DAS ELEIÇÕES 2006:
UMA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, do Departamento de Linguística, Línguas Clássicas e Vernácula, do Instituto de Letras, da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Linguística.

Aprovada em 9 de março de 2007.

Banca Examinadora



Profa. Dra. Maria Izabel Santos Magalhães (LIV/UnB – orientadora) – Presidente



Profa. Dra. Maria Christina Diniz Leal (Pesquisadora Associada – LIV/UnB) – Membro



Prof. Dr. André Ricardo Nunes Martins (Nelis/Ceam/UnB) – Membro

Prof. Dr. Guilherme Veiga Rios (Nelis/Ceam/UnB) – Suplente

Dedicatória

Para Karina, Isabelle, Maria e Guilhermina.

Agradecimentos

A DEUS.

À minha esposa, por todo amor, companheirismo e apoio.

À minha filha, pelo sorriso que me traz felicidade.

À minha mãe, por estar sempre ao meu lado.

À minha irmã, pelas lutas compartilhadas.

A Gilvan e Giovanni, dois homens muito especiais.

À Marta, Santana, Eliana e Elisângela, pelo carinho.

À Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e ao corpo docente, discente e funcional do Campus X, pelo apoio recebido.

À prof^ª Izabel, pela confiança, atenção, incentivo, apoio e orientação na caminhada.

À prof^ª Maria Christina, ao prof. André e ao prof. Guilherme, por aceitarem o convite para compor a Banca examinadora desta dissertação e compartilhar seus conhecimentos.

À Josenia, Jacinta, Denize, Maria Luiza, Marcos, Aryon, Ana Suelly, Daniele, Enilde, Heloísa, Hildo e Marta, do PPGL, pela grata convivência nesses dois anos.

À Prof^ª Maria Francisca, Prof. Lunguinho, Prof. Sanderson e Prof^ª Eliete pela valiosa contribuição no percurso.

Às/aos participantes da pesquisa, pela receptividade e ajuda fundamental.

A Maurício Ricardo, pela colaboração.

Aos queridos e às queridas colegas de pós-graduação, pela alegria de conhecê-los/as.

À Liana e Ronaldo (o filósofo), pelo afeto que nos une em todas as horas.

A Ronaldo (o lingüista), pelas horas e horas de estudos, discussões e amizade.

À Luzia, Elcivanni, Frederico, Carmem, Bosco, Viviane, Cecília, Cida, Tatiana, por compartilharem teorias, angústias e sorrisos.

À Rachael, pela prontidão em ajudar.

À turma do CEAM, pela companhia prazerosa nos trabalhos das semanas, dos fins de semana e dos feriados.

À Valéria, Yuzan, Júnior e Daniel, que também trabalharam no Natal e Ano Novo.

Às queridas e queridos que oraram por mim.

Às/aos eternas/os colegas: Fabiana, Morena, Tarcísio, Glória, Isaías, Rubecleuza, Emerson.

A Darlan, Felipe e Sullivan, com quem compartilhei sonhos.

A Andherson, Gláucia, bebê, Saimon, Margareth e bebê, por estarem perto na distância.

Aos amados amigos e amadas amigas, por serem o que são.

Resumo

Esta pesquisa tem como propósito realizar uma análise de discurso crítica de charges eletrônicas do primeiro turno das eleições presidenciais de 2006. Para isso, foram escolhidos cinco textos desse gênero discursivo publicados em agosto e setembro no *site www.charges.com.br*. O arcabouço teórico do estudo tem como base a Análise de Discurso Crítica e se fundamenta principalmente nas abordagens de Fairclough (trad. 2001 e 2003) e de Chouliaraki e Fairclough (1999) que fazem uma aproximação com a Ciência Social Crítica dentro de uma perspectiva que é desenvolvida nesta pesquisa: os aspectos lingüístico-discursivos. Desenvolvendo uma pesquisa qualitativa, dentro dos pressupostos metodológicos da Análise de Discurso Crítica, os textos são analisados por meio do significado acional, significado representacional e significado identificacional (Fairclough, 2003), e o discurso é compreendido como um elemento das práticas sociais. A ideologia é examinada no *corpus* considerando principalmente o trabalho de Thompson (1995). Para favorecer as análises, desenvolveu-se uma discussão sobre charge eletrônica, mídia e política. Além disso, foram realizadas entrevistas com participantes da pesquisa e com o autor das charges eletrônicas. Os resultados encontrados demonstram o importante papel da linguagem (e de outras semioses) na atualidade; a validade dos estudos de gênero, discurso e estilo para a compreensão de questões sociais; a demanda de mais pesquisas sobre textos multimodais, eletrônicos/digitais e sobre as relações entre mídia e política. Constatou-se que, por mais que as charges eletrônicas utilizem formas simbólicas que seriam contestatórias da ideologia, o modo como a corrupção é apresentada nos textos pode colaborar para a manutenção da mesma. Por outro lado, a discussão sobre recepção e as entrevistas realizadas chamam a atenção para o fato de que não há interpretação única por parte dos diferentes atores sociais que têm acesso aos textos.

Palavras-chave: charge eletrônica, discurso, ideologia, eleições, política, mídia.

Abstract

This study is a critical discourse analysis of electronic political cartoons on the first round of the 2006 presidential elections. Thus, five texts, published on the site *www.charges.com.br* in August and September were chosen. The theoretical framework for this study is Critical Discourse Analysis, based mainly upon work by Fairclough (1992; 2003) and Chouliaraki and Fairclough (1999), who draw upon Critical Social Science as it relates to linguistic-discursive issues, also considered in this research study. Given this study's qualitative nature and its adherence to Critical Discourse Analysis methodological precepts, the cartoons are analysed according to action, representational and identificational meanings. Ideology studied in the corpus is based mainly upon Thompson (1995). With a view to better contextualizing the analysis, a discussion on electronic political cartoons, the media and politics is developed. Further, interviews were conducted with research participants as well as with the political cartoonist. Results indicate the importance of language (and other semioses) in today's world; the relevance of genre, discourse and style studies in grasping social issues; the need for more research studies on multimodal, electronic/digital texts as well as on relations between the media and politics. Moreover, it becomes evident that although these virtual political cartoons use symbolic forms to contest ideology, the former may nevertheless contribute to reinforcing ideology through their treatment of corruption. At the same time, both the discussion on response to these cartoons as well as the interviews conducted highlight that there is no one interpretation from the different social actors with access to these electronic texts.

Key words: electronic political cartoons, discourse, ideology, elections, politics, media.

Convenções para transcrição

Ocorrência	Sinais
Pausa mais longa	...
Truncamento	/
Incompreensível	(...)
Comentários do transcritor	((minúsculas))
Prolongamento de vogal	: ou :: ou :::

Lista de ilustrações

Lista de figuras

Figura 1: <i>Concepção tridimensional</i>	22
Figura 2: <i>Texto, Interação e Contexto</i>	22
Figura 3: <i>Abordagem sócio-cognitiva</i>	25
Figura 4: <i>Gênero na LSF</i>	37
Figura 5: <i>Síntese teórica da ADC</i>	46
Figura 6: <i>Pesquisa empírica como um processo circular</i>	70
Figura 7: <i>Série de TV</i>	78
Figura 8: <i>Urna</i>	78
Figura 9: <i>Classe baixa</i>	78
Figura 10: <i>Classe média</i>	78
Figura 11: <i>Classe alta</i>	79
Figura 12: <i>Abertura do programa</i>	79
Figura 13: <i>Campanha no YouTube</i>	79
Figura 14: <i>Restaurante</i>	81
Figura 15: <i>Gravata, bóton e chuchu</i>	81
Figura 16: <i>Programa de Lula na TV</i>	83
Figura 17: <i>Mamonas assassinas</i>	83
Figura 18: <i>Indecisos</i>	83
Figura 19: <i>Lula</i>	84
Figura 20: <i>FHC</i>	84
Figura 21: <i>Classe baixa 2</i>	90
Figura 22: <i>Classe alta 2</i>	91
Figura 23: <i>Lula</i>	94
Figura 24: <i>FHC</i>	95
Figura 25: <i>FHC</i>	99
Figura 26: <i>CE no formato do YouTube</i>	102
Figura 27: <i>Foto Delúbio</i>	102
Figura 28: <i>Bandido</i>	110
Figura 29: <i>Relacionados</i>	110
Figura 30: <i>Daniel</i>	111

Figura 31: <i>Indecisos 2</i>	115
Figura 32: <i>Lula</i>	116
Figura 33: <i>Montagem fotográfica</i>	116

Lista de quadros

Quadro 1: <i>Modos de operação da ideologia</i>	30
Quadro 2: <i>Recontextualização da LSF na ADC</i>	36
Quadro 3: <i>Representação de atores sociais</i>	43
Quadro 4: <i>CE – características e elementos</i>	85
Quadro 5: <i>CE – escala, estabilização, homogeneização</i>	85
Quadro 6: <i>CE – Pré-gênero, subgênero, gênero situado</i>	86
Quadro 7: <i>CE – estrutura multimodal</i>	86
Quadro 8: <i>CE – cadeia de gêneros</i>	87
Quadro 9: <i>CE – hibridismo de gênero</i>	87
Quadro 10: <i>CE – atividades</i>	88
Quadro 11: <i>Discursos de “Classes sociais e o voto”</i>	100
Quadro 12: <i>Discursos de “Deputado no YouTube (2)”</i>	101
Quadro 13: <i>Discursos de “Não dá liga”</i>	103
Quadro 14: <i>Discursos de “No horário eleitoral...”</i>	105
Quadro 15: <i>Discursos de “Bois don’t cry”</i>	106

Sumário

Introdução.....	13
Capítulo 1 – Fundamentação teórica.....	15
1.1 Análise de discurso crítica	15
1.1.1 A lingüística sistêmico-funcional (LSF)	16
1.1.2 A lingüística crítica (LC)	18
1.1.3 A análise de discurso crítica (ADC)	20
1.2 Ideologia.....	27
1.3 A abordagem de Fairclough (2003)	33
1.3.1 Significado acional.....	36
1.3.1.1 Gênero discursivo.....	36
1.3.1.2 Intertextualidade.....	39
1.3.2 Significado representacional.....	41
1.3.2.1 Significado das palavras.....	41
1.3.2.2 Interdiscursividade.....	42
1.3.2.3 Representação dos atores sociais.....	43
1.3.3 Significado identificacional.....	44
1.3.3.1 Modalidade.....	44
1.3.3.2 Avaliação.....	45
1.4 Síntese teórica da ADC.....	46
Capítulo 2 - Charges eletrônicas: mídia e política.....	48
2.1 Charges eletrônicas.....	48
2.1.1 Humor.....	50
2.2 Mídia.....	52
2.3 Política.....	54
2.3.1 Democracia.....	54
2.4 Mídia e política.....	61
2.5 CE: mídia e política.....	66
Capítulo 3 - Metodologia.....	68
3.1 A pesquisa qualitativa.....	68
3.2 O método de análise de discurso crítica (ADC).....	69
3.2.1 Análise de discurso textualmente orientada (ADTO).....	70

3.3 O <i>corpus</i> e o passo-a-passo da pesquisa.....	71
3.3.1 A construção do <i>corpus</i>	71
3.3.2 Imagens em movimento e com áudio.....	72
3.3.3 Entrevistas.....	73
3.3.4 O processo das análises.....	75
Capítulo 4 - Análise das charges eletrônicas.....	77
4.1 Textos analisados.....	77
4.1.1 “Classes sociais e o voto”.....	77
4.1.2 “Deputado no YouTube (2)”.....	79
4.1.3 “Não dá liga”.....	80
4.1.4 “No horário eleitoral...”	82
4.1.5 “ <i>Bois don’t cry</i> ”	83
4.2 Significado acional.....	84
4.2.1 O gênero charge eletrônica.....	84
4.2.2 Intertextualidade.....	89
4.3 Significado representacional.....	95
4.3.1 Significado das palavras.....	95
4.3.2 Interdiscursividade.....	99
4.3.3 Representação dos atores sociais.....	107
4.4 Significado identificacional.....	117
4.4.1 Modalidade.....	118
4.4.2 Avaliação.....	119
Considerações finais.....	124
Referências.....	136
Apêndice.....	147
Apêndice A – Roteiro para as entrevistas.....	148
Anexos.....	149
Anexo A – Charge eletrônica: “Classes sociais e o voto”.....	150
Anexo B – Charge eletrônica: “Deputado no YouTube (2)”.....	152
Anexo C – Charge eletrônica: “Não dá liga”.....	155
Anexo D – Charge eletrônica: “No horário eleitoral...”.....	158
Anexo E – Charge eletrônica: “ <i>Bois don’t cry</i> ”.....	161
Anexo F – Entrevista 1 – Raquel.....	163
Anexo G – Entrevista 2 – Luciana.....	166

Anexo H – Entrevista 3 – Kátia.....	168
Anexo I – Entrevista 4 – Geraldo.....	171
Anexo J – Entrevista 5 – Jorge.....	173
Anexo L – Entrevista 6 – Damião.....	176
Anexo M – Entrevista com o autor das charges eletrônicas: Maurício Ricardo Quirino.....	178

Introdução

Cara leitora ou caro leitor¹, darei um destaque inicial a três perspectivas que se relacionam a esta dissertação: a linguagem, a mídia, a política. É lugar comum falar da importância da linguagem para a vida social, mas não o é perceber o papel preponderante que a linguagem tem exercido nos últimos tempos, principalmente tratando-se da intensificação das mudanças sociais. A lingüística tem reconhecido o texto como unidade de comunicação básica e algumas áreas dentro da disciplina têm centrado o foco no discurso², considerando que a realização dos textos acontece dentro de práticas sociais.

Grande parte das transformações contemporâneas relaciona-se aos avanços tecnológicos – os meios de comunicação servem como exemplo. Rádio, TV e mais recentemente a Internet têm mudado a forma de nos relacionarmos com o mundo. Com certeza, isso também afeta a política. Um campo de enorme importância para a vida das pessoas, mas que tem sido marcado por desgastes e descrédito. Os ideais de liberdade, democracia, justiça social convivem com corrupção, impunidade e um sistema econômico excludente.

É neste cenário que se situa esta dissertação. Tratando de questões sociais que se relacionam à mídia e à política, meu objetivo principal foi desenvolver uma análise de discurso crítica de charges eletrônicas (um novo gênero discursivo ligado a mudanças tecnológicas) que se referem ao primeiro turno das eleições presidenciais de 2006. Analiso um gênero do ‘universo digital’ que mescla linguagens, humor, crítica e que, dessa forma, age socialmente fazendo representações de eventos e práticas sociais, além de colaborar no processo de identificação de atores sociais. Nessa esteira, também observo questões ideológicas nos textos.

Comprovando o potencial que os estudos de linguagem têm em relação às pesquisas sociais, procuro responder as seguintes questões:

- 1) Como o gênero discursivo se apresenta e age por meio das charges eletrônicas selecionadas?
- 2) Como os discursos estão representados nos textos?
- 3) Como acontece o processo de identificação nos textos?

¹ Com o intuito de colaborar para as discussões sobre gênero social, mais especificamente a utilização do ‘masculino genérico’, utilizo nesta pesquisa a marcação explícita de gênero e procuro alternar a primeira e segunda posição como forma de não privilegiar nem o feminino, nem o masculino.

² Considerando que esta é uma pequena introdução da dissertação, apresento e discuto conceitos como ‘discurso’, ‘prática social’, ‘texto multimodal’ no Capítulo 1.

Para responder a essas questões adoto, no Capítulo 1, uma fundamentação teórica de base lingüística com enfoque no social – a Análise do Discurso Crítica (ADC), principalmente por meio das abordagens de Norman³ Fairclough (trad. 2001, 2003⁴); e Lilie Chouliaraki e Fairclough (1999). Registro um pouco da história da ADC, aportes, compreensões científico-sociais e apresento categorias analíticas. Faço também uma discussão sobre ideologia com base em diferentes autores, porém, focalizando o trabalho de John B. Thompson (1995). Encerro com uma sistematização da teoria.

A orientação teórico-metodológica de considerar o discurso em relação dialética com outros momentos das práticas sociais demanda um conhecimento de outras disciplinas que estejam ligadas às ciências sociais, além de um trabalho consistente de base lingüística e a percepção da imbricação entre linguagem e sociedade. Para a prática desses atravessamentos, o Capítulo 2 traz conhecimentos das ciências sociais para lançar luz a questões pertinentes à mídia (com o olhar voltado principalmente a mídia eletrônica e as charges com animação), política e questões sociais.

O percurso da pesquisa e a metodologia empregada para realizá-la estão descritos no Capítulo 3. Nele, apresento as razões porque optei pelo desenvolvimento de uma pesquisa qualitativa e pela escolha da Análise de Discurso Crítica como método. Também é apresentada a trajetória do trabalho, com ênfase na seleção do *corpus*; nas entrevistas com participantes e com o autor dos textos; e na exposição do processo de análise.

As análises encontram-se no Capítulo 4, no qual as charges eletrônicas selecionadas são descritas e interpretadas com base nos significados (acional, representacional e identificacional) dos textos, considerando o contexto sócio-histórico, questões de ideologia e as perspectivas de produção (entrevista com o autor dos textos) e recepção (entrevistas com participantes da pesquisa). Parte das questões de pesquisa está respondida nesse Capítulo.

Outros resultados são comentados nas considerações finais, nas quais apresento algumas reflexões sobre o processo de investigação e também conclusões sobre as análises. Apresento, também, possíveis desdobramentos que esta pesquisa pode ter.

³ Optei pelo registro do nome dos autores e autoras sempre que citá-los/as pela primeira vez e também nas referências no final do trabalho. Algumas razões para essa escolha são: colaborar para a familiarização com a autoria e contribuir para a identificação de ‘autora’ e ‘autor’.

⁴ Traduzi todas as citações de originais em inglês.

Capítulo 1

Fundamentação teórica

Apresento neste Capítulo a fundamentação teórica de base para esta dissertação. Início falando da análise de discurso crítica e, em seguida, comento sucintamente sobre seu percurso histórico por meio das subseções que tratam da lingüística sistêmico-funcional, da lingüística crítica e da própria análise de discurso crítica. Como a pesquisa aborda questões de ideologia, apresento uma discussão sobre esse tema, para depois tratar da abordagem central para as análises (orientada pela obra de Fairclough, 2003). Encerro o Capítulo fazendo uma síntese teórica com base nas discussões.

1.1 Análise de discurso crítica

As diversas transformações que têm ocorrido no seio da sociedade nos últimos tempos demandam reflexão, teorização e análises. O papel da linguagem nesse processo de mudanças tem sido cada vez mais reconhecido e isso tem gerado novas necessidades para a pesquisa social. *Pari passu* os estudos lingüísticos têm se voltado também para a ‘exterioridade’, para a percepção da relação entre linguagem e sociedade – em termos mais propícios a esta dissertação, resalto: o estudo do discurso na relação entre a linguagem (materializada em textos) e sociedade (analisada nas práticas sociais e suas interseções com estruturas sociais e eventos sociais).

A Análise de Discurso Crítica (ADC⁵) tem cumprido esse papel na perspectiva da lingüística, mas também tem servido e se propõe a colaborar com as análises oriundas das ciências sociais. Para Teun A. van Dijk (2003, p. 10), “A Análise de Discurso Crítica é um movimento internacional que pode ser visto como uma resposta a [...] avaliações fundamentais entre o discurso e a sociedade”.

Para Lilie Chouliaraki e Norman Fairclough (1999) há, na ADC, um diálogo entre uma variedade de teorias, principalmente teorias sociais de um lado e teorias lingüísticas de outro. Isso favorece uma perspectiva de trabalho interdisciplinar e encaminha para um projeto mais arrojado: de transdisciplinaridade, segundo Fairclough (2003). Assim, teorias

⁵ Utilizo o termo Análise de Discurso Crítica (ADC) como tradução de ‘Critical Discourse Analysis’ (CDA), considerando a discussão de Izabel Magalhães (2005). Em algumas outras pesquisas da área, tem sido utilizado o termo Análise Crítica do Discurso (ACD). Esclareço que o referente dos termos é o mesmo.

sociológicas, por exemplo, colaborariam para o desenvolvimento de uma teoria de discurso e métodos de analisar textos.

Em *Discurso e mudança social* (1992, trad. 2001) Fairclough apresenta sua discussão teórica sobre discurso sob o título de ‘Teoria Social do Discurso’ (TSD⁶). Ao escrever com Chouliaraki em 1999, ela e ele dizem que compreendem a ADC como teoria e método. Por essa razão, é comum encontrar definições como a última ou definições do tipo: a TSD refere-se à teoria e a ADC à metodologia. Nesta pesquisa, estou considerando a ADC como teoria e método; objetivando um melhor entendimento do trabalho, faço a distinção neste Capítulo e no Capítulo 3.

Um enfoque presente na ADC é a análise de textos para a compreensão das práticas sociais em uma perspectiva dialética; isso a diferencia de outras abordagens em análise de discurso, segundo Izabel Magalhães (2004). Essa autora, que introduziu essa área de estudos no Brasil (Magalhães, 1986), destaca a Análise de Discurso Textualmente Orientada (ADTO) como esse diferencial e como uma diretriz teórico-metodológica para o desenvolvimento de estudos na área.

Como forma de registrar um pouco do percurso histórico da ADC, apresentarei a seguir algumas sínteses mais significativas do seu processo de desenvolvimento, baseadas em correntes teóricas⁷: a lingüística sistêmico-funcional; a lingüística crítica e a ADC, propriamente dita.

1.1.1 A lingüística sistêmico-funcional (LSF)

O criador da teoria e principal expoente da mesma é Michael Halliday. Sua obra *An introduction to functional grammar* (Uma introdução à gramática funcional) foi lançada em 1985 e teve sua segunda edição publicada em 1994. Juntamente com Christian Matthiessen, publicou a terceira edição em 2004, a qual foi amplamente revisada e recebeu acréscimos. A teoria tem sido desenvolvida e utilizada por muitos pesquisadores em diversos países e é uma área de estudos bem consolidada e produtiva. Um dos espaços de encontro e discussão mais importante é o ‘International Systemic Functional Congress – ISFC’ (Congresso Internacional de Sistêmico-Funcional), que em 2006 foi realizado no Brasil (PUC-SP) – o 33º congresso.

Apresentarei algumas noções da teoria sintetizando considerações de Halliday (1994, p. xiii-xiv). O autor comenta que o arcabouço conceptual de sua teoria é funcional em vez de

⁶ Magalhães (2006) tem utilizado o termo ‘Teoria Crítica do Discurso’ (TCD) com a intenção de dar ênfase ao aspecto crítico da teoria.

⁷ Magalhães (2004) denominou essa divisão da seguinte forma: etapas da arqueologia da ADTO.

formal, por isso lingüística sistêmico-*funcional*. Ele apresenta a perspectiva funcional em três sentidos distintos (apesar de relacionados entre si). A teoria é funcional em sua interpretação:

- (1) de textos;
- (2) do sistema;
- (3) dos elementos da estrutura lingüística.

No item (1), *interpretação de textos*, a teoria é funcional, porque é projetada para descrever como a linguagem é *usada*. Segundo ele, qualquer texto (qualquer coisa dita ou escrita) tem um contexto. Além disso, é o uso da linguagem que molda o sistema. O modo como a linguagem é organizada não é arbitrário, é funcional em relação às necessidades humanas. Daí se compreende porque é uma gramática ‘natural’, porque dá explicações considerando como a linguagem é usada.

Halliday observa, a respeito de (2), *interpretação do sistema*, que os componentes fundamentais do *sentido* na linguagem são funcionais e todas as línguas organizam-se em dois tipos principais de sentido, que são chamados de ‘metafunções’ nessa teoria:

- (i) o ‘ideacional’ ou reflexivo
- (ii) o ‘interpessoal’ ou ativo

Eles são as manifestações no sistema lingüístico de dois dos propósitos mais gerais, os quais estão na base de todos os usos da linguagem:

- (i) compreender o ambiente, a experiência de mundo – ideacional;
- (ii) interagir com outras pessoas (nesse ambiente) – interpessoal.

Combinado com os dois existe uma terceira metafunção:

(iii) a textual – que operacionaliza a língua, dando-lhe uma textura dentro de contextos situacionais concretos, entrelaçando significados na rede da estrutura lingüística. Nisso, percebemos como o contexto sócio-histórico é importante para a LSF (e conseqüentemente para a ADC); como a materialização lingüística apresenta características de situação e cultura nos textos.

E assim são conhecidas as três metafunções da teoria sistêmico-funcional: ideacional, interpessoal e textual.

Por fim, o item (3), *interpretação dos elementos da estrutura lingüística*, indica que cada *elemento* em uma língua é explicado por sua função no sistema lingüístico total. Halliday salienta que a gramática funcional constrói todas as partes da linguagem (por exemplo, orações e frases) como configurações orgânicas de funções. Ou seja, cada parte é interpretada como funcional em relação ao todo.

O autor observa ainda que, desde os antigos gregos, primeiro estudavam-se as formas

das palavras (morfologia), depois os gramáticos exploravam a forma da frase (sintaxe) e depois questionavam: O que essas formas significam?

Na gramática funcional a direção é invertida, essa é a proposição de Halliday. A linguagem é interpretada como um sistema de significados, acompanhado por formas por meio das quais o significado pode ser realizado. E a questão muda então para: Como esses significados são expressos? Isso indica que as formas da linguagem têm diferentes perspectivas: são meios para um fim, em lugar de serem um fim em si mesmas.

Veremos, no decorrer desta dissertação, como essas concepções são basilares para a ADC. Um exemplo a dar, neste instante, pode ser relacionado à compreensão da linguagem como um meio para atingir um fim: Aldo Rebelo (Presidente da Câmara dos Deputados) e Renan Calheiros (Presidente do Senado), no episódio da proposta de aumento salarial de 91% para os parlamentares em 2006, utilizaram os termos ‘equiparação’ salarial e ‘correção’ salarial em vez de ‘aumento’ salarial. Esse recurso lingüístico, essa escolha lexical, não foi inocente ou gratuita – foi um meio para um fim.

1.1.2 A lingüística crítica (LC)

Os estudos críticos da linguagem não são tão recentes. As discussões de Mikhail Bakhtin, nos anos 20 do século passado, são exemplos disso. Contudo, um trabalho substancial começou a ganhar força desde 1970, na Europa Ocidental e na América Latina (Chouliaraki e Fairclough, 1999). Um desses propulsores foi o grupo que desenvolveu a Lingüística Crítica (LC).

A LC emergiu no final dos anos 70 como uma lingüística instrumental na linha proposta por Halliday, desenvolvendo uma análise do discurso público criada para chegar à ideologia codificada implicitamente por detrás de proposições abertas, em particular no contexto das formações sociais.

Essa é uma apresentação sintética feita por Roger Fowler (2004⁸) sobre a LC. Fowler, Gunther Kress, Robert Hodge e Tony Trew publicaram em 1979 a obra *Language and control* (Linguagem e controle), uma das principais referências dos trabalhos nessa área.

O conceito de crítica que era subjacente aos trabalhos relacionava-se às ciências sociais sob a influência da Teoria Crítica⁹ (Escola de Frankfurt), objetivando a reflexão sobre

⁸ Publicado originalmente em inglês, em 1996. In: CALDAS-COULTHARD, Carmem. R. & COULTHARD, Malcolm (Org.). *Texts and practices: readings in critical discourse analysis*. Londres: Routledge. p. 3-14. [Tradução de Débora de C. Figueiredo e Delcimeris S. de Oliveira].

⁹ Uma Teoria Crítica da sociedade com pressupostos do marxismo que se contrapunha à Teoria Tradicional (cartesiana). Segundo Wodak (2004), “as tarefas da teoria crítica eram ajudar a recordar um passado que corria o risco de ser esquecido, lutar pela emancipação, esclarecer as razões dessa luta definir a natureza do pensamento crítico em si”.

as imposições do sistema em relação às pessoas e como esse processo naturalizava situações que precisavam ser revistas, como as diversas formas de opressão, o racismo, o sexismo. A concepção da emancipação faz-se presente nessa perspectiva e, por conseguinte, a objetiva-se a mudança.

Toda essa perspectiva crítica deveria fluir com as análises lingüísticas, daí a preocupação de Fowler, Kress e outros estudiosos em estabelecer mais sistematicamente o modelo. Fowler (2004) destaca as observações de Kress de que, além de servir em diversos trabalhos para a leitura desmistificadora de textos considerados ideológicos, o intento de fornecer um instrumental para a mudança social demandava avanços, entre os quais estavam: a inserção do ‘discurso’ nas análises e também a consideração do papel do leitor e da leitora, que deixavam de ser encarado como recipientes passivos.

Uma questão séria que precisava ser observada, segundo Fowler (2004), era a formalização do método para aperfeiçoar a técnica de análise. Como veremos em relação à ADC, essa também era uma preocupação de Fairclough que resultou nas obras de 1992 (trad. 2001) e 2003. Fowler (2004), conforme já foi observado, demarca a forte relação entre a LSF e a LC, mas destaca a complexidade daquela e a falta de textos que facilitem a sua compreensão. Ele esclarece que, para as análises, era feita uma seleção de concepções lingüísticas da LSF e que apesar disso a prática era considerada difícil.

Estabelecendo uma interligação com a Seção 1.3, é possível perceber que, em 2003, Fairclough dá um salto qualitativo na proposta metodológica de análise, principalmente ao procurar apresentar as teorias de forma sintética e prática, facilitando inclusive sua aplicabilidade. Alguns dizem que a obra de 2003 é uma simplificação, outros que é uma apresentação econômica da teoria e do método (no sentido de ser um texto menos denso e sem um linguajar restrito a lingüistas com larga experiência). Creio que ocorreram avanços em relação à preocupação da LC e que se estendeu para a ADC, mas sinto particularmente que ainda é necessário repensar a apresentação principalmente para os iniciantes na área. Talvez seja necessário pensarmos em escrever alguns textos mais acessíveis e, quem sabe, mais didáticos, para assim favorecer, por exemplo, os princípios político-sociais da LC e da ADC. A esse respeito, van Dijk (2001, p. 97) é mais incisivo:

O estilo esotérico é inconsistente com os objetivos fundamentais de pesquisa crítica, isto é, que ela possa ser compartilhada com outros, especialmente também por grupos dominados. O obscurantismo promove imitação cega, em vez de percepção. A ADC deve ser ensinável¹⁰, e conseqüentemente compreensível. Se os estudantes não nos compreendem, eles não podem aprender conosco, nem nos criticar. Teorizações complexas e análises não

¹⁰ No original em inglês: ‘teachable’.

requerem um jargão obscuro e percepções profundas não necessitam de formulações enigmáticas.

Fowler (2004), tratando da LC, destaca a importância de se trabalhar com o contexto (“circunstâncias históricas, econômicas e institucionais relevantes”), pois ele é fundamental para o trabalho com a descrição lingüística. O autor chama a atenção para o fato de que a concepção de ‘linguagem’ e de ‘sociedade’ devem ser consideradas dentro de uma inseparabilidade dialética. Essa percepção tem se fortalecido nos trabalhos de ADC.

Encerrarei esta Seção apresentando e discutindo duas observações de Fowler sobre ideologia nos trabalhos da LC. Uma refere-se à maneira como os trabalhos da LC tratavam a ideologia. Mesmo buscando de forma crítica observar, por exemplo, discriminações sociais presentes nos textos, havia um problema ao considerar a ideologia como um sistema de ‘crenças implícitas’ que “constituem o ‘senso comum’” (2004). A outra observação se refere à necessidade de perceber a ideologia além das estruturas de vocabulário e oração, considerando também, significados que não têm representação na superfície lingüística.

Esse último ponto teve dois avanços em relação aos últimos trabalhos em ADC. O primeiro é um aprimoramento nas análises mais focadas nos textos, por meio de categorias analíticas que lançam luz às questões ideológico-discursivas. O segundo é uma relação explícita com teorias sociais que tem colaborado para análises que superam o que é estritamente lingüístico.

Sobre ideologia, como veremos na Seção 1.2, muitas pesquisas em ADC têm tomado como referencial o trabalho de John B. Thompson (1995) que considera a ideologia na perspectiva negativa e não na perspectiva ‘neutra’, dentro de uma compreensão crítica de ideologia.

Diante desse panorama de perspectivas e trabalhos em LC e ADC, concordo com a ponderação de Magalhães (2004), que considera a possibilidade de entender a ADC como uma continuidade da LC, mas que não se reduz a esta.

1.1.3 A análise de discurso crítica (ADC)

Ruth Wodak (2004¹¹) considera a forte ligação entre a LC e a ADC, mas relaciona algumas características diferenciais da ADC, a qual além de se interessar por questões de ideologia, trabalha com especial empenho a relação entre linguagem e poder, considerando as práticas sociais e os contextos de uso da linguagem como básicos. Falando sobre ‘discurso’ e sobre as análises, ela destaca:

¹¹ Publicado originalmente em inglês, em 2001. In: WODAK, Ruth & MEYER, Michel (Org.). *Methods of critical discourse analysis*. Londres: Sage. p. 1-13. [Tradução de Débora de C. Figueiredo]

Nos últimos tempos, o termo ADC tem sido usado, mais especificamente, para referir-se à abordagem lingüística crítica adotada por pesquisadores que consideram a unidade mais ampla do texto como a unidade comunicativa básica. Essas pesquisas se voltam mais especificamente para os discursos institucional, político, de gênero social e da mídia (no sentido mais amplo), que materializam relações mais ou menos explícitas de luta e conflito.

Nesta pesquisa, por exemplo, as análises são de textos da mídia, em um novo gênero discursivo. Esses textos explicitam/implicitam lutas discursivo-ideológicas em uma das principais esferas de poder político: a presidência da República – o poder executivo, situando-se dentro de um contexto sócio-histórico em que se pleiteou a ocupação daquele cargo/espço.

A crítica colabora para a percepção e a visibilidade das relações de causa e efeito nas questões sociais. Essas relações, de um modo geral, vão sendo naturalizadas e estabelecem distorções; por isso é fundamental analisá-las. Essa foi uma das idéias registradas por Fairclough em 1985, no artigo *Critical and descriptive goals in discourse analysis* (Metas críticas e descritivas em análise do discurso), publicado no periódico *Journal of Pragmatics* (Revista de Pragmática). Nesse texto, Fairclough utilizou pela primeira vez o termo ‘Análise de Discurso Crítica’. Hoje a ADC é uma área disciplinar (que se estabelece com relações interdisciplinares, multidisciplinares ou mesmo transdisciplinares) reconhecida internacionalmente.

Para Wodak (2004), esse reconhecimento, em uma perspectiva integrada de área de pesquisa, aconteceu em grande parte com um grupo científico de estudos que se iniciou em um simpósio em Amsterdã e que contou com a participação de pesquisadores como: van Dijk, Fairclough, Kress, Theo van Leeuwen e a própria Wodak. Outros reforços imprescindíveis foram as várias publicações de autores da área, além do lançamento da revista *Discourse and Society*, em 1993.

Além da produção de algumas pesquisadoras e pesquisadores no Brasil, uma revista que tem trabalhos desde 1995 com temas relacionados à ADC é *Cadernos de Linguagem e Sociedade*. Em 2005, a revista DELTA (Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada) publicou uma edição especial sobre ADC.

Cada vez mais a ADC tem colaborado para as discussões das transformações econômicas, culturais e sociais da contemporaneidade (Wodak, 2004; Magalhães 2004 e 2005). Um trabalho recente nessa perspectiva é *Language and globalization* (Linguagem e globalização), publicado em 2006, de autoria de Fairclough. Esse mesmo autor, um dos maiores expoentes em ADC, propõe fornecer abordagens para a análise lingüística de textos (ver Seção 1.3). Muitas das discussões de Fairclough e possibilidades de estudos estão ligadas, por exemplo, ao novo capitalismo.

Uma obra de Fairclough que contribuiu para a consolidação da ADC é *Language and power* (Linguagem e poder). “Meu principal foco neste livro será tentar explicar convenções existentes como o resultado de relações de poder e luta de poder”, diz o autor (1989, p. 2). Além de análises, ele traz discussões teóricas como as que relacionam ‘discurso’ à prática social, poder, senso comum, ideologia, reservando um Capítulo para tratar do “Discurso na mudança social” (p. 197). Em 1992, esse último tema recebe um destaque especial no livro *Discourse and social change* (Discurso e mudança social, que foi traduzido no Brasil em 2001), no qual o autor também desenvolve um referencial teórico-metodológico. Desse trabalho, surgiu a concepção tridimensional do discurso:

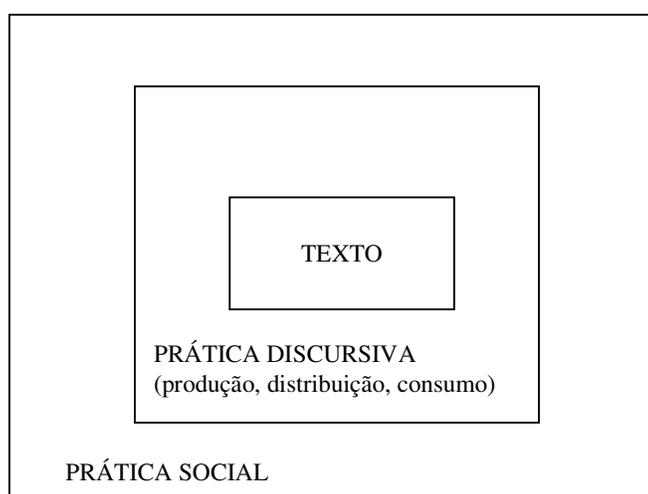


FIGURA 1: *Concepção tridimensional* (Fairclough, trad. 2001, p. 101)

Essa concepção, graficamente representada, é um aprimoramento em relação à de 1989:

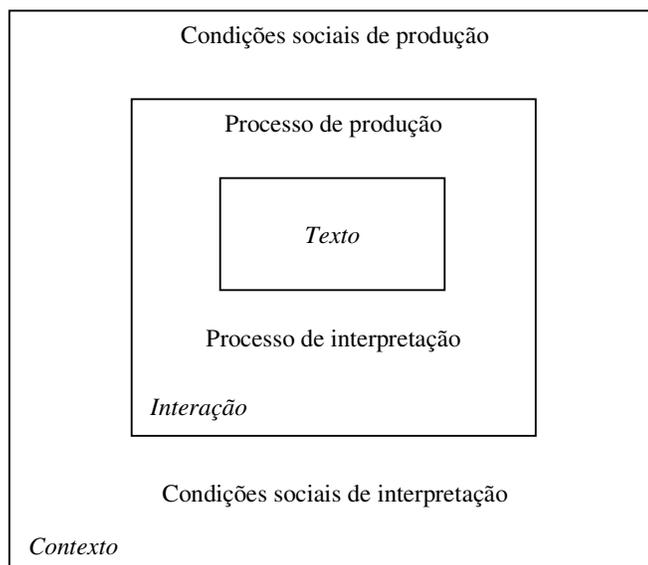


FIGURA 2: *Texto, Interação e Contexto* (Fairclough, 1989, p. 25)

Mantendo a relação com a lingüística sistêmico-funcional, em *Discurso e mudança social*, Fairclough considera as macrofunções da linguagem propostas por Halliday (1985), mantendo a macrofunção ‘ideacional’ e ‘textual’ e bipartindo a macrofunção ‘interpessoal’ em: ‘identitária’ (“relaciona-se aos modos pelos quais as identidades são estabelecidas no discurso”) e ‘relacional’ (“como as relações sociais entre os participantes do discurso são representadas e negociadas”) (Fairclough, trad. 2001, p. 92).

Em 1999, Chouliaraki escreve com Fairclough *Discourse in late modernity: rethinking Critical Discourse Analysis* (Discurso na modernidade tardia: repensando a Análise de Discurso Crítica). Como indica o título do livro, a autora e o autor repensam as noções teóricas e necessidades metodológicas para o estudo do discurso na modernidade tardia¹² (também denominada pós-modernismo¹³) centrado na perspectiva da ADC. Um dos avanços principais para a área é o foco do livro no diálogo entre a Teoria Social Crítica e a lingüística. Um outro desenvolvimento é a noção de discurso como um dos elementos das práticas sociais (ver Seção 1.2).

A linguagem (em uma perspectiva lingüística, referindo-se aos elementos verbais) e outros sistemas semióticos são também discutidos correlacionadamente na obra de 1999. Embora o foco do livro esteja centrado em questões lingüísticas, a própria reflexão sobre o discurso na modernidade posterior provocou a apresentação do tema, mesmo de forma sucinta. Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 50) dizem: “A dialética sistema-texto tem de ser compreendida envolvendo outros sistemas semióticos assim como a linguagem – semiótica corporal (gesto, toque, proximidade), semiótica visual (imagem estática e em movimento) e a semiótica de som e música”.

Para os fins analíticos desta pesquisa, o foco também é a discussão lingüística, no entanto, o próprio gênero do *corpus* demanda a compreensão das demais materialidades semióticas presentes. Utilizei estratégias de descrição das imagens e dos sons e de interpretação e explicação particulares, centradas principalmente nas percepções da cultura brasileira (as breves considerações sobre as cores nos textos, por exemplo) e correlacionei sempre que necessário o verbal e o não-verbal.

¹² Termo utilizado por Anthony Giddens (1991) para designar a contemporaneidade, a qual apresenta diversas mudanças em relação à era moderna, uma série de intensificações nas relações econômicas e tecnológicas e de tempo e espaço, por exemplo, mas que não se constitui em uma era pós-moderna completamente. Outras formas de tradução possíveis para ‘late modernity’ são: ‘modernidade posterior’ e ‘modernidade recente’.

¹³ Pós-modernismo como um processo que está ocorrendo, não está concluído e precisa ser considerado como algo que coexiste com práticas da ‘era moderna’ ou mesmo anteriores a ela. Práticas contrapostas ou contraditórias podem ser observadas nas relações de desigualdade entre países ou mesmo dentro de países como o Brasil, onde residem o/a morador/a da megalópole que se relaciona e atua virtualmente por meio de tecnologia avançada e o/a morador/a do interior que não tem acesso à água tratada e nem à energia elétrica.

Mesmo não tendo utilizado o aparato analítico explicitamente, são relevantes nesta dissertação as contribuições teóricas de Kress e van Leeuwen, nas obras *Reading images: the grammar of visual design* (Lendo imagens: a gramática do design visual), de 1996, e *Multimodal discourse: the modes and media of contemporary communication* (Discurso multimodal: os modos e meios de comunicação contemporânea), de 2001. Sobre os objetivos, eles dizem (1996, p. 18): “Desejamos que nossas idéias ajudem a qualquer interessado/a em comunicação a ver em imagens não somente o estético e expressivo, mas estrutura social, dimensões políticas e comunicativas”.

Em *Reading images*, os autores, além de apresentar um arcabouço teórico, também desenvolvem um arcabouço descritivo. O intento seria fornecer um instrumental para análise visual que atendesse a propósitos práticos e críticos. Dessa forma, eles acreditavam que esse trabalho serviria para as pesquisas em ADC, que, ou analisavam apenas textos verbais, ou partes verbais em textos multimodais (textos com mais de uma modalidade semiótica). No livro, a concepção de macrofunções da linguagem de Halliday (1985) é também aplicada e compreendida referindo-se ao design visual.

Em 2001, Kress e van Leeuwen consideram outras formas semióticas (além da visual) e procuram demonstrar que “o significado é criado em muitas maneiras diferentes, sempre, nos muitos modos e meios diferentes, os quais estão co-presentes em um conjunto comunicacional” (p. 111). Alguém poderia argumentar que a prestigiada linguagem verbal escrita produz significação de forma ‘monomodal’¹⁴. As perguntas que se seguiriam na discussão poderiam ser: Mas o produto textual foi manuscrito ou impresso? Está na Internet ou em papel? Qual o tipo de letra? Qual o tamanho da fonte? A semiótica visual é inquestionavelmente co-presente. O verbal na oralidade é o som.

Os autores também ampliam a discussão teórica com a reflexão sobre práticas discursivas de produção e de interpretação.

Essas duas últimas obras citadas foram influenciadas também por uma obra anterior (1988), de Hodge e Kress: *Social semiotics* (Semiótica social). Eles definiram semiótica como “o estudo geral de *semioses*, que são os processos e efeitos de produção e reprodução, recepção e circulação de sentido em todas as formas, usados por todos os tipos de agentes de comunicação” (p. 261) [grifo do original]. Assim, a semiótica social interessa-se pelo fenômeno da utilização das diversas formas semióticas pelas sociedades humanas.

Em 2003, Fairclough fala sobre a necessidade de se observar as modalidades

¹⁴ Apesar da discussão que apresento, o termo monomodalidade pode ser encontrado referindo-se à escrita, por exemplo, por não incluir explicitamente imagens (gravuras, fotografias...).

semióticas presentes nos textos e sua combinação quando se estiver fazendo análises de gênero, por exemplo (ver Capítulo 4, Seção 4.2.1). Nessa obra, *Analyzing discourse: textual analysis for social research*, o autor amplia suas discussões e reorganiza o instrumental teórico-metodológico para a análise de textos (ver Seção 1.3 neste Capítulo).

Fiz, até este momento, uma apresentação mais delongada de obras de Fairclough (mesmo porque é com base principalmente nelas que faço minhas análises nesta pesquisa), mas é preciso registrar que existem outras formas de trabalho em ADC e com uma qualidade muito consistente. Apresento a seguir, abordagens de van Dijk e Wodak¹⁵.

Um dos autores que muito contribui para o desenvolvimento da ADC é van Dijk. Desde os anos 70, ele trabalha com texto, discurso e prática social. De acordo com Wodak (2004), “como outros teóricos da lingüística crítica, ele traça as origens do interesse por unidades lingüísticas maiores que a frase, e de como os significados dependem do texto-contexto”. Van Dijk desenvolve uma abordagem que relaciona cognição e discurso. Uma marca do início desse trabalho é o livro *Strategies of discourse comprehension* (Estratégias de compreensão do discurso), de 1983, que foi escrito em parceria com Walter Kintsch (professor de psicologia) – o foco era o entendimento do discurso por meio de um modelo cognitivo, que acabou gerando outras abordagens cognitivas para estudar, em um nível social, a construção da significação. Trabalhos sobre o discurso em diferentes perspectivas foram reunidos por van Dijk em 1985. Ele nomeia, em 2001 (p. 97), sua abordagem em ADC como uma “análise de discurso sócio-cognitiva” e apresenta sua perspectiva teórico-metodológica de maneira triangular, a qual represento graficamente a seguir:

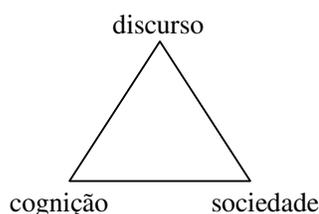


FIGURA 3: *Abordagem sócio-cognitiva*

Wodak (2001) adota uma abordagem denominada histórico-discursiva, que, na ADC, segue as orientações sócio-filosóficas da Teoria Crítica. Nas próprias palavras da autora:

Ao investigar tópicos e textos históricos, organizacionais e políticos, a abordagem histórico-discursiva procura integrar uma grande quantidade de conhecimento disponível sobre as fontes históricas e o contexto dos campos sociais e políticos nos quais os ‘eventos’ discursivos estão encaixados. (p. 65)

¹⁵ Outros pontos de vista teórico-metodológicos em ADC, de autores como Ron Scollon (perspectiva micro-sociológica) e Siegfried Jäger (teorias sociais e poder na perspectiva foucaultiana – assim com Wodak e Fairclough), podem ser encontrados em Wodak & Meyer (2001). Van Dijk (1997) também apresenta outras versões em análise do discurso.

As mudanças, ao longo do tempo, são observadas por meio de gêneros discursivos (ver Seção 1.3.1.1) particulares, analisando a dimensão histórica das ações discursivas. Em seguida, o determinado contexto é explicado com o apoio de teorias sociais (Wodak, 2001).

Encerrarei esta Seção com uma discussão sintética sobre crítica e poder. Esses dois conceitos podem encontrar interpretações e aplicações diferenciadas na ADC, mas há determinadas noções que unem as diferentes abordagens.

Sobre crítica, Wodak (2004) diz que, em ADC, há os que estão ligados a uma perspectiva: da escola de Frankfurt (ver Seção 1.1.2); da crítica literária; ou mesmo de Karl Marx. Para ela, “a noção de crítica significa distanciar-se dos dados, situar os dados no social, adotar uma posição política de forma explícita, e focalizar a auto-reflexão, como compete a estudiosos que estão fazendo pesquisa”. A perspectiva crítica, em sua articulação com a ADC, significa um interesse de pesquisa nas práticas relacionadas ao poder, nas relações sociais. Não se restringindo a uma visão ortodoxa marxista, o campo de análise é ampliado para o exame do poder em diferentes relações sociais, ligadas, por exemplo, a questões de raça, gênero social, classe (Magalhães, 2003).

Há também, a necessidade de reflexão sobre a postura crítica que se assume na prática de pesquisa e de produção do conhecimento. Kanavillil Rajagopalan (2001) discute esse ponto, observando que: a postura crítica não se esgota no questionamento das convenções estabelecidas socialmente, nem na simples escolha de determinadas epistemologias (dentro da lingüística aplicada, por exemplo); quem ‘condena’ uma postura crítica em relação à ciência, defende para si uma concepção de teoria plena e ‘marginaliza’ quem entende teoria sob um outro prisma. Rajagopalan comenta:

O ser crítico é, antes de mais nada, uma questão de *ser*. O pensar faz parte integral do seu ser e é diretamente influenciado por ele. Dessa forma, o teórico e o prático se encontram na forma como o(a) teórico(a) crítico(a) pensa/age. Aliás, pensar é agir para ele. [Grifo do original, p. 7]

Para Rajagopalan, a teoria crítica é marcada pela subjetividade de quem trabalha em sua produção, pois ela não é totalizável e é um produto que resulta de elaborações realizadas com base em arcabouços teóricos históricos.

Wodak (2004) considera que, na ADC, a criação e manutenção de relações desiguais de poder podem ser analisadas em termos de aspectos ideológicos (ver Seção 1.2). Por mais que diferentes pesquisadoras e pesquisadores em ADC adotem diferentes conceitos de ideologia, eles e elas buscam compreender as ideologias por meio das desnaturalizações dos discursos. Isso porque os atores sociais estão situados dentro de estruturas sociais, em determinados contextos sócio-históricos. Para a ADC, o papel da agência, da ação humana, é

também fundamental. Não há um determinismo, uma situação estática. As mudanças sociais ocorrem, para melhor ou não. Perceber os problemas e desnaturalizá-los já é uma mudança de atitude em relação a esses problemas.

É evidente que essas questões se relacionam a poder. A linguagem por si só não produz poder, mas pode ser usada para conquistá-lo, mantê-lo, ou “pode ser usada para desafiar o poder, subvertê-lo, e alterar sua distribuição a curto e longo prazo” (Wodak, 2004, p. 237). É essa última perspectiva que embala muitas pesquisas em ADC a procurar questionar criticamente o poder estabelecido, seus detentores, e dessa forma adotar a perspectiva das minorias¹⁶.

Magalhães (2003) discute reflexões de Michel Foucault (1980) sobre o poder e relações de poder que são importantes para a ADC. Duas questões são centrais e ambas são dialéticas: a primeira é a noção de rede na qual o poder se estabelece. É preciso haver aceitação dos indivíduos (independente da posição na relação de poder) para que ela se constitua, pois a articulação da rede é feita com eles. Em segundo lugar, a direção no exercício do poder não é de mão-única (de cima para baixo, por exemplo); ela é dialética, pois existem resistências.

É evidente, e mais fácil de perceber, que há um lado mais forte nesse jogo, porém, para propósitos críticos, enfatizam-se nos trabalhos em ADC as possibilidades de mudança.

1.2 Ideologia

Tratando sobre o conceito de ideologia é possível perceber que ele quase que se ‘esvaziou’, por conta do grande número de significados e usos que lhe foram atribuídos. Zigmunt Bauman (2000) diz que a palavra ideologia estabeleceu um recorde, em relação aos seus possíveis usos semânticos, que é difícil de ser alcançado. Para ele, “encontrar um denominador comum para os usos históricos radicalmente diferentes do termo ou uma lógica de transformação produtora dos seus sucessivos avatares é tarefa notoriamente árdua”(p. 114).

Bauman (2000) localiza a origem do termo¹⁷ no fim do século XVIII e seu fundador: Destutt de Tracy. O propósito era garantir que apenas idéias corretas e racionais surgissem na mente humana, em busca de uma nova ordem social; desejava-se desenvolver um conhecimento científico que atendesse essa tarefa.

O trajeto que Thompson (1995) esboçou e trilhou na discussão da ideologia objetivava

¹⁶ Aqueles que, de alguma maneira, sofrem, seja pela desigualdade, discriminação ou pelo preconceito.

¹⁷ Significa ‘ciência que tem por objeto de estudo as idéias’, na etimologia.

um enfoque construtivo. A idéia central era chegar a uma proposta que reformulasse e recontextualizasse o conceito. Procuro, a seguir, sintetizar um pouco da história da ideologia de acordo com esse autor (1995).

Napoleão Bonaparte, então imperador da França, se posiciona desfavoravelmente em relação à Destutt de Tracy e seus companheiros, porque as concepções que eles estavam desenvolvendo colaborariam para o republicanismo, o que seria uma ameaça à condição do imperador. Nesse sentido, o conceito que se relacionava à ‘ciência das idéias’ começou a ser ridicularizado por Napoleão. A ideologia assumiu um *sentido negativo*, opositivo, contraditório e começou a ser associada a ‘idéias abstratas e ilusórias’. Marx mudou o conceito de ideologia por meio de um referencial teórico e político, não obstante, assumiu o sentido negativo. Há diferentes usos do termo ideologia em Marx, o que Thompson (1995) destaca é o que se relaciona à percepção de que palavras e imagens podem impedir as mudanças sociais e sustentar o *status quo*. Em estudos subseqüentes, mesmo dentro do marxismo, a ideologia começa a receber um *sentido neutro*. As idéias de Vladimir Lênin de elaborar uma ‘ideologia socialista’ para se contrapor à ‘ideologia burguesa’ e a ênfase de Georg Lukács na ‘ideologia do proletariado’ deram uma conotação *positiva* à palavra ideologia, dessa forma, o *sentido negativo* foi *neutralizado*. Karl Mannheim desenvolveu uma perspectiva neutra, também, ao entender que o objetivo relacionado à ideologia deveria ser criticar tanto o pensamento próprio quanto o pensamento do opositor – uma sociologia do conhecimento, uma concepção total (*geral*) de ideologia. Thompson (1995) enfatiza, porém, que na teoria de Mannheim há uma conotação negativa quando este define a concepção *restrita* de ideologia; contudo, Mannheim não trata do fenômeno da dominação.

Bauman (2000) destacou o ‘conceito positivo de ideologia’, que a define como molduras cognitivas que dão sentido aos diversos fragmentos da experiência humana e são condições de conhecimento. Partindo disso, o engajamento com questões sociais se esvai e não há tomadas de posição, pois tudo é ideológico e a ideologia está em toda parte. Ora, dessa forma, como seria possível validar uma ideologia em relação à outra? O estudo da ideologia seria simples descrição. E, nessas perspectivas, alguns falam em ‘fim da ideologia’¹⁸.

Thompson (1995, p. 48) refere-se a conceito positivo, neutro, negativo e crítico:

Uma das oposições básicas que caracterizaram a história do conceito de ideologia – aquela entre um sentido positivo e neutro de um lado, e de um sentido negativo e crítico de outro – já estava presente na primeira década de sua vida, embora a forma e o conteúdo dessa oposição iria mudar, consideravelmente, nas décadas que se seguiram.

¹⁸ Terry Eagleton (1997) comenta que a expressão ‘fim da ideologia’ já teria sido usada após a segunda guerra mundial.

Em outro momento, Thompson (1995) distingue as ‘concepções neutras’ das ‘concepções críticas’ da seguinte forma:

Concepções neutras são aquelas que tentam caracterizar fenômenos como ideologia, ou ideológicos, sem implicar que esses fenômenos sejam, necessariamente, enganadores e ilusórios, ou ligados com os interesses de algum grupo em particular. (p. 72)

Concepções críticas são aquelas que possuem um sentido negativo, crítico ou pejorativo. Diferentemente das concepções neutras, as concepções críticas implicam que o fenômeno caracterizado como ideologia – ou ideológico – é enganador, ilusório ou parcial; e a própria caracterização de fenômenos como ideologia carrega consigo um criticismo implícito ou a própria condenação desses fenômenos. (p. 73)

Dessa distinção, depreende-se que, em relação aos fenômenos caracterizados como ideologia: a concepção neutra não implica que eles devam ser combatidos; a concepção negativa implica que esses fenômenos são suscetíveis de crítica¹⁹.

Thompson (1995) identifica autores contemporâneos que têm trabalhos sobre ideologia²⁰ e destaca que eles relacionam-se à concepção neutra. De forma generalizada, a ideologia é concebida como um sistema de crenças, ou formas e práticas simbólicas – esse primeiro sentido é um dos mais recorrentes na atualidade.

Ao contrário desses autores, Thompson (1995) defende uma concepção crítica de ideologia, orientada para a análise concreta de fenômenos sócio-históricos, interessada nos modos como formas simbólicas mobilizam o sentido para reforçar o exercício (ou posições) do poder por pessoas ou grupos. Nas próprias palavras do autor (p. 76):

...estudar a ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação. Fenômenos ideológicos são fenômenos simbólicos significativos desde que eles sirvam em circunstâncias sócio-históricas específicas para estabelecer e sustentar relações de dominação.

Ele enfatiza que somente ao examinar a interação entre sentido e poder em determinadas circunstâncias é que se pode saber se determinados fenômenos simbólicos estão servindo para aquele fim: observando a utilização das formas simbólicas, sua transmissão e compreensão pelas pessoas dentro de contextos culturais. Assim, percebe-se que os fenômenos ideológicos não o são por si só, por exemplo, uma palavra ‘X ou Y’ não pode ser considerada ideológica *a priori*. Isso dependerá das análises sócio-históricas.

Thompson (1995) acrescenta que o foco de sua proposta não compreende o erro, a ilusão ou a falha como características da ideologia (que só por isso serviriam a relações de

¹⁹ Diante disso, podemos perceber claramente porque uma proposta de crítica à ideologia serve aos interesses da Análise de Discurso *Crítica*.

²⁰ Martin Seliger, Clifford Geertz, Alvin Gouldner.

dominação), mas como possibilidades. O principal ponto é observar as maneiras como as formas simbólicas servem para estabelecer e sustentar relações de dominação e não tratar de ‘verdade’ ou ‘falsidade’ das formas simbólicas. A propósito, ele exemplifica formas simbólicas como formas lingüísticas (orais ou escritas), não-lingüísticas (visuais, por exemplo) ou que combinem o verbal com o não-verbal.

Sobre a dominação, eu diria que na concepção de Thompson (1995): o ‘estabelecimento’ e a ‘sustentação’ são contínuos e em relação dialética, enquanto a própria ‘dominação’ tende a ser hegemônica. Acrescento que em relação ao poder sempre haverá alguma forma de resistência, também em relação dialética (ver Seção 1.1.3), sendo assim, as relações de dominação não são posições fixas, há possibilidades de mudanças sociais.

Operacionalizando seu conceito, com o intuito de exemplificar e não de criar categorias exaustivas, Thompson (1995) identifica alguns modos gerais de operação da ideologia e estratégias que serviriam a eles. Esclarece que não são os únicos modos e que eles podem operar conjuntamente em determinadas circunstâncias. As estratégias também não são unicamente associadas a esses modos e não são ideológicas por si só – depende de como uma determinada forma simbólica, em uma determinada circunstância, é usada e entendida por meio de uma estratégia (ou mais); e se está servindo para manter ou subverter, para estabelecer ou minar, relações de dominação.

Apresento, abaixo, o quadro de Thompson (1995) e, em seguida, comento cada modo e estratégia sucintamente.

<i>Modos Gerais</i>	<i>Algumas Estratégias Típicas de Construção Simbólica</i>
Legitimação	Racionalização Universalização Narrativização
Dissimulação	Deslocamento Eufemização Tropo (sinédoque, metonímia, metáfora)
Unificação	Estandarização Simbolização da unidade
Fragmentação	Diferenciação Expurgo do outro
Reificação	Naturalização Eternização Nominalização/passivização

QUADRO 1: *Modos de operação da ideologia* (Thompson, 1995, p. 81)

A ‘legitimação’ ocorre quando relações de dominação são representadas como legítimas. Isso pode ser feito por meio de estratégias de construção simbólica como a ‘racionalização’, ‘universalização’ e a ‘narrativização’. A primeira utiliza cadeias de raciocínio para convencer determinada audiência; a segunda representa, em acordos institucionais, interesses individuais e de grupos como se fossem de todos e que qualquer um, tendo habilidade, poderia ter sucesso neles. Parte do ‘discurso capitalista’ de liberdade utiliza essa estratégia – ‘todos poderiam ter acesso a qualquer coisa dependendo do esforço pessoal’. A terceira estratégia refere-se a histórias que justificam/legitimam o poder estabelecido, independentemente de serem oficiais ou não – remontam tradições do passado para justificar o presente.

A ideologia como ‘dissimulação’ refere-se a desvios ou obscurecimentos nas relações de dominação e pode estar presente em estratégias de ‘deslocamento’, ‘eufemização’ e ‘tropo’. Na estratégia de deslocamento, um termo usado para um referente (com conotações positivas ou negativas) é deslocado para um outro. A eufemização faz descrições ou redefinições de relações sociais, ações ou instituições de forma a provocar interpretações positivas. Um dos exemplos de Thompson (1995) é a utilização de violência para conter um protesto e isso ser relatado como um ‘restabelecimento da ordem’. Ele alerta também para o fato de que nem sempre a eufemização é explícita. O uso figurativo da linguagem pode ser uma estratégia de dissimulação, que é genericamente chamada de tropo; três formas seriam: (i) a sinédoque, que é a união de sentido entre uma parte e o todo – o termo genérico ‘os árabes’ pode se referir a um grupo dentro de um estado-nação; (ii) a metonímia, que utiliza um termo para referir-se a determinada coisa (sem correspondência necessária); e (iii) a metáfora, quando um objeto ou ação (etc.) é designado por um termo, ou frase, que não deve ser compreendido/a de forma literal. Ela pode dissimular relações sociais de forma negativa ou positiva, por exemplo, colaborando para a representação de determinado grupo ou pessoas com características que não possuem. O exemplo de Thompson (1995) é a denominação de ‘dama-de-ferro’ para a ex-primeira ministra britânica Margaret Thatcher.

A ‘unificação’ é um terceiro *modus operandi* da ideologia. Uma classificação coletiva pode pôr nas mesmas condições, por exemplo, indivíduos diferentes e com diversas incompatibilidades. Isso pode servir para estabelecer e sustentar relações de dominação. Em relação às eleições no Brasil, em uma das formas que foi retratada nas charges eletrônicas (CEs), ocorre uma unificação dos políticos que se candidataram à presidência: ‘nenhum deles presta’ – ou seja, se todos são iguais (unificados) não há muito o que fazer; isso favorece inequivocamente os políticos corruptos e a prática da corrupção em qualquer esfera eletiva.

Duas estratégias para esse modo de operação da ideologia são: a ‘standardização’ e a ‘simbolização da unidade’. A primeira refere-se à padronização de determinadas formas simbólicas – o que acontece, por exemplo, em relação à normatização da língua como unificação de um estado-nação, mas que torna ‘invisíveis’ outras línguas e variedades lingüísticas existentes no território. A segunda estratégia relaciona-se à difusão de identidade ou identidades coletivas por meio da construção de símbolos de unidade. Bandeiras e hinos seriam exemplos que trazem unidade nacional.

A ‘fragmentação’ é outro modo de operação da ideologia. Segmentar indivíduos ou grupos que ameaçam o poder estabelecido em vez de unificá-los ou centralizar ataques em um alvo representado como ruim, pode manter as relações de dominação. Uma estratégia é a ‘diferenciação’ – ênfase em divergências e divisões entre pessoas ou grupos, destacando características que os desunem e favorecendo assim o fortalecimento de quem exerce determinado poder. Outra estratégia é o ‘expurgo do outro’ – constrói-se um/a inimigo/a, o/a qual recebe uma valoração negativa, objetivando provocar uma resistência coletiva ou mesmo o expurgo. Thompson (1995) cita o forte exemplo da forma como os judeus eram representados na literatura nazista e a representação de uma greve em um país como se fosse um ameaça estrangeira à nação.

O quinto modo por meio do qual a ideologia pode operar é a ‘reificação’²¹, no qual um momento sócio-histórico é ofuscado e pode ser representado como permanente, eterno. As estratégias relacionadas são: a ‘naturalização’, na qual os processos ganham um caráter de ‘natural’, por exemplo, as diferentes relações de trabalho ligadas a gênero social podem ser justificadas com base na diferença biológica entre homens e mulheres que é naturalizada; a ‘eternização’, que retrata o que é histórico numa espécie de contínuo permanente e imutável – muitas instituições e tradições mantêm suas relações de dominação mediante essa a-historicidade; a ‘nominalização’ e a ‘passivização’, em que ocorre uma supressão da agência (‘apagamento’ daquele/s indivíduo/s ou grupo/s que pratica/m determinada ação) e do processo (que parecem ações sem sujeito). Assim, os processos são transformados em ‘nomes’, na nominalização, por exemplo, ‘a *interrupção* do protesto’ em vez de ‘o protesto foi interrompido pela polícia’. No caso da voz passiva, os agentes são omitidos, por exemplo: ‘os líderes do protesto *foram* presos’ em vez de ‘a polícia prendeu os líderes do protesto’.

A interação entre poder e sentido na vida social pode ser observada por meio de estratégias de construção simbólicas como essas, as quais podem servir como modos de operação da ideologia.

²¹ No sentido próximo a coisificar, tornar estático.

Esta pesquisa segue as ponderações de Thompson (1995) no que se refere a analisar as formas simbólicas dentro de contextos sócio-históricos de produção, distribuição e recepção, os meios utilizados e os possíveis sentidos para os sujeitos que produzem ou recebem essas formas simbólicas. Assim, é realizada uma análise de discurso crítica de textos do gênero CE que são veiculados via Internet, dentro de um contexto de eleição presidencial, considerando pontos de vista do produtor e de receptores/as e examinando as formas simbólicas. Dessa forma, proponho refletir se os sentidos mobilizados pelas formas simbólicas estão servindo ou não para estabelecer e sustentar relações de dominação. Outra perspectiva a ser observada em paralelo é se há *formas simbólicas contestatórias* da ideologia nos textos.

Fairclough (2003, p. 9) identifica a ideologia como “um dos efeitos causais dos textos” e considera produtiva para a ADC a perspectiva crítica de ideologia que faz referência a relações de poder e dominação. Nesse sentido, a proposta de Thompson (1995) coaduna-se com a proposta de Fairclough (2003) e possibilita que se examine se as formas simbólicas nas representações (discurso), agindo socialmente (gêneros discursivos) e inculcando identidades (estilos), estão servindo para estabelecer e sustentar relações de dominação (ver Seção 1.3).

Outro destaque de Fairclough (2003) são os ‘subentendidos’ e ‘implícitos’ ideológicos, por exemplo. Os sentidos tomados como algo já dado podem estar ideologicamente relacionados a poder. Seria o caso de falar, para exemplificar, sobre ‘mercado global’ como já existente; sendo que na verdade, ainda está em processo de construção, mas de modo geral é tomado como algo dado, concluído.

Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 67-68) comentam que “interpretar textos ideologicamente não é uma parte da compreensão de textos, mas uma parte da explicação, a qual envolve localizar o texto na prática social em parte referindo-se à categoria teórica da ideologia”. Na perspectiva de Thompson (1995) e em relação a esta pesquisa, as análises observarão questões ideológicas nos textos, considerando a prática social, numa busca para perceber os sentidos que serviriam à dominação. “Um dos objetivos da ADC é ‘desmistificar’ os discursos decifrando as ideologias”, é o que destaca Wodak (2004).

1.3 A abordagem de Fairclough (2003)

Como vimos, existem diferentes formas de trabalho com a ADC. Na recente obra teórico-metodológica de Fairclough, publicada em 2003, o autor avança em suas discussões e propostas para a análise de textos que sirva para a pesquisa social. O estudo da relação entre discurso e prática social é condição *sine qua non* para as análises. Dessa forma, a pesquisa

nessa abordagem da ADC não se restringe à perspectiva lingüística (somente o texto em si), nem à perspectiva discursiva (o discurso em sua relação com outros elementos da vida social), pois considera as duas de forma interligada dialeticamente.

Diante disso, dois conceitos-chave precisam ser destacados: o conceito de *prática social* e o de *discurso*.

Tratando sobre a importância e influência dos trabalhos de Foucault para a análise do discurso, Fairclough, em 1992, também aponta questões que precisavam ser discutidas. Uma delas relacionava-se à concepção de *prática*. Na teoria foucaultiana é encontrada a noção de ‘prática discursiva’ em uma perspectiva abstrata e relacionada diretamente com *estrutura*, com uma forte carga de determinação para reprodução. Apresenta-se então uma noção de que além da determinação há a abertura para as mudanças, coexistindo dialeticamente; Fairclough (trad. 2001, p. 83) apresenta *prática* como “os exemplos reais das pessoas que fazem, dizem ou escrevem coisas” e discute *prática social* ao discutir ideologia em relação ao discurso e atuando em estruturas e eventos.

Chouliaraki e Fairclough (1999) desenvolvem essas reflexões e esquematizam as instâncias de *estrutura social*, *prática social* e *evento social* para a teoria e análise do discurso. A vida social é formada de práticas²² e as práticas são “maneiras habituais, ligadas a tempos e espaços particulares, nas quais pessoas aplicam recursos (materiais e simbólicos) para atuarem juntas no mundo” (Chouliaraki e Fairclough, 1999, p. 21). Entre outros, a vida cotidiana, a economia, a política são domínios que constituem as práticas sociais que, dessa forma, são consideradas como abstratas e intermediárias entre um nível mais abstrato ainda, que são as *estruturas sociais* (“amplo contexto de condições para a vida social” – p. 22), e um nível concreto, que se refere aos *eventos sociais* (“acontecimentos individuais, imediatos e ocasionais da vida social” – p. 22).

Em 2003 (p. 25), Fairclough discute (em consonância com a obra de 1999) que as “*práticas sociais* podem ser vistas como articulações de diferentes tipos de elementos sociais os quais estão associados com áreas particulares da vida social” e enfatiza a articulação de elementos sociais discursivos e não-discursivos. Citando-os:

Ação e interação;
Relações sociais;
Pessoas (com crenças, atitudes, histórias etc.)
O mundo material
Discurso

Dentro dessas considerações, temos: a formação das práticas sociais – que coexistem

²² Conforme muitas teorizações sociais contemporâneas.

em uma rede de práticas que moldam os eventos, mas não os determina fixamente por conta das diferentes possibilidades de organização contextual de elementos sociais e da própria rede de práticas. Acrescenta-se a isso a ação de agentes sociais que são inegavelmente influenciados pela estrutura social (assim como as práticas e os eventos), porém, também atuam dentro de possíveis aberturas, que mesmo a longo prazo (mas nem sempre) conseguem provocar mudanças nas práticas sociais e na própria estrutura social – essa é uma das principais motivações para uma crítica social interessada nas transformações e emancipações.

Quanto ao *discurso*, a princípio, pode ser considerado no singular e no plural. ‘Discurso’ como um dos elementos das práticas sociais – em uma perspectiva mais abstrata e geral. E ‘discursos’ como formas diferentes de representar aspectos do mundo – ‘discurso neoliberal’, ‘discurso machista’, por exemplo – em uma perspectiva menos abstrata e mais específica (Fairclough, 2003).

Para explicitar um pouco melhor o conceito de ‘discurso’, sua correlação direta com a multimodalidade presente em textos (característica do *corpus* desta pesquisa) e com o que é ‘não-discursivo’, trago a seguir uma definição de Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 38), na qual o termo ‘discurso’ é definido dessa forma:

elementos semióticos das práticas sociais. Então, o discurso inclui linguagem (escrita e falada e em combinação com outras semioses, por exemplo, com música), comunicação não-verbal (expressões faciais, movimentos corporais, gestos etc.) e imagens visuais (por exemplo, fotografias, filme). O conceito de discurso pode ser compreendido com uma perspectiva particular nessas várias formas de semiose – consideradas como momentos de práticas sociais em suas articulações com outros momentos não-discursivos.

Nessa perspectiva, além das análises textuais, faz-se necessário, nos estudos em ADC, observar questões estruturais e nelas focar o aspecto discursivo. Essa segunda perspectiva pode ser compreendida e aplicada a partir de reformulações de Fairclough para a concepção foucaultiana de ‘ordem de discurso’. As ordens sociais têm um conjunto de aspectos discursivo-semióticos que estruturam e modelam os discursos socialmente, mas que em uma perspectiva processual possuem determinadas barreiras/limitações ao mesmo tempo em que têm diferentes fluxos e aberturas. Sendo assim, os discursos, ou melhor, os emaranhados de discursos que se relacionam (interdiscursividade), derivam de ordens de discurso estabelecidas/produzidas em práticas sociais e que estão ligadas estruturalmente a ordens sociais (estruturas sociais) e são constitutivas de eventos sociais e nesses eventos ‘codificam-se’ textualmente (Chouliaraki e Fairclough, 1999; Fairclough, trad. 2001 e 2003).

De acordo com seus propósitos teórico-analíticos, Fairclough (2003) reelabora a visão multifuncional apresentada por Halliday (1985) e sua própria proposição de 1992 (trad. 2001),

avanzando em relação à prática social num viés dialético com a linguagem e propondo novas distinções: gêneros, discursos e estilos. Também apresenta o discurso como forma de agir, representar e ser dentro da prática social. Dessa maneira, a concepção de ‘ordem de discurso’ se estabelece como “uma combinação ou configuração particular de gêneros, discursos e estilos, os quais constituem o aspecto discursivo de uma rede de práticas sociais” (Fairclough, 2003, p. 220).

Viviane Resende e Viviane Ramalho (2006) representam graficamente esse processo:

LSF (Halliday, 1991)		ADC (Fairclough, 1992)		ADC (Fairclough, 2003)
Função Ideacional	→	Função Ideacional	→	Significado Representacional
Função Interpessoal	→	Função Identitária	→	Significado Identificacional
		Função Relacional		
Função Textual	→	Função Textual	→	Significado Acional

QUADRO 2: *Recontextualização da LSF na ADC* (Resende e Ramalho, 2006, p. 61).

Os três significados (acional, representacional, identificacional), que estão presentes de forma interconectada em textos, são distinguidos por razões analíticas. Apresento esses significados a seguir, juntamente com categorias de análise que podem ser utilizadas dentro de cada um e que foram selecionadas para a realização desta pesquisa. Esclareço, ainda, existem outras categorias.

1.3.1 Significado acional

Os agentes sociais agem em eventos sociais por meio de formas discursivas e/ou não-discursivas. Dentro de uma perspectiva de estudos da linguagem (considerando todas as semioses, apesar de privilegiar formas lingüísticas), Fairclough (2003) destaca o aspecto discursivo dos modos de agir e interagir socialmente – são os gêneros.

Por meio de textos e de sua localização/realização em eventos/práticas/estruturas sociais, pode-se teorizar/analisar como os significados estão servindo para determinada ação/interação – assim, os estudos lançam luz sobre o *significado acional*.

Na subseção 1.3.1.1, amplio um pouco essa discussão (ver Capítulo 4, Seção 4.2.1.1). Em 1.3.1.2, apresento a categoria analítica da intertextualidade.

1.3.1.1 Gênero discursivo

Os estudos sobre gênero têm ganhado uma importância crescente nos últimos tempos.

Uma das questões em debate em língua portuguesa é a especificação do termo ‘gênero’. Em inglês, distingui-se *genre* de *gender*; em português a tradução é idêntica: ‘gênero’. Isso provoca a necessidade de especificação; sendo assim, temos: ‘gênero discursivo/textual’ e ‘gênero social’ (que se refere à sexualidade dos agentes sociais). Nesta pesquisa, opto pelo termo ‘gênero discursivo’ (em vez de ‘gênero textual’) por compreendê-lo não somente em seus aspectos estruturais ‘internos’²³, mas, além disso, em sua correlação com as práticas sociais e como um elemento de ‘ordem de discurso’²⁴. Em determinados momentos, uso simplesmente a palavra ‘gênero’, referindo-me ao gênero discursivo.

Bakhtin é um dos teóricos mais influentes para as discussões sobre gênero. Diversos estudiosos e estudiosas desenvolveram suas reflexões a partir dos aportes bakhtinianos. A compreensão de uma forma específica de atividade (ação/interação) acontecendo em um gênero é uma premissa importante por considerar a linguagem em uso e perceber que essa realização ocorre de forma a interligar um conteúdo temático, um estilo específico e uma estrutura composicional própria. Essa interligação caracteriza o gênero com uma determinada estabilidade e sendo realizado dentro de atividades sociais específicas (Bakhtin, 2003).

A LSF trata gênero como um conceito abstrato que é materializado por meio da língua dentro de um contexto situacional e cultural. Acrescentando-se o conceito de registro, o esquema abaixo apresenta o lugar do gênero na teoria funcional em questão e em relação às metafunções (ver Seção 1.1.1) da linguagem:

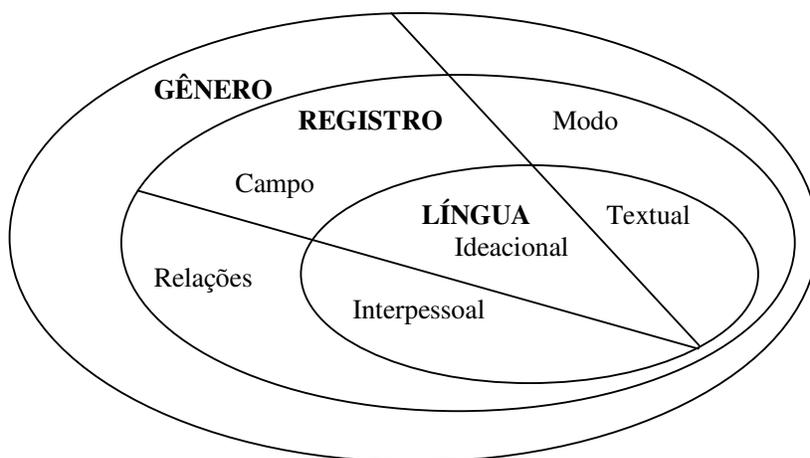


FIGURA 4: *Gênero na LSF* (Orlando Vian Jr., 2001, p. 155)

Nos trabalhos de Fairclough encontramos definições de gênero como: “um conjunto de convenções relativamente estável que é associado com, e parcialmente representa, um tipo

²³ Nem todos os estudos de gênero textual prendem-se a esse aspecto.

²⁴ Esclareço que outros pesquisadores e pesquisadoras preferem o termo ‘gênero textual’, mesmo estando trabalhando com perspectiva discursiva semelhante (veja José Luiz Meurer; Adair Bonini; Désirée Motta-Roth, 2005).

de atividade socialmente aprovado” (Fairclough, trad.2001, p. 161); “um tipo de uso da linguagem desempenhado em uma prática social particular” (Chouliaraki e Fairclough, 1999, p. 56); “uma forma de ação em seu aspecto discursivo” (Fairclough, 2003, p. 216).

Nesta dissertação, estou considerando a charge eletrônica (CE) como um gênero. Para Magalhães (2004), “os gêneros discursivos determinam os textos falados, escritos, ou visuais, segundo um padrão seqüencial e lingüístico (semiótico), conferindo-lhes uma forma particular e convenções discursivas específicas”. Além de mesclar diferentes linguagens nos textos²⁵, o gênero ‘charge eletrônica’ apresenta transformações de gênero em gênero, o que Fairclough (2003) denomina ‘cadeias de gênero’. Essa característica demonstra o hibridismo que é recorrente em diversos gêneros dentro das práticas sociais na modernidade tardia (Giddens 1991; Chouliaraki e Fairclough, 1999; Fairclough, 2003), mas que pode ser percebido de forma bem evidente em charges eletrônicas.

Uma outra consideração sobre gênero que colabora com nosso estudo é de Charles Bazerman (2005, p. 102):

...os gêneros moldam as intenções, os motivos, as expectativas, a atenção, a percepção, o afeto e o quadro interpretativo. O gênero traz para o momento local as idéias, os conhecimentos, as instituições e as estruturas mais geralmente disponíveis que reconhecemos como centrais à sua atividade.

Nesses novos tempos, a prática de leitura e escrita é apenas uma parte do que a pessoa tem de aprender, observam Kress e van Leeuwen (1996). Eles sugerem que estamos envolvidos em um amplo sistema semiótico em que ocorre mescla de linguagens e que é preciso saber lidar com ele. Um exemplo claro de gênero multimodal que podemos citar é a charge eletrônica, além de outros mais conhecidos como as páginas dos *sites* e os que têm surgido recentemente como os *blogs*. Fairclough (2003, p. 77) corrobora com essa discussão de nossa atualidade, fazendo a seguinte observação:

Um caminho no qual os gêneros diferem de outros é nas tecnologias de comunicação para as quais eles são especializados e um fator em mudança de gêneros é o desenvolvimento em tecnologias de comunicação: o desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação caminha junto com o desenvolvimento de novos gêneros.

Na obra de 2003, um dos autores que fundamentam a teorização de Fairclough sobre gênero é John Swales, por meio do livro *Genre analysis* (Análise de gênero – 1990). Dentre outras considerações, Fairclough adota de Swales o termo ‘pré-gênero’ e discorda da definição de gênero como uma ‘classe de eventos comunicativos’, porque o evento real não

²⁵ Entendendo ‘texto’ como “a materialidade lingüística e semiótica das práticas sociais” (Magalhães, 2006) e como “um ‘membro’ de um gênero” (Chouliaraki e Fairclough, 1999, p. 144).

está no gênero, mas na relação do gênero com uma rede de práticas sociais²⁶.

Embora esta pesquisa dê enfoque a análises de um gênero específico – as charges eletrônicas –, não privilegio o significado acional em relação aos outros, nem tenho como objetivo desenvolver uma discussão mais aprofundada ou pormenorizada sobre ‘gênero discursivo’. Para meus propósitos teórico-analíticos, estou me embasando prioritariamente nas discussões e categorias apresentadas por Fairclough (2003) para o trabalho com gênero. A seguir, apresento, de forma sintética, pontos que serão retomados no Capítulo 4, Seção 4.2.1.

O ‘pré-gênero’ se refere a uma categorização mais abstrata e ampla como a ‘narrativa’ ou a ‘conversaão’. Além de considerá-lo, é preciso observar as mudanças/inoações de um determinado gênero ou o surgimento de um novo, atentando para a mescla de gêneros que subjazem a sua formação. Dessa forma, pode-se perceber como ele se estabelece como um ‘gênero situado’ dentro de uma prática social (ou rede de práticas) e quais são os ‘subgêneros’ que se intersectam para sua formação – de uma maneira mais abstrata. De forma mais concreta, observa-se como se dá o *hibridismo* nos textos com base em um gênero principal e gêneros secundários.

Nesse trajeto, por meio da análise de textos, se desvelam quais são as características abstratas e elementos componenciais do gênero; em que escalas ele se encontra (locais, globais etc.); qual é o seu grau de estabilização e de homogeneização; como diferentes modalidades semióticas se estruturam nele; qual é a ‘cadeia de gêneros’ que se estabelece (*a priori* e *a posteriori*) em relação ao gênero em análise; quais são as atividades, relações sociais e tecnologias que estão envolvidas e a sua utilização concreta em eventos sociais.

Wodak (2004) enfatiza a importância dos estudos de gênero para a ADC afirmando que “com frequência, é justamente dentro dos gêneros associados a certas ocasiões sociais que o poder é exercido ou desafiado”. Hodge e Kress (1988, p. 12), tratando da semiótica social (ver Seção 1.1.3) já observavam que: “A semiótica social não pode assumir que os textos produzem exatamente os sentidos e efeitos que seus/as autores/as desejam: são precisamente as lutas e seus resultados incertos que devem ser estudados no nível da ação social, e seus efeitos na produção de sentido”.

1.3.1.2 Intertextualidade

“A intertextualidade de um texto é a presença de elementos de outros textos dentro

²⁶ São de Swales os conceitos de ‘comunidade discursiva’ e de ‘propósitos comunicativos’. Uma breve introdução a esses e outros conceitos de Swales (inclusive com acréscimos de reformulações do autor em publicações posteriores a 1990) pode ser encontrada no texto de Barbara Hemais e Bernardete Biasi-Rodrigues (2005).

dele (e então potencialmente outras vozes além da voz do autor), os quais podem estar relacionados (discutidos, assumidos, rejeitados) de várias maneiras” (Fairclough 2003, p. 218). O termo intertextualidade é de Julia Kristeva (1986 – escrito em 1966), que se embasou nas discussões de Bakhtin sobre gênero e principalmente sobre dialogismo²⁷ (Bakhtin, 2003). Bakhtin salienta, por exemplo, que (p. 297): “Cada enunciado é pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados com os quais está ligado pela identidade da esfera de comunicação discursiva”.

Uma das questões produtivas para a análise intertextual em ADC é observar que textos e vozes estão presentes ou ausentes em determinado texto e o que essa presença ou ausência tem de significativa. Em determinados ocasiões, para atender a determinadas intenções, é preferível que as relações intertextuais fiquem implícitas; em outras, explícitas. Como veremos no Capítulo 4, mais especificamente na Seção 4.2.2, as CEs caminham nessas duas perspectivas, às vezes, por exemplo, implicitam o ‘dito’ por meio do ‘não-dito’ via ironia (objetivando o humor e a crítica); em outros momentos marcam explicitamente o intertexto dando ênfase a determinado aspecto/‘fato’/notícia sobre o tema abordado.

Diferentes práticas sociais e representações de eventos sociais são incorporadas nas CEs²⁸, dessa forma, elementos textuais mudam de contexto, ocorrendo então uma recontextualização (isso também pode ser percebido quando se estuda a ‘cadeia de gêneros’). Como veremos no Capítulo 4, pesquisas eleitorais, propaganda política, conversas de bar, ‘trazem textos e contextos’ para serem recontextualizados nas CEs. As falas das personagens, mesmo quando são criadas pelo autor dos textos, guardam relação como o mundo ‘real’. Quando são modificadas ou inseridas sem alterações, recebem um enquadramento que geralmente exacerba o sentido ou o reconfigura com determinadas intenções (humorísticas, críticas, por exemplo) dentro das características do gênero discursivo. Considerando que a temática do *corpus* desta pesquisa é política, os atores sociais são sempre colocados em ‘xeque’, o que, certamente, irá beneficiar/prejudicar a um ou a outro em determinado momento/contexto e por meio de seus efeitos.

Fairclough (trad. 2001, 2003) destaca que as negações também implicam uma asserção em um ‘outro texto’ e por isso são marcas de intertextualidade. Semelhantemente, as ironias ecoam o enunciado de um outro texto, expressando alguma atitude negativa, por exemplo, de sarcasmo – freqüente nas CEs.

²⁷ Para os estudos críticos, uma concepção fundamental de que todo texto dialoga com outros, ou seja, estabelece uma relação dialógica entre a voz do autor e outras vozes (que podem estar explícitas, subentendidas ou mesmo ‘apagadas’).

²⁸ Em outros gêneros isso também acontece. Nas CEs isso é muito evidente.

Outra questão a se considerar é que os textos que os/as receptores/as trazem para o processo de interpretação se entrelaçam em uma perspectiva intertextual (Fairclough, 2001). As diferentes ou semelhantes análises das/os participantes desta pesquisa colaboram para essa compreensão.

1.3.2 Significado representacional

Conforme vimos na Seção 1.3, Fairclough (2003) define ‘discurso’ como um dos elementos das práticas sociais que de forma mais ampla e abstrata engloba as significações nos textos: os modos de agir, de representar e de ser. O significado representacional, tratado nesta Seção, se refere a ‘discurso’ como “uma forma particular de representar alguma parte do mundo (físico, social, psicológico)” (p. 17) que pode ser observada e identificada/nomeada nas análises, como por exemplo: o discurso do ‘novo capitalismo’.

Sendo assim, temos uma noção de ‘discurso’ dentro de ‘discurso’. Para procurar entender melhor, retomando a discussão sobre o termo, compreende-se o conceito mais amplo relacionando-o à ‘ordem do discurso’ e o conceito restrito a diferentes representações, portanto, em uma perspectiva plural que pressupõe a coexistência de ‘discursos’ em textos. O foco dessa Seção está no segundo conceito (sem desconsiderar o primeiro).

Diferentes discursos estão presentes nos textos²⁹, se alternando ou competindo entre si, por exemplo. Eles representam o mundo ou aspectos do mundo a partir de pontos de vistas de determinados grupos sobre uma realidade, ou projeções/intenções, ou criações imaginárias. Identificar esses discursos nos textos colabora para observar as lutas pelo poder no espaço discursivo das representações; analisar questões ideológicas que por ventura estejam envolvidas; perceber as mudanças que podem estar ocorrendo (tendo em vista a correlação mais ampla com as práticas sociais) e também, especificamente em relação a esta pesquisa, compreender melhor como o processo eleitoral e os atores sociais envolvidos estão representados nos textos (das CEs).

As categorias para a análise do significado representacional que selecionei para esta pesquisa são apresentadas a seguir: Significado das palavras; Interdiscursividade e Representação dos atores sociais.

1.3.2.1 Significado das palavras

Em uma compreensão cada vez mais crescente de que não lemos palavras ou frases –

²⁹ Considerando que um discurso existe em relação com outro(s) ou a partir de outro(s) – exemplos: o ‘discurso de direita’ se relaciona ao ‘discurso de esquerda’, mesmo de forma implícita; o ‘discurso do novo capitalismo’ surge a partir do ‘discurso do capitalismo’ (e de suas velhas e novas correlações discursivas).

lemos textos –, é necessário entender o porquê de se dedicar parte de uma análise de *discurso* para estudar o significado de palavras. Primeiro é preciso salientar que as palavras são analisadas a partir de sua relação com o texto, enfocando o aspecto discursivo. Outra questão é que a análise de determinadas palavras que se destacam socialmente torna-se relevante para a pesquisa social (Fairclough 2001), veja o exemplo das palavras ‘governabilidade’ e ‘alianças’ no contexto sociopolítico brasileiro e presentes nas CEs do *corpus* desta pesquisa (ver Seção 4.3.1, no Capítulo 4).

Além dessas questões, é produtivo observar no gênero discursivo CE como determinados itens lexicais atuam com uma extensão de sentido (dicionarizada ou não, exemplo: ‘engavetar’), ou recebem uma conotação metafórica (‘sanguessugas’), ou ainda são criação nova (‘mensalão’). Percebe-se, assim, o processo dinâmico nas relações sociais (intensificado pela mídia, por exemplo), que rompe barreiras normativas de dicionários e atende demandas lingüístico-discursivas prementes.

Dessa forma, vemos que a análise de vocabulário é produtiva para observar as representações, levando em consideração que os discursos “‘lexicalizam’ o mundo de maneiras particulares” (Fairclough, 2003, p. 129). É preciso lembrar que essa análise considera a contextualização sócio-histórica.

1.3.2.2 Interdiscursividade

Considerando a complexidade das sociedades contemporâneas e a multiplicidade de discursos existentes (que se diferenciam, mas que também se mesclam – modificando-se ou propiciando a criação de novos discursos), as análises de discurso devem conter uma análise da interdiscursividade – que se refere à combinação de diferentes discursos (Fairclough, trad. 2001, 2003; Chouliaraki e Fairclough, 1999).

Diferentes discursos estão relacionados, por exemplo, a diferentes posições de pessoas no mundo e a diferentes formas de relações entre pessoas. Dessa forma, disputas por poder, dominação, competição, cooperação, desejo de mudança, são recursos discursivos que se diferenciam socialmente.

Para a identificação e análise de discursos como representação, Fairclough (2003) sugere que seja considerado o grau de repetição de um determinado discurso, bem como uma relativa estabilidade ao longo do tempo e sua identificação/correlação com determinados grupos de pessoas. Uma palavra ou frase³⁰ pode remeter a um determinado discurso, mas não o faz por si só, é necessário considerar o texto/contexto para chegar a essa conclusão – as

³⁰ Elementos não-verbais também colaboraram para a identificação de discursos (ver Capítulo 4, Seção 4.3.2).

relações semânticas estabelecidas colaboram com essa tarefa³¹. O autor salienta também que não há um discurso que seja homogêneo, por exemplo: o ‘discurso neoliberal’ guarda uma série de características comuns, porém nem todas as representações desse discurso são iguais na vida política.

1.3.2.3 Representação dos atores sociais

De um ponto de vista discursivo e crítico é relevante analisar como os atores sociais são representados em textos. Com certeza, nem toda pesquisa necessita focar essa categoria analítica, mas, para estudos como o desta dissertação, os resultados são valiosos. Considerando que a temática principal é política, dentro de um contexto eleitoral, a maneira como os agentes envolvidos nesse processo são apresentados (ou não) ajuda a entender, por exemplo, que leituras e interpretações são recorrentes³² e quais seus possíveis efeitos (ver Capítulo 4, Seção 4.3.3).

Fairclough (2003) sugere algumas variáveis que podem ser observadas na representação de atores sociais:

Inclusão ou exclusão	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Não mencionado? ▶ Mencionado em alguma parte do texto, mas inferido em outras? <p><i>A exclusão: tem importância sociopolítico ou é questão de redundância/irrelevância?</i></p>
Pronome ou nome	Qual das duas formas?
Função gramatical	‘Atua’ ou é ‘afetado’? (Cláudia ofendeu Pedro). Aparece como nome possessivo ou pronome? (Amigo de Raquel, nosso amigo).
Ativo ou passivo	‘Atua’, é ‘afetado’ ou se ‘beneficia’?
Pessoal ou impessoal	Referir-se a infratores da lei como a ‘escória’ é um exemplo de representação impessoal.
Nomeado ou classificado	Cristóvam ou candidato?
Específico ou genérico	Candidatos à presidência ou os candidatos.

QUADRO 3: *Representação de atores sociais* (adaptado de Fairclough, 2003, p. 145-146)

³¹ A palavra ‘neoliberal’ tanto pode se referir ao ‘discurso capitalista’ quanto ao ‘discurso socialista’. É a relação semântica que orienta a identificação.

³² Refiro-me principalmente às leituras e interpretações que são compartilhadas tanto na produção dos textos quanto na recepção dos mesmos.

Para os propósitos desta dissertação, baseie-me principalmente nas discussões de Fairclough (2003) e no quadro acima. Van Leuween (1997) faz uma discussão mais ampla sobre a o tópico desta Seção, enfocando perspectivas sociológicas, críticas e lingüísticas, e apresenta um quadro que ele nomeou de “rede de sistemas” da representação dos atores sociais no discurso (p. 216). A noção de exclusão e inclusão de agentes sociais são os elementos iniciais do sistema que se subdividem e ramificam. Nesse processo estão englobadas e pormenorizadas as variáveis sugeridas por Fairclough (2003).

1.3.3 Significado identificacional

As diversas mudanças na sociedade contemporânea (sociopolíticas, tecnológicas, por exemplo) têm, evidentemente, provocado alterações nas identidades de agentes sociais. Desenvolve-se então um processo de auto-percepção identitária (Giddens, 1991, 2002), que coexiste com velhas e novas identidades (Stuart Hall, 1999) e a fragmentação de identidades (Hall, 2000; Luiz Paulo da Moita Lopes, 2002). Essas considerações sobre identidade e a importância de sua discussão é reconhecida, porém, esclareço que o foco nesta dissertação (com base na proposta teórico-metodológica central) muda um pouco.

O terceiro significado apresentado em *Analysing Discourse* se preocupa com os aspectos discursivos dos modos de ser (estilos), com os procedimentos de identificação nos textos³³. Nas palavras de Fairclough (2003, p. 17), focalizam-se os “textos no processo de constituição de identidades sociais de participantes dos eventos nos quais eles são uma parte”.

As CEs marcam claramente a identificação de atores sociais com diversos elementos que Fairclough (2003) sugere como características de estilos, por exemplo: entonação, pronúncia, vocabulário, metáforas, gesticulação, expressão facial, vestimentas³⁴ (ver Seção 4.4, no Capítulo 4).

Nas subseções 1.3.3.1 e 1.3.3.2, estão discutidas sucintamente as categorias de modalidade e avaliação, as quais contribuem para as análises de estilo em textos.

1.3.3.1 Modalidade

Em um processo de identificação nos textos, os atores sociais se comprometem (ou são representados se comprometendo) ou não com aquilo que dizem, com relação à verdade, com relação à necessidade. Esse possível comprometimento é uma questão de modalização textual.

³³ Cabe ressaltar que a identificação não é um processo puramente lingüístico, lembremos, em poucas palavras, da relação dialética entre discurso e prática social.

³⁴ Nesses últimos itens é considerada a relação como o não-verbal, como o mundo material e também a semiotização dele.

Uma das formas mais comuns de modalidade é diminuir o nível de obrigação com estratégias discursivas como: “*Pode ser* que eu faça isso”. Por outro lado, no âmbito político, por exemplo, é comum encontrar modalizações categóricas (principalmente em períodos eleitorais – nas ‘promessas de campanha’) em forma de assertivas como: “Eu farei isso”, ou com maior intensidade: “Com certeza, eu farei isso”.

Fairclough (2003) destaca que o processo de envolvimento das pessoas com aquilo que elas dizem é uma característica do que elas são. Sendo assim, as escolhas e verbalizações modalizadas fazem parte de um processo no qual a identidade pessoal é estruturada textualmente – sempre considerando a dialética com as relações sociais. O autor diz ainda que a modalidade colabora para perceber a relação entre gênero, discurso e estilo, considerando que quem interage com um outro representa o mundo de determinada maneira e o seu comprometimento (com a verdade, por exemplo) é uma forma de identificação.

Quanto a características de modalização, elas podem se diferenciar em níveis (baixo, médio, alto) e também serem percebidas na entonação ou maneiras de se expressar oralmente (confiante, hesitante etc.). Outras discussões são apresentadas no processo de análise das CEs na Seção 4.2.1.

1.3.3.2 Avaliação

O processo de identificação também é depreendido dos textos a partir da forma com que os atores sociais representados (ou explicitamente a voz da autoria) consideram algo bom ou ruim, desejável ou indesejável. Sendo assim, avaliações (considerações sobre atitudes e valores) são feitas com possibilidades alternativas de apreciação, porém, além disso, podem diferir em níveis de intensidade (gosto/amo/adoro) e muitas vezes se relacionam a perspectivas afetivas.

De acordo com Fairclough (2003), as avaliações também podem se fazer presente via declarações de juízo de valor explícitas (‘esse bolo é delicioso’) ou implícitas (‘que bolo delicioso’).

Uma última questão sobre o processo de identificação que é destacado por Fairclough (2003) e considerado nesta pesquisa é a ‘estetização de identidades públicas’. Os políticos contemporâneos se vêem ‘atados’ a preocupações com a imagem, com o ‘marketing pessoal’, e isso tanto atravessa as formas de uso da linguagem quanto à postura, vestimenta, gesticulação. Na Seção 4.2, amplio essa discussão com base nas análises. É preciso notar também que na vida privada a preocupação com a estética também tem atravessado o viés do mercado e propiciado uma constituição constante da identidade de consumidor/a.

1.4 Síntese teórica da ADC

Apresento a seguir, sinteticamente e em uma perspectiva gráfica, uma noção da teoria exposta neste Capítulo, a qual subsidiará as análises do Capítulo 4:

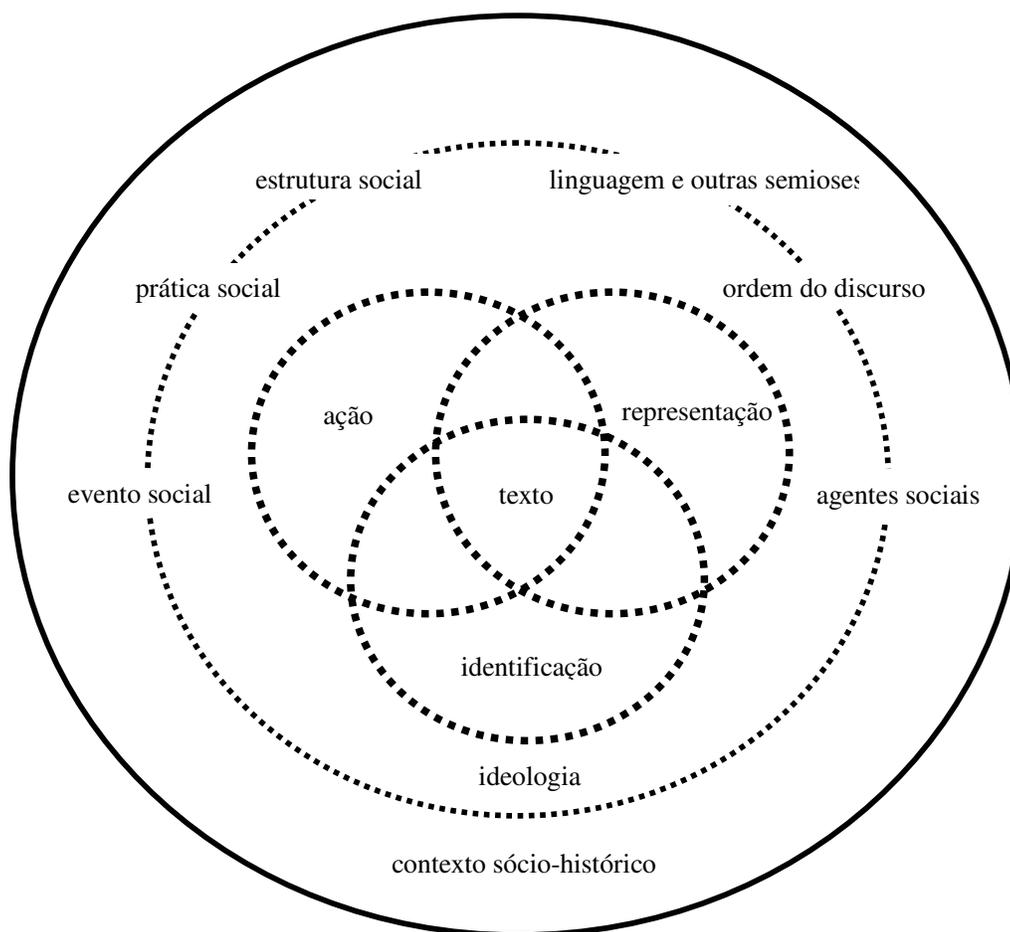


FIGURA 5: *Síntese teórica da ADC*

Em uma análise de discurso crítica (ADC) baseada na materialidade lingüística e em outras formas semióticas dos textos (análise de discurso textualmente orientada – ADTO), cabe examinar os diferentes significados (acional, representacional e identificacional), os quais são interligados entre si; porém, são distinguidos por uma questão analítica³⁵. Todo o texto coexiste com outros e relaciona-se a eventos, práticas e estruturas sociais.

Dentro dessas estruturas existem relações de poder, sendo assim, existirão formas de dominação e de utilização de recursos simbólicos para estabelecer e sustentar relações de

³⁵ O texto, que é um todo, é analisado em partes, que estão pontilhadas (indicando incompletude) e interconectadas por não serem independentes.

dominação dentro de circunstâncias sócio-históricas³⁶ (ver Seção 1.2).

Os textos podem produzir diversas significações e há uma multiplicidade de textos na sociedade. Um texto pode servir a alguma forma de dominação – pode ser um texto onde há ideologia (no sentido de Thompson, 1995), como pode também não servir a esse propósito e até se voltar contra ele³⁷. Uma parte da proposta desta pesquisa é, considerando o contexto sócio-histórico, examinar os textos criticamente e perceber a presença ou não da ideologia.

O texto é compreendido como momento/parte/elemento de um evento social (Fairclough, trad. 2001, 2003), e é ‘moldado’ de forma concreta pelo evento e pelos agentes sociais envolvidos. Note, porém, que as concepções mais abstratas (práticas e estruturas sociais) também são constitutivas do texto e do próprio evento.

A ‘ordem do discurso’ figura como a perspectiva mais ampla e abstrata da concepção de discurso e que se relaciona à prática social (no mesmo nível – é o aspecto discursivo das práticas sociais). Quanto à ‘linguagem e outras semioses’, mesmo afetadas por agentes e coexistindo com base nos eventos e nas práticas, posicionam-se no nível da estrutura social, conforme Fairclough (2003).

Na representação gráfica, estou considerando os níveis do mais abstrato ao mais concreto, por isso apresento em seqüência descendente: estrutura, prática e evento social de um lado e linguagem e outras semioses, ordem do discurso e agentes sociais do outro. O texto, que também é concreto, está no mesmo nível de: evento social e agentes sociais – os três relacionam-se diretamente.

Neste Capítulo, apresentei a teoria da ADC, os significados a serem analisados em textos e as respectivas categorias analíticas. Discuti conceitos de ideologia e fiz uma abordagem mais ampla da perspectiva que foi adotada para esta dissertação. Na última Seção, propus uma síntese da teoria da ADC que contempla conjuntamente a perspectiva de ideologia adotada nesta dissertação.

³⁶ Por isso incluí o ‘texto’ e os ‘significados’ dentro da ‘esfera’ da ‘ideologia’.

³⁷ Essa foi a razão para usar o pontilhado para a ‘ideologia’. Há aberturas; segundo a teoria, não existe um determinismo para que todo texto (ou forma simbólica) seja ideológico.

Capítulo 2

Charges eletrônicas: mídia e política

A forma de desenvolvimento da ADC, nesta pesquisa, demanda uma prática transdisciplinar que avance além da aplicação de categorias analíticas da lingüística. Uma análise social crítica também precisa ser feita, pois não há moldura analítica preexistente que por si só garanta uma análise de texto que considere as práticas sociais, processos e relações (Fairclough, 2003). O diálogo entre teoria social, linguagem, política, comunicação – no caso desta dissertação – aumenta a percepção para um trabalho analítico reflexivo.

Estão, neste Capítulo, algumas das reflexões das ciências sociais que foram úteis para o desenvolvimento desta pesquisa. Parte razoável das discussões apresentadas aqui aparece, principalmente, diluída nas análises do Capítulo 4 com o objetivo de produzir uma leitura até certo ponto fluida.

Apresento neste Capítulo, primeiramente, discussões específicas relacionadas a charges eletrônicas, à mídia e à política, para, em um segundo momento, correlacionar mídia e política, e por fim: charge eletrônica: mídia e política.

2.1 Charges eletrônicas

Um dos meios de comunicação que mais tem se desenvolvido, e continua com grandes perspectivas, é a Internet³⁸. Um universo onde se encontram uma ampla variedade e possibilidades de textos³⁹ que oferecem informação, entretenimento, comunicação, propaganda, compra, venda e conhecimento. Luiz A. Marcuschi (2005a, p. 22) pondera que “nossas atividades lingüísticas se dão por textos realizados em algum gênero discursivo”. Com as inovações tecnológicas, novos gêneros surgem, como as charges eletrônicas, por exemplo.

Um tipo de cartum “cujo objetivo é a crítica humorística imediata de um fato ou acontecimento específico, em geral de natureza política”, é assim que Carlos Rabaça & Gustavo Barbosa (1998, p. 126) definem ‘charge’. Há uma tendência das charges tratarem de questões políticas, no entanto as charges eletrônicas, principalmente as veiculadas na *Internet*,

³⁸ Uma discussão ampla sobre Internet pode ser encontrada em trabalhos de Manuel Castells (2003, 2004).

³⁹ Trabalhos recentes sobre usos da linguagem e gêneros na Internet podem ser encontrados em livros organizados por Luiz A. Marcuschi e Antônio C. Xavier (2005) e por Júlio C. Araújo e Bernardete Biasi-Rodrigues (2005).

têm se mostrado ecléticas. Para se ter uma boa charge, é necessário ir em busca de um assunto atual e focalizar, segundo os autores, no ponto central da atenção e do interesse do público leitor. Essa perspectiva de contexto recente, desenho e humor favorece a atração.

Em tempos midiáticos, nada melhor do que unir som, legenda (às vezes é opcional) e seqüência de imagens com animação gráfica a características da charge ‘tradicional’ – essa é a proposta da CE. Contando com a recepção histórica que já se tem nas tradicionais, a CE vem conquistando espaço. Está fora dos veículos impressos, estende-se na rede (*Internet*) ou fica ancorada na TV. Proporcionar ao leitor e à leitora (‘internauta’/telespectador/a) as oportunidades de ouvir o(s) personagem(ns) (caricatura(s)) e vê-lo(s) em movimento têm sido algumas das razões de seu sucesso. O (tele)Jornal Nacional apresentava diariamente em sua programação (em 2005, por exemplo); é possível encontrá-la na *Internet*, nos sites: www.charges.com.br; www.supercharges.com.br; www.humortadela.com.br.

Para Fairclough (2003), é possível diferenciar gêneros com base nas tecnologias de comunicação para as quais eles são especializados. O termo ‘Charge eletrônica’⁴⁰ é apresentado no *Dicionário de Comunicação* de Rabaça & Barbosa (1998, p. 594) como uma outra opção para o verbete ‘videocharge’, sendo sua definição: “um cartum para televisão, com efeitos de animação, geralmente produzido por meio de computador gráfico, ou através de técnicas tradicionais de desenho animado, *animated captions* etc.” Como esse gênero recentemente tem se tornado bem conhecido no espaço virtual da *Internet*, o termo ‘videocharge’ foi preterido nesta pesquisa por passar uma idéia mais associada à televisão, enquanto o outro parece contemplar igualmente TV e *Internet*.

Em entrevista via *e-mail* (ver Anexo M), o autor das CEs do site www.charges.com.br (Maurício Ricardo Quirino) comenta:

o primeiro a colocar charges na Internet foi o Mariano, no Chargeonline (www.chargeonline.com.br). Eram charges feitas pra jornal, mas havia alguma experimentação com animação usando Gifs animados. No portal Terra tinha também o Cybercomix, que chegou a publicar animações de autores como o Laerte, por exemplo. A diferença do meu trabalho foi a incorporação do áudio e das músicas. As experiências anteriores eram mudas. No exterior tem vários sites de animação, mas não conheço nenhum de charges animadas, ou seja, que falem de temas do cotidiano.

Considerando as necessidades de pesquisa, Marcuschi (2005b, p. 14) fala de três aspectos relevantes para o estudo de gêneros eletrônicos/digitais:

(1) seu franco desenvolvimento e um uso cada vez mais generalizado; (2) suas peculiaridades formais e funcionais, não obstante terem eles

⁴⁰ Utiliza-se correntemente também o termo ‘charge animada’, por estar se referindo a um tipo de charge que contém animação gráfica.

contrapartes em gêneros prévios; (3) a possibilidade que oferecem de se rever conceitos tradicionais, permitindo repensar nossa relação com a oralidade e a escrita.

A CE é indicada para análise por conta de suas características e pela multiplicidade de discursos que nela se entrecruzam (e a forma como os discursos estão presentes nos textos). Ela pode promover uma nova percepção dos temas e fatos que retrata até mesmo pelo uso do humor, abrindo espaço, inclusive, para uma percepção crítica. Se ela inova, avança ou mantém discursos é uma questão para se analisar em cada CE (lembrando também do papel do(a) leitor(a)/receptor(a) no processo de interpretação).

Pela animação das imagens, ela pode surpreender o sujeito receptor a cada instante por meio da seqüência humorística que vai se desvelando. Dentro de um tempo em que cada vez menos a linguagem verbal apresenta-se isolada, uma das características essenciais da CE é a articulação que existe entre diferentes linguagens. Se a compararmos com outro gênero (artigo ou reportagem, por exemplo) veremos que “nas mesmas condições contextuais, para um mesmo referente, os discursos produzidos podem apresentar características diferentes” (Helena N. Brandão, 2000, p. 26).

Dentro dessa discussão, é produtiva uma observação que Bakhtin fez no início dos anos 50 em sua teoria sobre gênero (2003 [1979], p. 262):

A riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo essa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo.

Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 50), mesmo enfatizando a linguagem verbal nessa respectiva publicação, afirmam que é preciso levar em conta outros sistemas semióticos como o de som, música, corporal “(gestos, toque, proximidade)” e visual “(imagem estática e em movimento)”. Para Kress & van Leeuwen (1996), uma parte fundamental de disciplinas críticas é/deve ser a análise da comunicação visual.

2.1.1 Humor

Uma característica que a charge eletrônica mantém em relação à tradicional é que, segundo Nair Gurgel (2003), o autor da charge conjuga elementos díspares, ao figurar a autoridade e destroná-la e ao apontar a ordem instituída pelo reverso de sua aparência séria. E esse é um dos atributos que pode provocar riso. Em um prisma semelhante, Henri Bergson

(2001, p. 94)⁴¹, tratando sobre o riso, diz: “Expressar honestamente uma idéia desonesta, tomar uma situação escabrosa, um ofício humilde ou um mau comportamento e descrevê-los em termos de estrita *respectability*, tudo isso geralmente é cômico”⁴².

Para Bakhtin (1987), o riso na linguagem carnavalesca, representado na obra de Rabelais, tratava de alternância e renovação, de uma compreensão de que as autoridades e verdades do poder eram relativas. Para ele, o caráter ambivalente desse riso deveria ser percebido, pois tanto divertia (com profundidade e força) quanto satirizava (negativo em relação à seriedade). Esse tipo de riso, que cumpre essa função ambivalente, colaboraria para uma percepção mais crítica. Mas seria esse o tipo de humor que encontramos de maneira mais recorrente em nosso cotidiano e, pontualmente, nas CEs do *corpus* desta pesquisa?

Para Georges Minois (2003), o riso moderno é bem diferente daquele que é apresentado por Bakhtin (1987). Com o riso que se tem na contemporaneidade, a capacidade de revolta é aniquilada. Independente do que se faça ou se conte em um processo humorístico, o outro não se choca mais, segundo o autor, é simplesmente uma questão de diversão: “o vigor do riso de outrora vinha de sua seriedade. Ele estava a serviço de certezas contra outras certezas. O riso moderno perdeu sua seriedade, logo, seu vigor; não serve pra mais nada, só pra fazer rir” (Minois, 2003, p. 632).

Ele discute ainda que, ao expor a sombria verdade sobre a forma de riso, propagam-se os comportamentos e práticas que supostamente são criticados, produzindo um enfraquecimento do debate das idéias. As CEs que serão analisadas tratam de questões políticas e sobre essa perspectiva Minois (2003, p. 596) chega a dizer que “a zombaria política generalizada, longe de desembocar na subversão, acaba contribuindo para banalizar as práticas que denuncia”. É como se o meio político se tornasse cômico.

Se concordarmos com essas concepções, o potencial crítico das CEs mostra-se enfraquecido. O humor provoca a atração, mas não iria muito além disso. Os absurdos parecem tornar-se naturais e, em vez de provocar/promover mudanças, produz-se o risível, o que geraria então uma acomodação. “A ferocidade caricatural não choca porque não é levada a sério” (Minois, 2003, p. 632). O riso atual torna-se neutro, perdendo assim, sua força corrosiva.

Pode-se lançar luz à análise das CEs por meio da seguinte fala de Thompson:

Nas histórias corriqueiras e nas piadas que preenchem muito de nossas vidas cotidianas, estamos, continuamente, engajados em recontar a maneira como o mundo se apresenta e em reforçar, através do humor que lucra às custas

⁴¹ Em texto clássico publicado em 1900 com o título ‘Le Rire’.

⁴² Das cinco CEs do *corpus* desta pesquisa, três têm elementos dessa forma de expressão (ver Capítulo 4).

dos outros, a ordem aparente das coisas. Pelo fato de contar histórias e de recebê-las contadas por outros (escutando, lendo, olhando), podemos ser envolvidos em um processo simbólico que pode servir, em certas circunstâncias, para criar e sustentar relações de dominação. (1995, p. 83)

Se refletirmos sobre isso e a estratégia de *narrativização* (ver Capítulo 1, Seção 1.3) da corrupção no Brasil⁴³, a forma como ela é construída e interpretada na vida cotidiana e nas CEs, por exemplo, poderemos analisar se as formas simbólicas utilizadas nos textos do *corpus* desta pesquisa estão servindo ou não para estabelecer e sustentar relações de dominação – como a manutenção de corruptos no poder. Se a resposta for sim, seria uma maneira, mesmo que indireta, da ideologia estar presente por meio do *modus operandi* da *legitimação*.

Por outro lado, pode haver, também, segundo o próprio Thompson (1995, p. 91), a presença de *formas simbólicas contestatórias* da ideologia, pois:

A própria existência da ideologia pode provocar sua contradição: as pessoas, ao invés de aceitar passivamente as formas ideológicas e as relações de dominação por elas sustentadas, podem contestar ou denunciar essas formas e relações, podem ridicularizá-las ou satirizá-las, podem procurar esvaziar qualquer força que as expressões ideológicas possam ter em circunstâncias particulares.

Essas observações servem tanto para a perspectiva de análise dos textos, quanto para a perspectiva do produtor e de receptores/as.

2.2 Mídia

O termo ‘mídia’ é compreendido principalmente como meio de comunicação, sendo assim, de maneira geral, engloba algum tipo de suporte tecnológico (telefone, rádio, televisão, Internet, imprensa) e/ou produto (jornais, programas de rádio/TV, livros, filmes). Além disso, refere-se também a instituições/empresas/veículos de comunicação. Gostaria de destacar aqui um outro entendimento menos comum, que considera a mídia não só como ‘meio’, mas também como ‘agente’. As pessoas que são proprietárias de instituições de comunicação são inquestionavelmente relacionadas/influenciadas por grupos econômicos e políticos, e exercem influência na sociedade (o que inclui também outras instituições de comunicação)⁴⁴.

Em todos esses aspectos do termo, aconteceu uma intensa mudança nos últimos anos

⁴³ Para exemplificar uma relação entre a citação de Thompson (1995, p. 83) e o Brasil, vale a seguinte piada que circula nacionalmente: ‘Cada país tem sua desgraça/calamidade. O Japão tem terremotos; os Estados Unidos têm ciclones... e o Brasil, tem o que? Políticos corruptos’ (ver Seção 2.3.1 e 2.4 para uma discussão sobre a corrupção em nosso país e em outros).

⁴⁴ “Nas sociedades democráticas, os principais meios de comunicação são representados, essencialmente, por grupos empresariais, cada vez mais concentrados e globalmente interconectados, embora sejam, ao mesmo tempo, altamente diversificados e com atenções voltadas para mercados segmentados”. (Castells, 2002, p. 370-371).

(veja ‘modernidade tardia’ no Capítulo 1, Seção 1.1.3): grandes inovações e maior acesso a suportes tecnológicos e produtos; uma crescente dependência dessas formas de mediação; modernização e aumento do número de instituições de comunicação; fortalecimento social e principalmente de atuação política dessas instituições (que são conduzidas pelos/as proprietários/as), em particular das que têm maior visibilidade e audiência/público consumidor⁴⁵; novas formas de se comunicar globalmente – em especial por meio da Internet⁴⁶.

À medida que o alcance dos veículos de comunicação se amplia, amplia-se também o seu poder. Por eles conseguirem desvencilhar-se de determinados controles políticos (tendo relativa autonomia) e por apresentarem, por exemplo, reportagens de investigação, tornam-se uma fonte principal de informações e formação de opinião (Manuel Castells, 2002). Refletindo sobre isso, Slavoj Žižec (1996, p. 21) observa que: “vivemos em uma sociedade do espetáculo (Guy Debord) em que a mídia estrutura antecipadamente nossa percepção da realidade e a torna indiscernível de sua imagem ‘esteticizada’”.

Sendo a tendência mais forte da população apoiar-se no que diz a mídia, o próprio questionamento ou reflexão se esvai, a aparência é que a reflexão já está pronta pra ser ‘consumida’. Ocorrendo, então, um silenciamento, um enquadramento social. Uma normalização de comportamentos, que pode, como diria Hannah Arendt (1983, p. 50), “abolir a ação espontânea ou a reação inusitada”⁴⁷.

Há ainda duas outras questões a serem observadas aqui. Uma refere-se à concorrência, que provoca, por exemplo, a necessidade do ‘furo de reportagem’, da urgência e acaba muitas vezes na publicação de informações perigosas e nem tanto seguras – sem que o público saiba disso (Pierre Bourdieu, 1997, p. 77).

A outra questão refere-se a ‘construção dos fatos’, “a mídia geralmente pretende tratar de fatos, da verdade e de questões de conhecimento. Ela sistematicamente transforma em ‘fatos’ o que freqüentemente não passa de interpretações de conjuntos de eventos complexos e confusos” (Fairclough, trad. 2001, p. 201). No entanto, as instituições de comunicação ‘consideram-se’ neutras, desinteressadas, expressando percepções e argumentos de jornalistas – camuflam assim o papel construtivo da mídia (Fairclough, 1995).

⁴⁵ Fairclough (2003, p. 31) afirma que “a capacidade para influenciar ou controlar processos de mediação é um aspecto importante de poder em sociedades contemporâneas”.

⁴⁶ Parece desnecessário o que Joshua Meyrowitz (1986) comenta sobre mídia eletrônica, afirmando que ela ultrapassa as fronteiras e definições de situações baseadas em ambiente físico. Mas considerando essa questão básica e fazendo análises sobre as conseqüências da globalização é que Baumann (1999) considera a idéia de “fim da geografia” mais plausível que a de “fim da história”.

⁴⁷ Por mais que esse seja um problema, é preciso destacar o caráter de ‘tendência’ – não existe uma maneira de recepção ou comportamento completamente uniforme.

2.3 Política

A percepção do ser humano como um ser político é importante e norteadora. Vive-se com o outro e estabelecendo relações constantes. Entender de política, então, colabora muito para a melhoria dessas relações. Há, outrossim, uma especificidade na política que não apetece a todos e muitas vezes é considerada a significação única desse vocábulo: a *política formal* (termo utilizado por Giddens, 1996) – relacionada a governos, partidos, eleições.

É essa política formal que exerce um grande poder sobre a vida dos cidadãos, desde questões relativas ao atendimento das condições existenciais básicas (alimentação, saúde, moradia) à própria delimitação da liberdade de expressão. Mesmo assim, grande parte da população se mantém distanciada e apática em relação a essa esfera de decisões/governo/legislação. Castells (2002, p. 404) observa que essa alienação política é crescente em todo o mundo e deve-se, por exemplo, à percepção da incapacidade de resolução dos problemas pessoais por meio do Estado e pelo “instrumentalismo cínico praticado por políticos profissionais”.

É preciso, também, questionar quais são os espaços efetivos para a participação na política formal. Tanto as possibilidades legais quanto aquelas que realmente funcionam/são utilizadas na prática. Inequivocamente, isso depende do regime de governo, que pode ser, por exemplo, totalitário, ditatorial ou democrático.

2.3.1 Democracia

Nesta Seção, almejo tratar da democracia à luz de diferentes análises de teóricos, mais especificamente, Norberto Bobbio (1986) e Giddens (1996). E, nessa perspectiva, apresentar problemas, transformações e possibilidades de mudanças para esse regime que tem se difundido em diversos países, mesmo tendo diferenciações relacionadas ao tempo de implantação, legislação, aspectos culturais específicos⁴⁸.

No decorrer do texto, há menções sobre a realidade brasileira, seja na forma de exemplos específicos ou como uma possibilidade de debater sobre nossa condição. Um momento especial foi o que vivemos recentemente (em 2006), às vésperas de eleições federais, estaduais e distritais, quando a discussão sobre determinados aspectos da política formal vieram à tona. Porém, o debate sobre democracia foi diminuto (como geralmente é),

⁴⁸ Uma discussão que observa a influência da democracia em um aspecto ligado à linguagem pode ser encontrada em Fairclough (trad. 2001). O autor fala sobre a ‘democratização’ do discurso como “a retirada de desigualdades e assimetrias dos direitos, das obrigações e do prestígio discursivo e lingüístico dos grupos de pessoas” (p. 248).

muitas vezes carregando esse rótulo para discutir uma pequena parte do todo com uma aparência, inclusive discursiva, de que essa parte seria o todo.

A eleição como ‘festa da democracia’ ou ‘o dia principal da democracia’ é um exemplo da discussão da parte como um todo. Um reducionismo que causa problemas e estigmatiza o próprio regime democrático. Dessa forma, ‘o dia da democracia’ é só um e simbolicamente fragiliza a perspectiva de uma continuidade de prática democrática no intervalo entre eleições.

De outra maneira, o que temos não é o ‘governo do povo’ (considerando a etimologia), mas eleições para escolher quem estará no governo. Depois do escrutínio, ‘tudo volta à normalidade’ para a maioria da população. Pouca participação, cobrança, proposições, acompanhamentos⁴⁹ – atitudes que enfraquecem até a *accountability*⁵⁰.

É preciso dizer que até mesmo as opções de escolha de candidatos são advindas de grupos organizados e há um entendimento altamente questionável sobre a forma de escolher alguém para candidatar-se: “aquele/a que tiver as maiores possibilidades de ser eleito/a”.

Além dessas questões, há uma corrente teórica que está arraigada na concepção de democracia em nosso tempo: a ‘teoria das elites’. Seus fundadores seriam Gaetano Mosca (1939[1896]), Vilfredo Pareto (1935[1916]) e Robert Michels (1982[1912]), de acordo com Luis F. Miguel (2002a), o qual destaca que uma maior influência desse ‘elitismo’ ocorre na atualidade a partir da teoria de Joseph Schumpeter (1984[1942]) e ressalta que, para essa corrente, segundo eles próprios, “sempre existirá uma minoria dirigente e uma maioria condenada a ser dirigida, o que significa dizer que a democracia, enquanto ‘governo do povo’, é uma fantasia inatingível”. Pode-se ver então que o *demos* é ‘afastado’ da *democracia*.

A democracia representativa⁵¹ é o modelo moderno, como é o caso no Brasil. Sendo assim, a democracia direta acontece, em geral, em referendos e plebiscitos muito esporádicos. Elege-se alguém para representar os interesses do povo e então surgem as perguntas: Que povo? Ou melhor: Que grupo? Que partido? Que interesses pessoais? Que classe social? Que movimento social? Que setor empresarial/industrial?

Bobbio (1986, p. 12) colabora com a discussão ao lembrar que o ‘povo’ não tem acesso direto ao governo, existem intermediários institucionais que fazem parte do próprio

⁴⁹ Jorge, participante da pesquisa, comenta sobre esse problema e diz que para muitos confiar o voto a alguém é transferir a responsabilidade para esse alguém (Anexo J).

⁵⁰ Refere-se a um controle social sobre quem detém cargo público por meio de eleições diretas (os governantes) e por isso tem a necessidade/dever de prestar contas e justificar suas ações no exercício de um mandato. Por conta disso, também se sujeita a possíveis punições, como, por exemplo, não ser eleito/a para um novo mandato.

⁵¹ “significa genericamente que as deliberações coletivas, isto é, as deliberações que dizem respeito à coletividade inteira, são tomadas não diretamente por aqueles que dela fazem parte, mas por pessoas eleitas para esse fim” (Bobbio, 1986, p. 44).

‘jogo’ democrático: os partidos políticos, “os únicos autorizados a funcionar como elos de ligação entre os indivíduos e o governo”.

Pode-se dizer, segundo Bobbio (1986), que a atuação concreta da democracia ocorre pela sucessão de grupos de poder via eleições livres, mas, na verdade, pondera o autor, para os ideais democráticos é um contra-senso a permanência das oligarquias ou das elites no poder. Michels, um dos fundadores da ‘teoria das elites’, apresenta em seu livro ‘Sociologia dos partidos políticos’ (1982) a tese da ‘lei inexorável de formação de oligarquias’. Se considerarmos a característica ‘inexorável’, chegaremos a um determinismo⁵² e a um fim da possibilidade de concretização do ideal democrático citado por Bobbio. É avançando e superando a perspectiva reducionista de fim único que tanto Bobbio⁵³, quanto Giddens, Jürgen Habermas e outros pensadores propõem reflexões e modificações nas práticas democráticas.

Bobbio (1986, p. 22-33) analisa que a sociedade de hoje é muito mais complexa do que aquela para a qual se idealizou um projeto político de democracia e elenca, por conta disso, seis promessas que não foram cumpridas (nem poderiam ser) nesse ideal democrático:

1) “A hipótese do indivíduo soberano que, entrando em acordo com indivíduos igualmente soberanos, cria a sociedade política”. Na prática, são os grupos (organizações, associações, sindicatos, partidos) os protagonistas na vida política.

2) Na representação política, o representante era chamado “a perseguir os interesses da nação”. O que acontece, no entanto, no dizer de Bobbio, é uma revanche, na qual prevalece a representação dos interesses do representante, da disciplina partidária, do atendimento a sistemas corporativos.

3) O poder oligárquico não foi derrotado. A teoria das elites traz enviesamentos à concepção atual de democracia e quando muito, na prática dita democrática, acontece a concorrência entre várias elites em busca do voto do povo. A situação complica-se ainda mais quando as elites são poucas ou há um poder hegemônico que consegue ‘perenizar-se’ no poder.

4) Não houve muito avanço no espaço democrático, quando se esperava o estabelecimento da democracia política e que essa se estendesse à democracia social.

5) O poder invisível não foi eliminado. Como exemplo, Bobbio fala sobre o poder invisível na Itália (máfia, camorra, lojas maçônicas anômalas...). Podemos conjecturar que no

⁵² Faça essa reflexão embora Michels não seja ‘determinista’ em seu livro.

⁵³ A esse respeito especificamente, Bobbio (1986, p. 61) afirma que “tal defeito apenas pode ser corrigido pela existência de uma pluralidade de oligarquias em concorrência entre si”. Pondera ainda que muito melhor seria se os indivíduos se tornassem mais participantes e assim, a sociedade civil menos oligárquica.

Brasil esse poder invisível poderia estar sendo exercido, por exemplo, pelos grandes financiadores de campanha, por grupos de proprietários de veículos midiáticos, entre outros. Pior ainda é pensar que, em vez de a/o cidadã/o ter o controle público do poder, é ela/ele que pode ser controlada/o (monitorada/o) por quem detém o poder.

6) A educação para a cidadania, se houve, não cumpriu exatamente seu objetivo de sair da perspectiva de súditos para cidadãos e de cidadãos passivos para cidadão ativos. O próprio exercício da prática democrática não resultou necessariamente em uma educação para a democracia. Ademais, a apatia política é, sem equívocos, um problema.

Esse último item pode ser visto por um aspecto que o próprio Bobbio retrata (1986, p. 13-14), porém não faz correlações – as relações do indivíduo com a sociedade na perspectiva do liberalismo e da democracia. O liberalismo “separa o indivíduo do corpo orgânico da comunidade”, ele tem que lutar por sua sobrevivência e nos tempos mais recentes se ouve reiteradamente que o indivíduo tem que ser competitivo, tem que ‘vencer na vida’, tem que conquistar seu espaço em um mercado de trabalho restrito e excludente – ou seja, uma série de demandas que tem provocado a intensificação do chamado ‘individualismo’ na sociedade capitalista. Por outro lado, a democracia pretende que “homens singulares” formem uma sociedade como uma associação de indivíduos livres e que superem o isolamento na busca de instituir um poder não tirânico.

Talvez o interesse democrático esteja sendo atendido, da forma restritiva já apresentada (no momento do voto), porém, o atendimento aos ordenamentos econômicos é premente. Põe-se, dessa forma, a democracia em segundo plano (ou terceiro, ou...). Assim, instaura-se uma apatia que afeta tanto a democracia política (política formal, nesse caso) quanto à democracia social (outras esferas comunitárias). É preciso ressaltar que o desinteresse pelas questões políticas não pode ser determinado somente por esse viés, contudo, ele precisa ser considerado.

As promessas não cumpridas que foram citadas esbarraram em três obstáculos indicados por Bobbio (1986, p. 33-36) em decorrência das ‘transformações’ da sociedade civil:

1) A mudança da economia familiar para a economia de mercado demandou especialização. Dessa maneira, a tecnocracia precisou conviver com a democracia e o espaço onde ‘todos poderiam decidir sobre tudo’ foi fragilizado.

2) Ocorreu um contínuo crescimento do aparato burocrático, que, numa perspectiva piramidal, tem seu poder partindo do vértice à base – o contrário da democracia, a qual, apesar disso, necessita desse convívio. Ora, a burocracia é necessária até mesmo para atender

as necessidades dos/as cidadãos/ãs e principalmente para controlar as questões relativas a essas necessidades; o/a proprietário/a quer a garantia do direito à propriedade, o/a analfabeto/a quer escolas gratuitas, o/a não-proprietário/a quer proteção contra o desemprego, aqueles/as que não têm boa condição financeira querem um sistema de saúde estatal de qualidade.

3) Por conta dessas demandas é que surge o terceiro obstáculo: o baixo rendimento, isto é, o governo democrático não consegue atender na totalidade, nem com rapidez toda a gama de pedidos que recebe.

Mesmo com toda essa problemática apontada, Bobbio (1986) mantém-se otimista quanto à democracia, destacando que apesar da ‘quebra de expectativas’ não é possível confundi-la com um estado autocrático e menos ainda com um totalitário. E acrescenta que alguns ideais necessários para o futuro da democracia já colaboraram com o presente dela: o ideal da tolerância, da não-violência, da renovação gradual da sociedade e da irmandade.

Partindo agora para considerações de um outro autor, vemos que Giddens (1996) procura discutir a democracia iniciando com um panorama sintético das transformações que tem acontecido de maneira intensificada: o controle da mudança entra em declínio; há uma percepção de impossibilidade de mudança radical; o conservadorismo acaba acompanhando e apoiando as transformações provocadas pelo capitalismo competitivo; o socialismo torna-se ‘conservador’ ao defender o *welfare state*⁵⁴ (por exemplo, as instituições previdenciárias); no momento, os radicais se fazem presentes nos movimentos sociais; o desejado controle exercido pelo ser humano dá lugar a um mundo em descontrole por conta da ação do próprio ser humano, gerando um risco artificial.

Além do que foi apresentado anteriormente, Giddens chama a atenção para três conjuntos de desenvolvimento que precisam ser considerados nessa conjuntura:

1) Globalização – com a intensificação da ação à distância; possibilidade de comunicação global instantânea e transporte de massa; influência em contextos locais e globais.

2) Ordem social pós-tradicional – mudança nas tradições, as quais são reinventadas (nacionalismo, família, gênero, ciência) e precisam de justificativas; ascensão do fundamentalismo.

3) Reflexividade social – uma categoria subjetiva ligada ao saber pensar (convivência, relações, diálogo com o ‘*self*’ e com o outro).

⁵⁴ Em poucas palavras, é o comprometimento social do Estado com a população (nas áreas de saúde, alimentação, educação, por exemplo). É também conhecido como ‘Estado de bem-estar social’. O enfraquecimento do Estado nessa perspectiva, segundo Castells (2002), abala a própria legitimidade política.

As exigências de reconstrução política, de eliminação da corrupção, além de um descontentamento muito difundido com relação aos mecanismos políticos ortodoxos todos esses fatores são, em algum aspecto, expressões de uma reflexividade social aumentada. (p. 16)

Giddens (1996), em seguida, traz a reflexão sobre democracia para questões práticas e estabelece uma discussão sobre o impacto da indústria, da ciência e da tecnologia sobre a natureza e as alterações que são causadas na modernidade por conta disso. Ele critica o capitalismo pela opressão econômica e a geração/manutenção da pobreza e indica a democracia (como acontece na maioria dos países do mundo) em oposição ao autoritarismo político. O autor (1996, p. 21-28) defende a idéia de que é necessário reconstituir uma política radical com base em seis pontos estruturais, a saber:

1) Restaurar as solidariedades danificadas – deixando o simples individualismo da perspectiva neoliberal que seria interesseiro e voltado para o lucro, para uma perspectiva de indivíduo com alto grau de reflexividade, que se desenvolve com autonomia, reciprocidade e interdependência com os demais.

2) Reconhecer como central a *política de vida* – um debate contínuo sobre o estilo de vida atual que parte muito mais de decisões humanas do que da natureza ou das tradições.

3) Desenvolver a *política gerativa*, a qual “existe no espaço que liga o Estado à mobilização reflexiva na sociedade em geral” e permite “aos indivíduos e grupos fazerem as coisas acontecerem”. Giddens acredita que esse é o meio de tratar de pobreza e exclusão social, atualmente, com eficiência.

4) Estabelecer a democracia dialógica – uma forma mais radical de democratização em relação à democracia liberal.

5) Repensar o *welfare state* – direcionando-o mais para o risco externo do que para o interno e atuando mais como uma previdência positiva que trate de políticas de vida no intuito de ligar a autonomia com responsabilidades pessoais e coletivas.

6) Enfrentar o papel da violência nas questões humanas – pois falta uma teoria política normativa sobre a violência, seja violência de rua, de gênero, mundial. As formas de lidar com conflitos de valores (que acabam muitas vezes gerando violência) seriam quatro, segundo o autor: a segregação geográfica, o distanciamento, o diálogo, uso da força ou violência. O problema limite está entre o fundamentalismo e o diálogo. Cabe também observar que: “A violência geralmente provém de choques de interesses e lutas pelo poder; em consequência, existem muitas condições estritamente materiais que teriam de ser alteradas a fim de contestá-la e reduzi-la”.

Tratando de questões mais específicas do regime democrático, Giddens (1996)

discorre sobre a popularidade (no momento atual) da democracia e diz que isso se deve ao fato de ser “o melhor sistema político que a humanidade pôde propor” (p. 122). Ele diz ainda que “a democracia liberal, associada ao capitalismo na esfera econômica foi o que restou”.

Essa democracia vem apresentando problemas semelhantes em diversos países, entre eles está a indiferença em relação às instituições políticas, uma certa alienação. O que se discutiu anteriormente sobre o individualismo, junto às idéias de Bobbio, é apresentado por Giddens numa visão de que para muitos a política partidária e o que acontece nela não tem muita importância para os problemas e oportunidades de suas próprias vidas. Ocorre então um descontentamento em relação aos políticos – e, por mais que estejamos vivendo esse problema no Brasil de forma intensa, essa é a realidade de vários outros Estados-nação.

O que Giddens (1996) propõe de visão alternativa para a democracia como está posta é uma maior participação, representação e diálogo, o que ele mesmo denominou *democratização* da *democracia* dentro da esfera do Estado democrático liberal: a democracia dialógica, “situada no contexto de globalização e de reflexividade social” (p. 130). Dessa forma, a democracia dialógica não se restringe à política formal, atingindo assim, outras esferas da vida. Correlacionando com as discussões de Bobbio, é a extensão da democracia política para a democracia social. Uma possibilidade de relações, resoluções de conflito e estabelecimento de projetos que perpassem por um espaço dialógico no qual haja liberdade para participação.

Mesmo sem o objetivo de uma apresentação mais detalhada, registro aqui dois trabalhos de Habermas (1997 e 2002) que tratam sobre modelos normativos de democracia e fazem uma distinção entre democracia liberal e republicana, desenvolvendo, em seguida, uma concepção que ele denomina ‘política deliberativa’. Podem-se perceber nesses trabalhos aspectos que se assemelham a percepções de Giddens, bem como aos escritos de Bobbio – este, inclusive, é citado textualmente no que tange à sua discussão sobre democracia. Habermas também fala sobre uma teoria do discurso e identifica a igualdade de condições (humanas, jurídicas) e a liberdade como elementos das condições ideais do discurso e que o fim deste seria o melhor entendimento.

Há, sem dúvida, outros assuntos relacionados ao regime democrático que precisam ser discutidos como: a representação, os partidos políticos, multipartidarismo e entre outros, a reforma política (este último refere-se especialmente à realidade atual brasileira). É notório também que a discussão sobre democracia aqui apresentada é muito limitada, há muito mais questões que precisam ser feitas, discutidas, pesquisadas, refletidas.

Desde o projeto ateniense de democracia à aplicabilidade prática em diferentes contextos através de séculos e intensificada nos últimos 60 anos, uma série de problemas e limitações são constatados, como pudemos ver de forma breve. Em relação à democracia brasileira, André Ricardo N. Martins (2005, p. 139) a entende da seguinte forma:

como um processo, com conquistas e problemas a serem resolvidos, como a incapacidade de promover políticas efetivas e eficazes de erradicação da miséria e analfabetismo, de inclusão social em sentido amplo, e de combate ao racismo, à discriminação de vários feitores, à impunidade dos poderosos etc.

Alguns podem ironizar e perguntar: Não há nada ‘menos ruim’ do que a democracia? A resposta no momento, como já foi discutido, parece ser: Não. Esse regime é o melhor que temos, como pontuou Giddens (1996). Mas, assim como já existem uma série de proposições em busca de aperfeiçoamento, o trabalho da inventividade humana pode encontrar outras estradas nesse caminho, ou, quem sabe, um novo caminho.

Enquanto estamos vivendo esses dilemas, compartilho a esperança com outros autores: Bobbio (1986, p. 14), que defende o questionamento das contradições e dos vícios da democracia “sem desencorajar-se e sem perder toda a ilusão na possibilidade de melhorá-la”; Miguel (2002a), que considera que “o ideal democrático continua exibindo seu caráter subversivo” ao reivindicar maior participação e igualdade, ao tornar evidentes as promessas não cumpridas, a manutenção das desigualdades sociais e a subserviência ao “ordenamento capitalista” pelas ‘democracias realmente existentes’; Giddens (1996, p. 30), o qual reconhece que não há uma possibilidade de agência única que contenha as esperanças da humanidade, mas destaca que “existem muitos pontos de engajamento político que oferecem bons motivos para otimismo”.

2.4 Mídia e Política

Conforme discutimos até aqui, os meios de comunicação têm ocupado um papel central nas sociedades contemporâneas. Nas discussões cotidianas ou mesmo institucionais, eles fornecem uma gama de informações que praticamente estabelece sobre ‘o que conversar’. Mesmo sabendo que não há padrões fixos de recepção e interpretação, eles trabalham muitas vezes com tendências, com a pretensão de estabelecer também ‘o que pensar’ e ‘como pensar’. Diante disso, pode-se perceber sua influência nos processos cognitivos e políticos.

Uma teoria para compreender as relações entre mídia e política é a teoria dos ‘campos’, de Bourdieu. Em seu livro *Sobre a televisão* (1997, p.57), ele apresenta o conceito da seguinte forma:

Um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças. Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias.

Nesse mesmo livro, o autor comenta que apesar do jornalismo ser um campo, ele sofre pressão do campo econômico pela relação com a audiência. Avançando um pouco mais, o sociólogo considera que, sendo o jornalismo um microcosmo, ele tem suas próprias leis e suas atrações e repulsões em relação a outros microcosmos. As explicações não podem ser reduzidas com o foco apenas na área econômica. Como as ações de governo, ou relacionadas ao governo, cobrem boa parte dos noticiários e comentários, há uma forte fricção entre o campo de mídia e o campo político, principalmente em democracias eleitorais. Para Miguel (2002b), “mídia e política formam dois campos diferentes, guardam certo grau de autonomia e a influência de um sobre o outro não é absoluta nem livre de resistências; na verdade, trata-se de um processo de mão dupla”.

Castells (2002, p. 367) comenta sobre nosso momento atual observando que:

“a mídia eletrônica (não só o rádio e a televisão, mas todas as formas de comunicação, tais como o jornal e a Internet) passou a se tornar o espaço privilegiado da política. Não que toda a política possa ser reduzida a imagens, sons ou manipulações simbólicas. Contudo, sem a mídia, não há meios de adquirir ou exercer poder. Portanto, todos acabam entrando no mesmo jogo, embora não da mesma forma ou com o mesmo propósito.”

Dentro dessa necessidade, Castells engloba tanto esquerda, quanto direita ou centro e chama a atenção para o fato de que essa relação não cria um determinismo da mídia em relação à política, nem o contrário⁵⁵. Feito esse esclarecimento, o autor destaca o papel inegável da mídia nas eleições, na organização política, nos processos decisórios.

Wilson Gomes afirma que "a comunicação e a cultura de massa foram deixando de ser *meios* para se transformar em *ambientes* fundamentais para a política contemporânea" (2004, p. 60). Em consonância, Castells (2002, p. 396) fala que a mídia “é, na verdade, o campo de

⁵⁵ É preciso considerar que nem todas as práticas sociais e eventos sociais da política formal são apresentados/representados nos meios de comunicação. Além disso, as esferas de poder político que ganham maior visibilidade e com maior frequência são as que estão em um nível hierárquico diferenciado (poder executivo, por exemplo), ou tem um ‘alto valor de notícia’ (algum caso de corrupção em uma pequena cidade, por exemplo). Muitos vereadores no Brasil, por exemplo, têm espaço mínimo até em veículos de comunicação do próprio município.

batalha pelo poder”.

Além das/os próprios profissionais do meio e dos políticos, outros agentes sociais têm participado na mídia em sua relação como a política, como as/os proprietárias/os de empresas de capital privado, especialistas, membros de movimentos sociais; cidadãos/ãos que são particularmente solicitados/as a manifestar opinião⁵⁶ (Fairclough, 1995).

É preciso considerar que em todos esses processos ocorre conjuntamente uma relação de ‘autorização’ e ‘*accountability*’ do/a eleitor/a para com o político. No Brasil, de quatro em quatro anos, essa relação concretiza-se com mais evidência, mas é fundamental ter em mente que essa ‘prestação de contas’ (e a possibilidade de uma nova ‘autorização’) não é analisada somente em um pouco tempo que antecede as eleições, mas acontece durante todo um mandato. A ‘imagem’ das qualidades e deficiências é muito influenciada nas épocas de campanhas eleitorais, porém, tanto os políticos quanto os meios de comunicação sabem que a ‘construção’ ou ‘desconstrução’⁵⁷ de uma ‘imagem’⁵⁸ obterá melhores resultados caso se disponha de maior tempo.

Falando sobre a complexidade dos estudos em ADC, Wodak (2001, p. 64) explica a importância de um trabalho multitéorico para abarcar, por exemplo, questões de política, e faz a seguinte observação sobre os políticos:

Se nós considerarmos os políticos, por exemplo, como um grupo específico e não grupos homogêneos de elites, então eles são mais bem vistos de duas formas: como formadores de opiniões públicas específicas e interesses e como sismógrafos, que refletem e reagem à antecipação atmosférica de mudanças na opinião pública e à articulação de mudanças de interesses de grupos sociais específicos e partidos afetados. A relação entre mídia, políticas (todos os gêneros) e as ‘pessoas’ é muito complexa.

Com o objetivo de ampliar a discussão sobre a formação da opinião na esfera política, registro aqui o pensamento de Patrick Champagne (1990), que analisa a necessidade dos políticos de acumular um capital simbólico específico de credibilidade e confiança, o qual é avaliado constantemente pela mídia (que pode atingi-lo ao revelar um ‘escândalo’) e em eleições, além de possíveis protestos e pela influente ‘sondagem de opinião’.

Diferente dessa última, o que vem sendo chamado de ‘opinião pública’ tem um *status* na mídia e na política, mas não se ancora em um sentido mais literal e amplo do termo

⁵⁶ Na primeira CE analisada (ver Capítulo 4), há uma representação dessa participação popular e de ‘donos do capital’.

⁵⁷ Termo usado aqui em um sentido restrito, para falar sobre a ‘imagem’ (vocábulo usado por Castells, 2002) na política. Jorge, participante da pesquisa, utiliza o termo da mesma forma para se referir a esse tema, porém utiliza as palavras ‘construção e ‘desconstrução identitária’ em relação aos candidatos e aos partidos (Anexo J).

⁵⁸ Thompson (2002) observa que a visibilidade para o político tanto tem um lado positivo e necessário, quanto se apresenta como um risco.

(porém, exerce o poder dessa forma mascarada). Na prática, proprietários de rede de comunicação e ‘especialistas’ de algumas áreas (jornalismo, política, economia) ‘estabelecem’ a ‘opinião pública’, em relação à política, por exemplo⁵⁹. Apenas para citar uma situação, há momentos em que o resultado eleitoral demonstra que o povo estaria contra a opinião pública.

Sobre os escândalos, referidos anteriormente por Champagne, a partir de uma vasta bibliografia e citando diversos exemplos, Castells (2002, p. 391) fala sobre a “política do escândalo” e afirma que em todo o mundo uma série de escândalos tem atingido os políticos e o próprio sistema político⁶⁰; seja direcionando para questões particulares pessoais (sexo, alcoolismo etc.) ou de corrupção⁶¹. Pensando nisso, duas questões sérias e aplicadas à nossa realidade são: os escândalos (nas duas perspectivas) não se restringem ao Brasil, nem somos os campeões nessa modalidade (se é que essa ironia é cabível); essa constatação não serve para justificar ou minimizar os graves problemas que temos em nosso país (destaca-se, por exemplo, a impunidade). Castells (2002, p. 393) considera também que “à primeira vista, as denúncias de corrupção podem ser consideradas um bom indicador de uma sociedade democrática e de liberdade de imprensa”⁶².

No cotidiano, os/as detentores/as de cargos públicos fazem então sua publicidade e as instituições de comunicação trazem as notícias, denúncias, comentários e entrevistas. Os discursos entrecruzam-se e as instituições de mídia apresentam aparências diferenciadas diante de uma série de fatores (econômicos; de influência de grupos e sócio-históricos). O que cada um mostra ou não, e como mostra, pode variar. Em um regime democrático dificilmente haverá circunstâncias em que todos os veículos se alinhem ao discurso do governo, ou o oposto. Mas inquestionavelmente, as instituições de mídia que têm posição hegemônica jogam com mais força.

A imparcialidade total não existe (sempre algo que é dito irá favorecer ou desfavorecer alguém). Pode até ser possível jogar com a sua aparência – é o que geralmente se procura

⁵⁹ Trago esse problema para reflexão sem a intenção de ser categórico, haveria outras perspectivas a serem discutidas, mas creio que essa percepção da agência na ‘opinião pública’ é relevante.

⁶⁰ Os exemplos de Castells são principalmente dos anos noventa, mas poderiam ser facilmente atualizados até hoje.

⁶¹ Castells faz uma discussão sobre as razões que produziriam a corrupção na política, relacionando a mídia, a produção de escândalos e os agentes envolvidos nesse processo.

⁶² Sem negar o princípio da afirmativa, é preciso refletir em alguns problemas. Por exemplo, lembro aqui que foram diversos os comentários de analistas sobre o desfavorecimento da candidatura Lula na eleição de 2006 por parte dos principais veículos de comunicação. O mesmo problema de falta de isenção ocorreu de forma inversa na candidatura de Fernando H. Cardoso em 1998, o qual cobrou e recebeu apoio da mídia (veja Bernardo Kucinski, 1998). Raquel, Kátia e Jorge, participantes da pesquisa, falam de sua percepção do tratamento diferenciado sobre corrupção no governo do PT e do PSDB por parte da mídia (nos Anexos F, H e J).

fazer –, porém geralmente utiliza-se o emblema da imparcialidade plena.

A produção da agenda pública (as questões mais importantes pautadas para deliberação pública) é influenciada grandemente pelos meios de comunicação (Miguel, 2004). Percebe-se então o poder que a mídia exerce sobre os cidadãos e também sobre os agentes políticos. Em muitas circunstâncias, observa-se que a mídia comporta-se mais como agente (ator social) do que como ‘meio’.

A mídia (impressa e eletrônica) se autoinfluencia. A autoinfluência refere-se aqui à capacidade de um veículo de comunicação pautar o que será trabalhado por outros, seja em relação a conteúdo, formato, destaque ou mesmo interpretação de matérias. Por mais que haja uma certa hierarquia, em relação à TV por exemplo, os discursos são reverberados, e o ponto de partida pode alternar para um *blog*, um jornal ou uma revista semanal. Essas mudanças e inter-relações entre novas tecnologias causam efeitos no ‘modo de consumir informações’ e também transformações na linguagem política, que procura principalmente adequar-se para obter melhores resultados com as mudanças. Nas últimas décadas a ação política tem sido balizada por um quadro cada vez mais midiático (Miguel, 2002b).

Hannah Arendt (1983, p. 46) comenta que “na medida em que a imprensa é livre e idônea, ela tem uma função enormemente importante a cumprir e pode perfeitamente ser chamada de quarto poder do governo”. É inegável o valor da ‘liberdade de imprensa’ em um regime democrático. A questão que se apresenta em relação a esse pensamento da autora é: todos os veículos, ou melhor, qual é o veículo que é realmente livre e idôneo? Talvez o seja(m) para algumas questões (quais?). Mas não para todas. Há uma forte ligação com as próprias organizações às quais eles pertencem, ou a grupos, ou a políticos, ou a clientes. Por exemplo, o campo econômico e o campo político tensionam a autonomia do campo da mídia (Miguel, 2002b).

Retomando o tema da apatia de muitos em relação ao sistema político (Seção 2.3) e correlacionando-o à perspectiva midiática, registro aqui um comentário de Castells (2002, p. 402), que faz uma análise social focada nos partidos políticos, a qual colabora com nossas discussões:

Capturado na arena da mídia, reduzido a lideranças personalizadas, dependente de sofisticados recursos de manipulação tecnológica, induzido a práticas ilícitas para a obtenção de fundos de campanha, conduzido pela política do escândalo, o sistema partidário vem perdendo seu apelo e confiabilidade e, para todos os efeitos, é considerado um resquício burocrático destituído de fé pública.

2.5 Charge eletrônica: mídia e política

Conforme vimos até aqui, os meios de comunicação têm ocupado um papel central na sociedade moderna tardia⁶³. Eles exercem um grande poder na ‘reverberação’ ou ‘apagamento’ de discursos, contribuindo, assim, para a reprodução/transformação de práticas sociais. O próprio exercício do poder político tem sido cada vez mais demarcado por uma relação midiática, a qual tem se tornado intrínseca por estarem se imbricando constantemente. Muitos dos próprios gêneros discursivos tradicionais na política, por exemplo, têm dado lugar a modificações e vão se ajustando a gêneros discursivos da mídia (Fairclough, 1995).

As CEs trazem à cena, geralmente⁶⁴, muitos dos principais assuntos/discursos veiculados pela ‘grande’ mídia (empresas com maior poder de divulgação/influência) agindo/interagindo nesse outro gênero discursivo. “Nas sociedades contemporâneas, as pessoas recebem informações e formam sua própria opinião política essencialmente por intermédio da mídia, e principalmente da televisão”; considerando esse pensamento de Castells (2002, p. 370), podemos perceber em que nível outros meios de comunicação (e gêneros, textos, discursos) influenciam tanto a produção quanto a recepção das CEs⁶⁵.

A representação cômica, repetição (ou não) de discursos, críticas/denúncias, não se dão ao acaso nas CEs. Bakhtin (1995, p. 98) consistentemente afirmou que:

Toda a enunciação, mesmo na forma imobilizada da escrita, é uma resposta a alguma coisa e é construída como tal. Não passa de um elo da cadeia dos atos de fala. Toda inscrição prolonga aquelas que a precederam, trava uma polêmica com elas, conta com as reações ativas da compreensão, antecipa-as. Cada inscrição constitui uma parte inalienável da ciência ou da literatura ou da vida política.

Nessa mesma linha de argumentação, Bakhtin (1995, p. 107) diz que toda enunciação efetiva concorda ou não com algo. E que os contextos sempre estão em interação e conflito. Fairclough (2003) comenta que os textos dos meios de comunicação fazem parte de uma ‘cadeia’ (ou ‘rede’) de textos, que, de uma forma complexa, relacionam-se com eventos sociais. Ampliando a discussão teórica sobre novas práticas sociais na contemporaneidade, Fairclough (2003) discute os conceitos de ‘cadeia de gêneros’ e de gêneros híbridos (gêneros

⁶³ Termo apresentado na Seção 1.1.3, no Capítulo 1.

⁶⁴ Nas CEs analisadas, por exemplo, a influência das divulgações e análises das pesquisas eleitorais foi muito marcante nos textos. Mas é preciso perceber que há algumas inovações no tratamento de determinados temas (ver Capítulo 4), até por conta do gênero, e que muitas vezes assuntos marginais ou não tratados pela grande mídia são abordados nas CEs.

⁶⁵ Kátia, participante da pesquisa, diz que gostou da CE que viu, porque o texto ‘traduzia muito’ o que ela já pensava (Anexo H).

que se mesclam com outros e em algumas vezes resultam em novos gêneros), tratados nas Seções 1.2.1.1 e 4.2.1.

A CE representa um avanço na utilização de um meio de comunicação com uma forma diferenciada de expressão. Porém, mais significativa que essa constatação é refletir em uma questão de estrutura social e práticas sociais mais amplas. Como a mídia é um espaço de representação da sociedade, mas os meios de comunicação não representam toda a diversidade social, o exercício da democracia é prejudicado (Miguel, 2002b). Seria necessária a abertura de espaço para diferentes vozes, um espaço plural. Essa ainda é uma questão a se discutir, pois diferentemente do que muitos pensam em relação ao suposto ‘modelo democrático de comunicação’ na Internet (anos atrás pensava-se que seria o rádio), a capacidade de resolução do problema não extingue-se dessa forma. Uma questão simples é o número de ‘excluídos digitais’.

Neste Capítulo, apresentei discussões de práticas sociais que envolvem mídia e política e se relacionam ao gênero em análise (a CE) e ao tema dos textos selecionados (as eleições de 2006). Também acresci considerações sobre CEs e a perspectiva do humor. Assim, procurei fundamentar na dissertação a relação entre prática social e discurso.

Capítulo 3

Metodologia

Este Capítulo é composto por três Seções que apresentam os caminhos percorridos no processo desta pesquisa e a forma como o trajeto foi feito. Abordo, inicialmente, a orientação teórico-metodológica que subsidiou a prática: a pesquisa qualitativa e a análise de discurso crítica. Descrevo o *corpus* selecionado e quais foram as ações realizadas para desenvolver o projeto científico tratando da construção do *corpus* (inclusive, expondo as razões das escolhas), do trabalho com imagens que têm animação e áudio, das entrevistas da pesquisa e do processo de análises.

3.1 A pesquisa qualitativa

Esta dissertação está inscrita na epistemologia da pesquisa qualitativa por buscar dar visibilidade a aspectos do mundo por meio de um conjunto de práticas materiais e interpretativas. Também, por procurar depreender significados dos fenômenos, das práticas, dos discursos, dos textos, e propiciar espaço e voz para que outras pessoas possam apresentar os significados que elas depreendem (Norman Denzin & Yvonna Lincoln, 2006).

Para Uwe Flick (2004, p. 20):

os aspectos essenciais da pesquisa qualitativa [...] consistem na escolha correta de métodos e teorias oportunos, no reconhecimento e na análise de diferentes perspectivas, nas reflexões dos pesquisadores a respeito de sua pesquisa como parte do processo de produção de conhecimento, e na variedade de abordagens e métodos.

Esses aspectos foram considerados durante o desenvolvimento deste estudo e demonstram a necessidade, conforme Jennifer Mason (1996), de flexibilidade e da possibilidade de tomada de decisões no decorrer da pesquisa. O próprio processo de elaboração e execução do projeto vai articulando-se e rearticulando-se dialeticamente.

As pesquisadoras e pesquisadores que fazem pesquisa qualitativa destacam a “natureza socialmente construída da realidade”; observam e discutem “o *modo* como a experiência social é criada e adquire significado”; dão “ênfase às qualidades das entidades e aos processos e significados que não são examinados ou medidos experimentalmente” (Denzin & Lincoln, 2006, p. 23). Por essas razões, a pesquisa qualitativa mostra-se mais

adequada para este estudo, pois propicia condições para compreender as práticas sociais de maneira contextualizada, indo além de dados objetivos e numéricos.

Uma outra preocupação e orientação refere-se aos sujeitos de pesquisa e a forma ética como o/a pesquisador/a deve relacionar-se com eles. Este trabalho norteou-se pela concepção de que os sujeitos envolvidos na pesquisa não são meros informantes ou objetos de pesquisa, mas atores sociais (agentes, participantes) valorizados e respeitados⁶⁶.

Em consonância com os objetivos e a fundamentação teórica (ver Capítulo 1) desta dissertação, Joe Kincheloe & Peter MacLaren (2006, p. 281) consideram que “a pesquisa qualitativa, que formula sua finalidade no contexto dos interesses teóricos críticos”, produz conhecimento que questiona instituições e regimes de verdade.

3.2 O método de análise de discurso crítica (ADC)

De acordo com Denzin & Lincoln (2006), as práticas metodológicas da pesquisa qualitativa não têm diferencial de valor entre si, considerando que ela é composta de atividades interpretativas. O fato de este trabalho estar situado em um campo disciplinar amplo que estuda a linguagem – a lingüística – exige que a pesquisa seja direcionada para um foco mais específico na área. Além disso, a necessidade da delimitação científica para uma dissertação, levou-me a circunscrevê-la na Análise de Discurso Crítica (ADC).

Chouliaraki e Fairclough (1999) consideram a ADC como teoria e método⁶⁷: método para analisar a relação entre discurso e prática social, ligados a concepções teóricas e práticas. Assim, o método é aplicado e se desenvolve no momento das análises, nas quais a teoria é aplicada e, como uma retroalimentação, serve para o desenvolvimento e a elaboração das questões teóricas. Michael Meyer (2001, p. 19), de certa forma (fazendo considerações sobre metodologias em ADC), representa essa concepção graficamente, como pode ser visto na Figura 6.

⁶⁶ Magalhães (2000, p. 63) enfatiza que as/os participantes da pesquisa devem ser tratados como “seres humanos e sujeitos sociais”.

⁶⁷ Chouliaraki e Fairclough (1999) apresentam e discutem um esquema metodológico para a realização de uma análise de discurso crítica. Fairclough (2003) reitera o valor desse esquema e destaca a importância de se combinar recursos teóricos e analíticos das ciências sociais com a ADC.

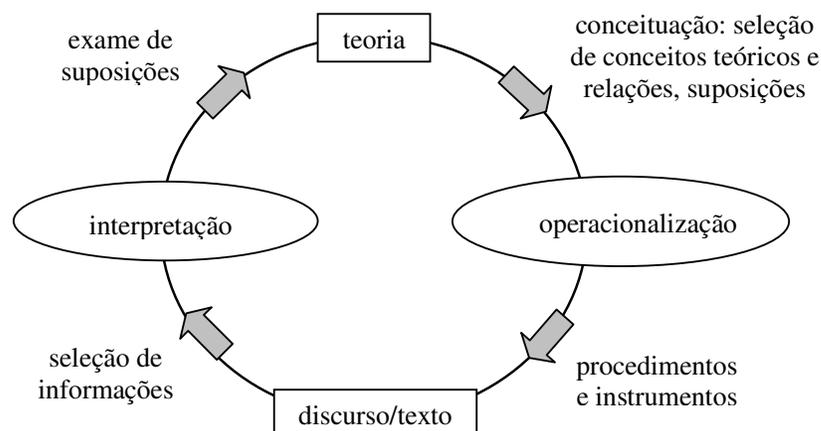


FIGURA 6: *Pesquisa empírica como um processo circular* (Meyer, 2001, p. 19)

Considerando que a ADC é multiteórica, multimetodológica e transdisciplinar⁶⁸, ela não é um esquema pronto para realizarem-se as análises (van Dijk, 2001) – cada pesquisa determina as escolhas. Apresento, na subseção 3.2.1, a ‘Análise de Discurso Textualmente Orientada’, a abordagem principal que utilizei e que será mais bem compreendida na apresentação processual das Seções e Capítulos seguintes.

3.2.1 Análise de discurso textualmente orientada (ADTO)

Existem diferentes práticas e abordagens em ADC, como, por exemplo, a abordagem histórico-discursiva de Wodak (2001), a abordagem sócio-cognitiva de van Dijk (2001), a Análise de Discurso Textualmente Orientada (ADTO) de Fairclough (trad. 2001, 2003). A ADTO é a forma de fazer análise nesta dissertação, com início no texto e em sua relação com eventos sociais, práticas sociais, e considerando as estruturas sociais. Magalhães (2004) discute essa abordagem e apresenta sua arqueologia: a Lingüística Sistêmico-Funcional (LSF), a Lingüística Crítica (LC) e a ADC (considerando sua fundação e desenvolvimento).

Esta pesquisa em ADC, em sua prática de ADTO, considera principalmente os trabalhos de Fairclough (trad. 2001, 2003). Seguindo os pressupostos do autor em *Analysing discourse: textual analysis for social research*, as análises contemplaram três tipos de significados (apresentados e discutidos no Capítulo 1, juntamente com as categorias): o significado acional, o significado representacional e o significado identificacional. As categorias analíticas empregadas no estudo foram: para o significado acional,

⁶⁸ Uma perspectiva de diálogo entre diferentes disciplinas e teorias no desenvolvimento de uma pesquisa (Fairclough, 2003). No caso da ADC, procura-se avançar especialmente na relação entre o social e o lingüístico (Chouliaraki e Fairclough, 1999).

intertextualidade; para o significado representacional, significado das palavras, interdiscursividade e representação dos atores sociais; e para o significado identificacional, modalidade e avaliação.

3.3 O *corpus* e o passo-a-passo da pesquisa

Os métodos qualitativos, conforme Flick (2004, p. 17), “encontram-se especificamente incorporados ao processo de pesquisa, sendo mais bem compreendidos e descritos em uma perspectiva do processo”. Esse é um dos objetivos que tenho a cumprir neste Capítulo, principalmente nesta Seção, e que se completa na correlação com as demais partes da dissertação, considerando a perspectiva do processo da pesquisa.

Os textos foram a base por meio da qual realizaram-se as análises discursivas e sociais. Evidentemente, a escolha dos mesmos (ou a construção do *corpus*) demandou muita reflexão e acuidade. Martin Bauer e Bas Arts (2005, p. 53, 54) ponderam que “à medida que a pesquisa qualitativa vai ganhando magnitude crítica, a seleção [...] dos textos e de outros materiais exige um tratamento mais sistemático...”. Também discutem (idem, p. 55, 56) sugestões de Roland Barthes (1967) para as escolhas: 1) assuntos relevantes e um tema específico; 2) homogeneidade dos materiais textuais; e 3) uma inserção sincrônica na história.

Fairclough (trad. 2001) refere-se à necessidade preliminar de se perceber o que é útil para ser coletado e servir de amostra para um *corpus* e, da mesma maneira, decidir onde será realizada a coleta. As observações feitas anteriormente foram consideradas e serão exemplificadas de forma prática por meio das descrições do trajeto dos estudos nas subseções a seguir.

3.3.1. A construção do *corpus*

Para esta pesquisa, foram selecionadas cinco charges eletrônicas que se referem ao primeiro turno da eleição presidencial de 2006⁶⁹ (realizada em primeiro de outubro): “Classes sociais e o voto” (22 de agosto – Quirino, 2006a); “Deputado no YouTube (2)” (29 de agosto – Quirino, 2006b); “Não dá liga” (6 de setembro – Quirino, 2006c); “No horário eleitoral...” (21 de setembro – Quirino, 2006d) e “Bois don’t cry” (27 de setembro – Quirino, 2006e). Procurei selecionar textos que abordassem o tema de diferentes perspectivas. Dessa forma, estão no *corpus*: representações dos candidatos Lula e Alckmin, da candidata Heloísa Helena (os demais são representados apenas lingüisticamente, por exemplo, na expressão ‘candidatos

⁶⁹ A escolha foi feita entre 12 CEs relacionadas a esse tema e veiculadas nos meses de agosto e setembro.

nanicos’); de supostos eleitores indecisos, de eleitores divididos em classes sociais e, por fim, de um suposto candidato a deputado federal.

Optei pelo primeiro turno por conta da maior diversidade de textos e maiores possibilidades de análise, levando em consideração, por exemplo, o número de atores sociais envolvidos. Foi relativamente uma surpresa a disputa eleitoral para o cargo de Presidente/a da República ser levada para o segundo turno, diante das pesquisas de intenção de voto que vinham indicando a eleição do candidato Luís Inácio Lula da Silva no primeiro turno. Esse fato favoreceu também a escolha dos textos do primeiro turno, porque eles são representações de um momento sócio-histórico que provocou uma mudança inesperada no rumo dos resultados eleitorais. Além disso, a variedade de abordagens sobre a campanha de segundo turno foi menos densa e variada. De certa forma, isso demonstrou as intensas reiterações programáticas e estratégicas dos candidatos, bem como a forma como os meios de comunicação de massa ‘construíram’/noticiaram os acontecimentos.

Todas as charges eletrônicas foram produzidas por Maurício Ricardo Quirino e veiculadas na *homepage* www.charges.com.br⁷⁰. Este é um dos *sites* ganhadores de vários prêmios na área de informática/Internet e que recebe um grande número de acessos diários, mais de 150.000, de acordo com o próprio Quirino (Anexo M).

3.3.2. Imagens em movimento e com áudio

Considerando a necessidade de o/a leitor/a desta dissertação visualizar e ouvir a charge eletrônica, bem como para propiciar melhores condições para as análises, faz parte do Anexo desta dissertação um CD que contém as charges eletrônicas (com legenda e sem legenda)⁷¹ do *corpus*. É possível, também, visualizá-las por meio do *site*, na opção: *arquivo de charges*. Com o objetivo de facilitar a análise por meio de material impresso, as charges eletrônicas foram copiadas quadro a quadro e estão nos Anexos A, B, C, D e E. Diana Rose (2005, p. 348) comenta que “a finalidade da transcrição⁷² é gerar um conjunto de dados que se preste a uma análise cuidadosa e a uma codificação. Ela translada e simplifica a imagem complexa da tela”. Para a montagem dos textos em quadros, a unidade de análise utilizada foi a seqüência das legendas, em consonância com a expressão dos personagens, e também tomando como referência a inserção de novas imagens dentro do contexto de cada charge eletrônica.

⁷⁰ Uma descrição mais ampla do *site* pode ser encontrada na dissertação de Amarildo P. Magalhães (2006).

⁷¹ Quirino autorizou a publicação dos textos em resposta à minha solicitação (veja entrevista no Anexo M).

⁷² Um termo que tem sido utilizado para se referir à ‘transcrição de imagens’ é: ‘degravação de imagens’.

3.3.3. Entrevistas

Fairclough (trad. 2001, p. 278) destaca: “uma forma comum de ampliar-se o *corpus* é o uso de entrevistas”. Aponta, por exemplo, a validade das mesmas, considerando a possibilidade de obter outras interpretações e de observar a consciência ou não de investimento ideológico em convenções discursivas particulares. Tomando essa orientação como relevante, e por ter interesse em considerar também a recepção dos textos, escolhi a última charge eletrônica do *corpus*, para ser o ponto de partida para a realização de entrevistas. As razões da escolha são anteriores à publicação da charge eletrônica. A meta era aguardar a veiculação do primeiro texto que tratasse das eleições presidenciais na semana imediatamente anterior ao dia da votação, por conta de sua relevância contextual. Dessa forma, a charge eletrônica “*Bois don’t cry*” foi exibida em 27 de setembro de 2006 e as entrevistas foram realizadas nos dias 28 e 29 do mesmo mês.

As/Os participantes da pesquisa foram escolhidas/os levando-se em consideração a formação acadêmica; a suposta capacidade de leitura aprimorada⁷³; a familiaridade com o computador e a Internet: o critério era que esses fizessem parte da vida cotidiana.

Essa parte da pesquisa foi realizada no Departamento de Linguística, Línguas Clássicas e Vernácula – LIV, da Universidade de Brasília – UnB. Primeiramente, abordei as pessoas no Laboratório de Informática e, em seguida, realizei as entrevistas individualmente na Sala de Eventos (que fica ao lado do Laboratório).

Cada participante era convidada/o a ser entrevistada/o depois que eu me identificava como estudante de Mestrado da instituição; explicava que estava fazendo uma pesquisa sobre charges eletrônicas e que manteria os nomes em sigilo, utilizando pseudônimos⁷⁴. Estabelecia, também, o compromisso de compartilhar análises e resultados da pesquisa. Esclarecia que eles e elas iriam ver (e ouvir) uma charge eletrônica e depois seriam entrevistados na sala ao lado. Havia, na sala, uma mesa que seria, provavelmente, para professores/as ou palestrantes; de propósito, sentava-me sempre na posição secundária, conferindo à/ao participante uma posição de maior *status*. Não tenho certeza se essa questão subjetiva de espaço de poder teve alguma influência; porém, acredito que o inverso poderia colaborar com o usual desconforto do/a pesquisado/a. Pensei, posteriormente, que uma saída seria termos nos sentado nas carteiras, em suposta posição de igualdade.

⁷³ Uso o termo ‘suposta’ para deixar claro que não é a formação acadêmica unicamente o que torna uma pessoa apta para leituras mais aprimoradas, mas a possibilidade de maior acesso ao conhecimento é inegável e indicativo de uma determinada capacitação.

⁷⁴ Deborah Cameron *et al.* (1994) recomendam que os/as pesquisadores/as precisam proteger a privacidade dos sujeitos, por exemplo, por meio de pseudônimos.

Considerando o pouco tempo no qual tivemos contato, creio ser complexo afirmar que foi possível estabelecer *rapport*⁷⁵. No entanto, as relações interpessoais na abordagem, no momento da entrevista e depois, foram muito amistosas e tranquilas.

De acordo com George Gaskell (2005, p. 68), “a finalidade real da pesquisa qualitativa não é contar opiniões ou pessoas, mas ao contrário, explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão”. Nessa perspectiva, entrevistei seis pessoas, três mulheres e três homens. Estudantes do curso de Letras, porém, com diferentes licenciaturas (Português, Inglês e Português do Brasil como Segunda Língua – PBSL) e cursando o sexto, sétimo ou oitavo período letivo. As idades variaram de 21 a 28 anos.

Fiz um roteiro de questões (ver Apêndice A) para obter a opinião das/dos participantes em diferentes perspectivas da recepção do texto e mesmo para obter comentários sobre convicções e pensamentos particulares. Dessa forma, abordei pontos relacionados a humor na charge eletrônica; à representação dos candidatos; ao que teria chamado mais a atenção no texto; e as opiniões pessoais sobre políticos, candidatos/as. As três primeiras questões, por exemplo, talvez pudessem ser sintetizadas em uma única, porém, estrategicamente fiz o desdobramento com a finalidade de facilitar a relação com a/o estudante no início da entrevista (geralmente é o momento de maior tensão) e também de estar precavido com relação a respostas muito sintéticas que não expressassem bem as opiniões. Com esse recurso, aumentei a possibilidade de complementações e ampliação da reflexão da/o participante. Houve casos também em que a/o participante afirmava já ter respondido aquela questão, mas isso não criou problemas na entrevista.

As questões foram ‘abertas’, evitando assim as simples respostas ‘sim’ ou ‘não’, possibilitando maior liberdade para os/as participantes expressarem suas opiniões. Uma outra preocupação foi evitar a presença de pressuposições. Procurei deixar as pessoas falarem livremente, sem interrupções ou cortes, ou novas perguntas antes de concluídas as respostas. Demonstrava interesse pela fala do outro por meio da expressão facial, de meneios com a cabeça, por exemplo, e também com reforços lingüísticos de marcadores conversacionais como ‘ahn ahn, uhn uhn, sei, certo’.

As entrevistas foram gravadas com o consentimento das/os participantes e transcritas (veja Anexos F a L).

⁷⁵ Refere-se ao estabelecimento de uma relação de segurança e confiança entre pesquisador/a e participante de pesquisa (Gaskell, 2005). Magalhães (1986) fala da importância do *rapport* para a pesquisa e discute a relação entre poder e *rapport* (2006).

Segui, também, o procedimento recomendado por Gaskell (2005, p. 84) para o encerramento das entrevistas:

Ao finalizar a entrevista, procure terminar com uma nota positiva. Agradeça ao entrevistado e garanta a ele a confidencialidade das informações. Dê a ele tempo para ‘deixar’ o ambiente da entrevista, pergunte se ele gostaria de fazer mais alguns comentários agora que o gravador está desligado.

Nenhum deles desejou fazer comentários relacionados a questões das entrevistas com o gravador desligado. As conversas, de modo geral, eram sobre o projeto que eu estava desenvolvendo, com perguntas sobre minha área de pesquisa e sobre a etapa na qual estava.

Além disso, para atingir a perspectiva da produção das charges eletrônicas, tentei fazer uma entrevista com o criador das CEs em análise. Estabeleci contato por meio da opção ‘Fale Conosco’ do site *www.charges.com.br* e averigüei a possibilidade de realizar a entrevista via sites (e respectivos programas)⁷⁶ que possibilitam a conversa com voz e vídeo. A proposta era realmente estabelecer uma comunicação mediada por computador, considerando que esta pesquisa tem uma forte relação com o ambiente virtual.

Maurício Ricardo respondeu ao convite via correio eletrônico. Explicou que por razões de tempo e compromissos seria inviável fazer a entrevista diretamente. Pôs-se, então, à disposição para responder as questões que eu poderia enviar por *e-mail*. Encaminhei as perguntas e recebi as respostas poucos dias depois (Anexo M). De qualquer forma, mantivemos contato de uma maneira virtual, porém, sem interação direta.

Dessa maneira, comento na pesquisa sobre o meio de ‘distribuição’, computador/Internet (ver Capítulo 2); faço, no Capítulo 4, análises discursivas, sociais, lingüísticas e semióticas das charges eletrônicas, correlacionando com as contribuições das/os participantes (recepção), por meio das entrevistas⁷⁷, e do autor (produção) dos textos, por meio das respostas às questões formuladas.

Essa variedade de métodos é recomendada para a pesquisa, pois, conforme Magalhães (1986, p. 185): “a necessidade de validar a interpretação do investigador pode ser resolvida em parte pela ‘triangulação’: a combinação de diferentes tipos de amostragem”⁷⁸.

3.3.4. O processo das análises

As análises estão registradas no Capítulo 4, no qual apresento as charges eletrônicas;

⁷⁶ Exemplos: <http://www.skype.com> (Skype) e <http://messenger.msn.com.br> (MSN Messenger).

⁷⁷ Excertos das entrevistas são registrados no corpo do trabalho (no Capítulo 4) e estão na íntegra nos Anexos.

⁷⁸ Stubbs (1983, p. 234) observa que “o termo *triangulação* é usado de formas diferentes, mas essencialmente ele refere-se a coletar e comparar diferentes perspectivas em uma situação”. Para Flick (2004), recentemente a triangulação tem sido mais enfocada por conta das possibilidades de se ampliar a produção do conhecimento e porque, em comparação com o uso de um método único, ela transpõe potenciais epistemológicos.

utilizo as categorias analíticas para descrever, interpretar e explicar as relações entre o discurso e a prática social (Fairclough, 1989); correlaciono as interpretações dos/das participantes da pesquisa em relação à charge eletrônica que eles/elas analisaram; apresento e discuto de maneira coadunada as respostas que o produtor das charges concedeu. Este trabalho analítico também teve um olhar voltado para questões ideológicas (ver Capítulo 1, Seção 1.2) e culminou com uma reanálise que é apresentada nesta dissertação.

Procurei manter a ética como elemento norteador em todo o processo de pesquisa, tanto na agenda quanto na prática⁷⁹.

Durante meu período de estudos no Mestrado, submeti trabalhos e apresentei algumas comunicações orais em eventos científicos (Bessa, 2005, 2006a, b, c, d, e, f; Bessa & Ronaldo Lima, 2006; Lima & Bessa, 2006), objetivando desenvolver meus conhecimentos em ADC e outras teorias, exercitar as análises de CEs e ter condições de discutir com outros/as pesquisadores/as os trabalhos que desenvolvi e os resultados que obtive. Isso colaborou sobremaneira com a minha preparação para a pesquisa que culmina nesta dissertação.

Neste Capítulo, apresentei a pesquisa como qualitativa e a abordagem metodológica da ADC que foi utilizada. Discuti questões ligadas à prática de pesquisa (como a relação estabelecida com as/os participantes) e descrevi o processo de desenvolvimento e análise, assim como a forma de seleção do *corpus*, o trabalho com imagem e áudio, e as entrevistas.

⁷⁹ Magalhães (2006) faz uma discussão sobre esse tema.

Capítulo 4

Análise das Charges Eletrônicas

Desenvolvo, neste Capítulo, a análise de cinco charges eletrônicas (CEs) relacionadas ao primeiro turno das eleições presidenciais de 2006. São quatro subseções, nas quais primeiramente apresento os textos analisados para depois proceder as análises: a análise do significado acional, examinando o gênero e suas relações intertextuais; a análise do significado representacional, por meio do significado das palavras, da interdiscursividade e da representação dos atores sociais; e, por fim, a análise do significado identificacional, baseada nas categorias analíticas: modalidade e avaliação.

4.1 Textos analisados

Apresento, nesta Seção, as cinco CEs selecionadas para a análise: “Classes sociais e o voto”; “Deputado no YouTube (2)”; “Não dá liga”; “No horário eleitoral...” e “*Bois don’t cry*”. As razões para a seleção desse *corpus* são apresentadas na subseção 3.3.1 (Capítulo 3). A finalidade nesse momento foi expor, de forma situada e sintética, o contexto de cada charge eletrônica (CE), a data de veiculação e as características gerais da mesma. Dessa forma, será realizado o estudo pormenorizado (mas que não se apresenta como axiomático) nas Seções subsequentes.

4.1.1 “Classes sociais e o voto”

O texto “Classes sociais e o voto” (Quirino, 2006a) foi publicado em 22 de agosto de 2006. Em sua abertura, são apresentadas urnas eletrônicas (ver figura 7 e figura 8), que se tornaram um símbolo das eleições no Brasil, até mesmo pelo avanço tecnológico em relação a países desenvolvidos. Há uma representação de imagem utilizada em veiculações televisivas que fariam parte de uma série (inventada para a CE) “Entendendo as Eleições 2006”⁸⁰, na qual foram apresentadas relações entre as classes sociais e o voto.

⁸⁰ Só houve essa CE da série nas eleições de 2006 – foi um ‘episódio’/texto único.

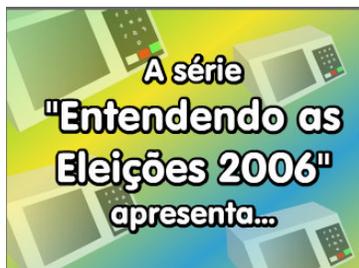


FIGURA 7: *Série de TV* (parte do Anexo A; Quirino, 2006a)

FIGURA 8: *Urna* (parte do Anexo A; Quirino, 2006a)

A CE é embasada em divulgações da mídia das intenções de voto de acordo com as classes sociais e trabalha com falas que explicariam a decisão/indecisão de cada classe ou estariam correlacionadas a isso. Os personagens remetem a estereótipos até mesmo na representação vocal.

O ambiente da imagem da ‘Classe baixa’ é de terra seca, casa simples e árvore ressequida. O personagem segura um chapéu, usa roupas rasgadas e possui apenas um dente. Demonstra humildade, simplicidade e boa expectativa para seu futuro em relação ao candidato que escolheu. A imagem retrata a pobreza com uma referência direta ao sertão nordestino:



FIGURA 9: *Classe baixa* (parte do Anexo A; Quirino, 2006a)

O ambiente da imagem da ‘Classe média’ é de prédios altos e pista asfaltada. A personagem veste roupas socialmente aceitas. O texto retrata um ambiente urbano e desenvolvido economicamente (conforme a figura 10). A fala colabora para a interpretação de que a personagem teve uma formação escolar (veja toda a fala da personagem no Anexo A).



FIGURA 10: *Classe média* (parte do Anexo A; Quirino, 2006a)

O ambiente da imagem da ‘Classe alta’ é de uma sala de um banco (que vem identificado por escrito na parede – ver Anexo A) e intensifica a representação com sacos de dinheiro. Sentado em uma cadeira de espaldar alto, atrás de uma mesa de escritório, está o personagem fumando charuto e usando terno e gravata. Retrata um banqueiro. Observe:



FIGURA 11: *Classe alta* (parte do Anexo A; Quirino, 2006a)

4.1.2 “Deputado no YouTube (2)”

O texto “Deputado no YouTube (2)” (Quirino, 2006b) foi publicado em 29 de agosto de 2006. Essa é a segunda charge de três que foram veiculadas com esse modelo (com o personagem “Branco Nulo” e que contém semelhanças com o *site* www.youtube.com⁸¹).

O personagem principal é candidato a deputado federal e, nessa charge, responde a perguntas de um internauta sobre dois candidatos e uma candidata à Presidência da República. Como poder ser visto nas figuras 12 e 13, a caracterização do pleiteante é tradicional, com gravata e paletó e a representação estereotipada em vídeo é feita pelo próprio chargista que, além dos trajés, usou óculos e bigode postiço. O enquadramento da câmera é idêntico ao que foi geralmente utilizado no Horário de Propaganda Eleitoral Gratuita (HPEG) da TV. A imagem de fundo do vídeo é verde e amarela no início, quando é apresentada a música de abertura. São utilizadas as cores mais representativas da Federação Brasileira, e que, por isso, associam-se melhor ao cargo disputado. No momento em que o pleiteante começa a falar, a imagem situa-se em um suposto escritório/estúdio de filmagem com persianas ao fundo.



FIGURA 12: *Abertura do programa* (parte do Anexo B; Quirino, 2006b)

FIGURA 13: *Campanha no YouTube* (parte do Anexo B; Quirino, 2006b)

⁸¹ Esse site é um dos mais visitados no Brasil. Ele apresenta vídeos de curta duração enviados por internautas e se referem a temas variados, podendo ser vídeos amadores ou mesmo profissionais já exibidos por alguma rede de TV, por exemplo.

Há um hibridismo⁸² com o YouTube na CE. Um deles é o do *layout*: um vídeo principal é exibido em destaque na tela, enquanto outros correlacionados são disponibilizados na mesma página (*Explore more videos, related*). Aparece a identificação do vídeo a ser exibido/em exibição e outras opções de ação em relação a ele, como, por exemplo, compartilhar via correio eletrônico (*share video*). Há um favorecimento para a compreensão do/a leitor/a ao registrar verbalmente (“Minha campanha no YouTube é um sucesso”) a representação que é feita com base em outro site.

A estratégia principal da construção de sentido no texto é a de interromper a fala do personagem, provocando uma leitura diferenciada daquilo que realmente é dito na completude. Isso provoca o riso (ao menos, a intenção é essa). Esse processo tem relação com as interrupções nos vídeos apresentados no YouTube quando visualizados por meio de uma conexão de *Internet* de baixa velocidade. As pausas acontecem quando o vídeo precisa ser ‘carregado’ para depois ser ‘executado’.

A imagem do vídeo não é nítida, também acompanhando a qualidade de imagem de grande parte dos vídeos que estão disponíveis naquele *site*.

4.1.3 “Não dá liga”

O texto “Não dá liga” (Quirino, 2006c) foi publicado em 6 de setembro de 2006. A CE discute ‘futilidades’ relativas a questões estéticas, de marketing, de estratégias de campanha. Há um apagamento de discussões de programa de governo ou de problemas do país.

A imagem de fundo representa, em desenho, um restaurante de alto custo e com aparência de ter alto valor simbólico (ver figura 14). Podem-se perceber detalhes estéticos como a ampla esquadria de metal para sustentar os vidros, possibilitando a visualização externa, que por ser azul sugere a leitura de que estariam em andar alto de um prédio, impedindo assim a visão imediata de outras construções. As cadeiras parecem ser almofadadas. Há também o detalhe da bebida sobre a mesa: champanhe. Essa descrição do visual é reforçada linguisticamente pelo personagem “Ai-de-mim” (trocadilho com o nome ‘Alckmin’), que afirma estar em um “restaurante chique” (ver Anexo C). Há uma referência implícita aos restaurantes frequentados por políticos no Brasil, em contraposição à situação financeira precária da grande maioria dos eleitores e eleitoras.

⁸² Ver Capítulo 1, Seção 1.3.1.1.



FIGURA 14: *Restaurante* (parte do Anexo C; Quirino, 2006c)

A candidata Heloísa Helena optou por um diferencial em relação aos trajes usados no Senado Federal e, nas proximidades da campanha, passou a padronizar as camisas que usava, na cor branca e com gola (forma em que é representada na CE), completando o traje com calça jeans.

O candidato Geraldo Alckmin seguiu o padrão dos ternos e quando muito, em horário eleitoral na TV ou em caminhadas, deixava de usar o terno e às vezes a gravata. Em muitas ocasiões, também se apropriava intencionalmente da estratégia de ‘arregaçar as mangas’, aproveitando da imagem simbólica de ‘estar pronto para o trabalho’. Na CE, é representado com roupas ‘convenientes’ e usuais, politicamente, para aquela ocasião. Observando mais detalhadamente, a figura 15 demonstra que a carga semântica da busca intensa por votos é intensificada com o uso do bóton que carrega a mensagem “Votem em mim. Pergunte-me como”⁸³, somado à imagem símbolo do PSDB: o tucano. Há, também, um exagero da CE ao figurar o candidato com uma gravata azul (uma das cores do partido) cheia de tucanos.



FIGURA 15: *Gravata, bóton e chuchu* (destaque em uma imagem do Anexo C; Quirino, 2006c)

O prato de Heloísa Helena não apresenta uma referência explícita (aparentemente purê de batata, tomate, cenoura e algum vegetal verde, que lembra ervilha), diferentemente do de

⁸³ Estratégia de marketing na qual o indivíduo utiliza um bóton em lugar bem visível do corpo, como no tórax, por exemplo, com o objetivo de chamar a atenção das pessoas e assim vender algum produto. O bóton de “Ai-de-mim” é semelhante a diversos “pergunte-me como” que coexistem nas práticas comerciais brasileiras, exemplo: “Perca peso agora. Pergunte-me como”.

“Ai-de-mim”, que era apenas um chuchu e aparentemente cru – fugindo do contexto de almoço em restaurante para utilizar a imagem do chuchu como estratégia textual de classificação do candidato pela associação que se tornou comum entre ele e esse vegetal (ver Seção 4.3.3, neste Capítulo).

A CE representa um evento social que acontece regularmente entre pessoas ligadas à política, no entanto ela une dois atores sociais que dificilmente compartilhariam aquele almoço, principalmente em época de campanha. Do ponto de vista do PSDB/Alckmin, não haveria surpresas (é ‘ele’ quem convida para o almoço na CE), porém, na perspectiva do P-Sol/Heloísa Helena, esse encontro seria descabido, considerando a diferenciação das práticas sociais (a relação com determinados atores e não com outros, postura de oposição ao ‘discurso do neoliberalismo’ representado pelo PSDB/Alckmin). O encontro é tão esdrúxulo que a personagem que simboliza a candidata do P-Sol pergunta-se: “Como explicar aos meus eleitores? E o que pensará o povo brasileiro nos vendo juntos?”. Entende-se aí uma grande preocupação com a identidade política.

Há também uma crítica implícita aos conchavos políticos. Assim, os dois candidatos se tornariam relativamente iguais a todos os demais. A CE, porém, na progressão textual, aponta para o que estava mais próximo das possibilidades sócio-históricas contextuais de campanha: a incompatibilidade entre as candidaturas. A discussão acalorada e opositiva demonstra isso até o fim do texto.

4.1.4 “No horário eleitoral...”

O texto “No horário eleitoral...” (Quirino, 2006d) foi publicado em 21 de setembro de 2006. A CE satiriza as gravações do Presidente Lula no horário eleitoral da televisão e apresenta um jogo com a linguagem no qual o que é dito pelo personagem ‘Lula’ seria a verdade que na prática não seria dita. Além disso, a CE apresenta promessas de ações fantasiosas demonstrando que os problemas de corrupção não serão resolvidos.

O cenário assemelha-se ao que foi utilizado pelo então candidato Lula no HPEG na semana em que o texto foi exibido no site *charges.com.br*. Como podemos ver na figura 16, a CE apresenta uma ampla janela de vidro e um mapa que destaca a América Latina. As roupas do ‘candidato’ e suas respectivas cores pareciam-se também às que foram usadas na TV. A utilização das legendas também segue o padrão televisivo. A idéia central da CE foi mais explorada na perspectiva verbal (o maior destaque era para aquilo que era dito) do que na visual ou auditiva (imitação da voz de um locutor e da voz de Lula).



FIGURA 16: *Programa de Lula na TV* (parte do Anexo D; Quirino, 2006d)

4.1.5 “Bois don’t cry”

O texto “*Bois don’t cry*” (Quirino, 2006e) foi publicado em 27 de setembro de 2006, quando faltavam apenas quatro dias para a votação em primeiro turno das eleições. Por meio de uma paródia musical, o texto representa brasileiros que estariam indecisos em relação ao voto para presidente.



FIGURA 17: *Mamonas assassinas* (parte do Anexo E; Quirino, 2006e)

FIGURA 18: *Indecisos* (parte do Anexo E; Quirino, 2006e)

O ambiente retratado na CE é de um bar. Os dois personagens estão sentados à mesa, sobre a qual está uma garrafa de bebida e dois copos. À frente deles está uma mesa de sinuca e no fundo está a parede do bar com tacos e uma lousa que provavelmente serviria para a contagem de pontos em um jogo de sinuca. Em relação à lousa, há dois deslocamentos: o primeiro é que ela estaria sendo usada para outro fim, que supostamente seria anunciar os pratos que o bar oferece aos clientes, nesse caso, “pizza”. O segundo é interpretativo e se constrói com base na ambigüidade da expressão “temos pizza”. Ao ler a CE em seu contexto pragmático, é possível perceber que é esse último sentido que prevalece, a metáfora associada à impunidade e à corrupção na política.

Quanto aos personagens, considero que houve uma relação análoga à campanha de Lula na TV, que tinha como apresentadora e apresentadores pessoas com características físicas que marcavam a diversidade/origem do povo brasileiro: indígenas, africanos e africanas, europeus e européias. A CE representa dois homens, um lembra o povo português e

Gênero, suas características abstratas e elementos componenciais	mídia caricaturadas voz cotidiano humor animação música vídeo pessoas
---	---

QUADRO 4: *CE – características e elementos*

A CE usa mídia eletrônica (*Internet* e TV); tem imagens caricaturadas; representa a voz dos personagens de forma a acentuar características prosódicas; trata de um fato cotidiano relacionado à política; usa humor; tem animação computadorizada, com ou sem som. Uma das CEs do *corpus* contém música e outra tem inserção de duas gravações em vídeo. Três CEs trabalham com representação de pessoas reais e duas trabalham com estereótipos.

As demais CEs produzidas pelo *site* tratam também de temas como: esporte, novela, entrevistas com pessoas famosas⁸⁵.

O quadro 5 apresenta outras especificidades do gênero:

Escala	nacional
Grau de estabilização	médio
Homogeneização	média

QUADRO 5: *CE – escala, estabilização, homogeneização*

A *escala* das CEs é geralmente nacional em termos de audiência e conteúdo, mas o acesso pode ser global via *Internet*. Para os dois itens seguintes, estou considerando níveis baixo, médio e alto, sendo assim, quanto à *estabilização* são de nível médio, considerando a produção, recepção e reconhecimento do gênero por parte de leitores e leitoras. A CE deriva da charge ‘tradicional’ e conta com as possibilidades das novas tecnologias.

A *homogeneização* das CEs é de nível médio. Existem diferenças em comparação com outros *sites* ou programas de TV que as exhibe. Inovações podem ser observadas no próprio

⁸⁵ O trabalho de Amarildo P. Magalhães (2006) apresenta essas outras possibilidades com mais detalhes.

charges.com.br, por exemplo, a inserção de vídeo.

Uma correlação em diferentes níveis de gêneros está registrada no quadro 6:

Pré-gênero	conversaão
Subgêneros	narração; argumentação e descrição
Gênero situado	charge eletrônica

QUADRO 6: *CE – Pré-gênero, subgênero, gênero situado*

Considerando que os personagens das CEs estão sempre dialogando entre si ou diretamente com o/a internauta, entendo que o ‘pré-gênero’ é a ‘conversaão’. Sendo a conversaão o ‘pré-gênero’, pode-se perceber que a narração, a argumentação e até mesmo a descrição estão presentes no *corpus*, atuando como ‘subgêneros’. A CE é um ‘gênero situado’ social e historicamente dentro de práticas sociais, como veremos nesta Seção.

Conforme apresentado no quadro 7, a CE é multimodal:

Estrutura multimodal	verbal $\left\{ \begin{array}{l} \text{com áudio} \\ \text{sem áudio} \end{array} \right.$ visual – com movimento
----------------------	--

QUADRO 7: *CE – estrutura multimodal*

A análise das CEs precisa ser feita considerando as diferentes modalidades e principalmente a relação entre elas, sob pena de fazerem-se interpretações equivocadas. O verbal, por exemplo, nem sempre coincide com o visual e essa é uma estratégia de construção dos textos.

Fairclough (2003, p. 77) observa que “Uma questão geral que surge ao analisar gêneros é: quais modalidades semióticas se esboçam e como elas se combinam”. Entre as diferentes formas semióticas, é possível encontrar nas CEs imagens (caricaturas⁸⁶, cores, ambientes, desenhos ou vídeos) e linguagem verbal (com som e/ou registro gráfico) conectadas semanticamente e em seqüência de animação computadorizada.

A seguir, analiso: (i) a cadeia de gêneros, iniciando com o quadro 8; e (ii) o hibridismo de gêneros nos textos, considerando rápidos exemplos de mescla de gêneros no quadro 9.

⁸⁶ As charges do *site* geralmente apresentam caricaturas ‘leves’ e com ‘aparência’ engraçada, mas não exageram características de avaliação estética negativa, como acontece com a maioria das charges impressas.

(i) cadeia de gêneros	notícia reportagem crônica cartas mensagens comentários
-----------------------	--

QUADRO 8: *CE – cadeia de gêneros*

Nas CEs em análise, a maioria dos assuntos tratados relaciona-se direta ou indiretamente com jornais e revistas impressos ou eletrônicos (por meio de gêneros como: notícia, reportagem, crônica, cartas). As CEs fazem recontextualizações (ver Seção 1.3.1.2, no Capítulo 1), modificando ou criando um novo contexto para texto(s) diferente(s). Criam também textos originais que se apóiam contextualmente por meio da intertextualidade/interdiscursividade.

A cadeia de gêneros continua em conversas de leitores, mensagens ao *site*, comentários para as mensagens, na possível reverberação em portadores de textos como jornais e revistas e em outros gêneros como nesta dissertação, por exemplo.

(ii) hibridismo de gênero	CE + série televisiva CE + pronunciamento + página de <i>site</i> + programa de TV CE + conversa CE + pronunciamento + programa de TV CE + paródia
---------------------------	--

QUADRO 9: *CE – hibridismo de gênero*

Fairclough (2003) observa que há uma intensificação do hibridismo na mídia e que fato e ficção, notícia e entretenimento mesclam-se muitas vezes. A charge eletrônica faz isso de forma explícita – é uma de suas características. Em cada texto do *corpus* apresenta-se um hibridismo com outros ‘gêneros situados’: em “Classes sociais e o voto” observamos a charge (eletrônica) juntamente com declarações (de intenção de voto) e com a semelhança de uma série televisiva (de anúncio esporádico, tratando das eleições); na CE “Deputado no YouTube (2)”, charge (eletrônica) com base em um suposto pronunciamento de político (em campanha), com a mesma apresentação de uma página de *site* da internet e contendo uma ‘abertura’ (voz em *off*) como as de programa de TV; no texto “Não dá liga”, além da charge

(eletrônica) soma-se a conversa (ao mesmo tempo formal e informal) entre candidata e candidato à presidência; “No horário eleitoral...” vê-se uma charge (eletrônica) que retrata um pronunciamento de político (em campanha) e traz uma ‘abertura’ (voz em off) semelhante às de programa de TV; por fim, em “*Bois don’t cry*” vemos a combinação de uma charge (eletrônica) mais uma ‘paródia musical’.

Outro trabalho a ser realizado em relação ao gênero em sua perspectiva discursiva é identificar as *atividades*, *relações sociais* e as *tecnologias* presentes.

O que as pessoas estão fazendo discursivamente? Essa é uma questão fundamental a se fazer, pois a produção e a leitura desses textos são *atividades* de eventos sociais que pertencem a práticas sociais prioritariamente discursivas (percebe-se isso melhor se compararmos com atividades de mergulho, que são bem menos discursivas). Como os gêneros têm propósitos definidos, cabe identificar quais são os propósitos dos textos, podendo assim perceber que há uma hierarquia entre os propósitos e que uns estão explícitos, enquanto outros, implícitos. Apresento as principais atividades no quadro a seguir:

Atividades	entreter criticar informar obter audiência comercializar
------------	--

QUADRO 10: CE – *atividades*

As *relações sociais* estabelecidas entre texto e leitor/a ocorrem entre a organização *charges.com.br* e indivíduos, em um processo onde há distância (organização – escala nacional *versus* indivíduos – lugares específicos) e hierarquia social (as organizações exercendo poder em relação aos indivíduos), mesmo que a linguagem (verbal e não-verbal) utilizada procure minimizar essa característica ao criar uma aparência de proximidade entre organização e indivíduo.

Quanto às *tecnologias* presentes no gênero, os textos analisados são de comunicação mediada eletronicamente e em via de mão-única (não há troca de turno); a CE é veiculada de forma gratuita na *Internet*; e a apresentação da CE é dinâmica por meio de recursos (programas e equipamentos) de informática.

Fairclough destaca, na obra de 2003, que as práticas sociais articulam conjuntamente elementos sociais discursivos e não-discursivos, citando-os: “ação e interação; relações sociais; pessoas (com crenças, atitudes, histórias etc.); o mundo material; discurso” (p. 25). É possível dizer que o gênero (*significado acional*) analisado nesta pesquisa (a CE) é responsável pela *ação e interação* mediada pelo computador (por meio da *Internet*). Isso propicia uma *relação social* virtual com a organização e com outras *pessoas* que visualizam esses textos, as quais têm *identidades* diferentes e lêem as CEs por meio da tecnologia *material* necessária, em espaços físicos semelhantes ou não (no trabalho, em casa etc.) e, por fim, têm contato com os *discursos* que estejam presentes nos textos (ver exemplos na Seção 4.3.2).

4.2.2 Intertextualidade

Um texto é sempre resultado de outros que vieram antes, seja em um tempo/espaço próximo ou longínquo. As marcas desse/s ‘outro/s’ (texto/s) podem estar explícitas ou implícitas, podem ser intencionais ou naturalizadas. De qualquer forma, o texto/intertexto, resultado desse processo contínuo e ininterrupto na existência humana, irá provocar determinados efeitos para leitoras e leitores, bem como para produtoras e produtores.

Nas análises desta Seção, serão identificadas algumas marcas intertextuais (ver Seção 1.3.1.2, no Capítulo 1) presentes nas CEs selecionadas, como, por exemplo, palavras ou frases que remetam diretamente a outro/s texto/s ou por meio de negações e ironias. Na CE “Classes sociais e o voto” há uma relação intertextual direta com os informes da mídia sobre as pesquisas de intenção de voto considerando as classes sociais. No texto, são representados e recontextualizados dados das pesquisas e acrescidas supostas razões para os resultados encontrados.

Outra marca é encontrada no termo ‘classe social’, o qual remete à teoria da estratificação social. Esse conceito não consegue hoje abarcar a multiplicidade de formas de divisão social, as quais têm se intensificado; um exemplo são os grupos relacionados a diferentes perspectivas como a religiosa, sexual, ecológica, política. No entanto, compreender a relativa limitação do conceito não significa pô-lo em segundo plano ou ‘apagá-lo’. É preciso dar visibilidade ao mesmo e a grande contradição para a qual ele lança luz, por exemplo, em relação à vida cotidiana no Brasil (considerando as condições existenciais dos brasileiros e a distribuição de renda/desigualdade social). Uma outra discussão sobre o termo é apresentada por Kincheloe e McLaren (2006), os quais afirmam que está havendo uma naturalização do

capitalismo e que um termo menos antagônico como ‘status socioeconômico’ tem sido utilizado no lugar de ‘classe social’.

“Acabar com a roubalheira nenhum deles vai”. Essa negação pode ser compreendida como: primeiro – todos os candidatos e candidatas, ou são corruptos/as ou são coniventes (acabam sendo corruptos/as por extensão de sentido). Volta-se à frase (um outro texto) que já é parte do senso comum: “Todo político é corrupto”. A segunda possibilidade interpretativa é a de que a ‘roubalheira’ é tanta e tão estruturada, que ninguém no campo político é capaz de erradicá-la. Em uma interpretação ou outra, esvazia-se a possibilidade de mudança por conta dos pressupostos estabelecidos intertextualmente.

Essa CE tem duas marcas de ironia muito sutis e que não estão marcadas claramente. No campo do implícito, elas tornam-se presentes no que se pode depreender da fala dos personagens da ‘classe baixa’ e da ‘classe alta’. Com toda a humildade, representada na imagem e na oralidade, o personagem diz que Lula vai ser “bom” e reforça: “muito bom mesmo” para a “classe baixa” (“pra nós!”). A ironia está no fato de que os programas de distribuição de renda do governo federal tiveram um aumento substancial e o número de famílias atendidas também foi ampliado. No entanto, o problema da pobreza no Brasil continua gravíssimo e muitas outras medidas precisavam e precisam ser tomadas para que a acusação de ‘assistencialismo’ não se estabeleça como precedente. É fato que houve um avanço, mas aquém do necessário. Ao representar o povo pobre afirmando tão boa expectativa e certeza, o texto remete ao campo do ilusório e da descrença, inclusive pela materialidade visual que permanece provocando um contraste com o “bom” de agora e o “muito bom” na reeleição:



FIGURA 21: *Classe baixa 2* (parte do Anexo A; Quirino, 2006a)

A ironia submersa na fala do personagem da ‘classe alta’, identificado como um banqueiro, colabora muito com essa reflexão. A perspectiva verbal e a não-verbal coadunam-se e se entrelaçam ao contexto político-econômico dos últimos doze anos, nos quais os lucros dos bancos foram altíssimos. Os governos do PSDB e do PT realmente foram muito bons para

eles (os banqueiros). Ora, onde está a ironia? (considerando que as contradições, nesse caso, não são demarcadas). O olhar do personagem (ver figura 22) traz a representação de uma certa altivez, maldade, e todo o seu enunciado factível entra na esfera da zombaria com o/a receptor/a⁸⁷ do texto ao possibilitar o contraste entre a condição dele e o sarcasmo/cinismo em relação às pessoas menos abastadas. Detalhe significativo: os banqueiros foram os maiores financiadores das campanhas presidenciais de Lula e Alckmin nessa eleição.



FIGURA 22: *Classe alta 2* (parte do Anexo A; Quirino, 2006a)

A intertextualidade na CE “Deputado no YouTube (2)” pode ser percebida em ironias explícitas, entre as quais destaco duas: “... o nosso negócio é encher os bolsos...” e “... nenhum deles presta...”. Assim como na CE anterior, reverbera de maneira sub-reptícia o texto: “Todo político é corrupto”. O “negócio” dos membros do partido é “encher os bolsos”. A interpretação direta é a de interesses em benefício próprio e enriquecimento ilícito no exercício de cargos públicos eletivos, efeito da pausa que parece indicar final da frase. A seqüência apresenta uma reestruturação do sentido indicando que seria algo bom para os trabalhadores e aposentados (focos de sérios problemas de injustiça social e má distribuição de renda no Brasil⁸⁸), porém, fica configurada uma posição falaciosa do ‘candidato’. Por extensão de sentido, o produtor do texto propositadamente marca a demagogia presente em muitos pronunciamentos de políticos e também colabora para uma interpretação generalizante em relação ao texto como um todo.

Ainda tratando da prática da corrupção (se “manchar [...] com atos ilícitos”), todos os candidatos à Presidência são agrupados na mesma condição: “nenhum deles presta”. Mesmo sem representar Alckmin e Heloísa Helena com indicativos de ilicitude, ele e ela são enquadrados textualmente no mesmo grupo, algo como: ‘é político, é corrupto’. Assim, formas simbólicas dessa CE atuam como um modo de operação da ideologia por meio da

⁸⁷ Mesmo considerando que o acesso à *Internet* ainda é privilégio de poucos no Brasil, diante de nossa desigualdade social, é incontestável que em termos percentuais o número de leitores/as da ‘classe alta’ é menor que os da ‘classe média’ ou ‘classe baixa’.

⁸⁸ Por atingir um grande número de eleitores/as, esses são temas recorrentes nas promessas/proposições de campanha.

unificação (ver Seção 1.2, no Capítulo 1), servindo à dominação social por inviabilizar até mesmo a possibilidade de eleger alguém que não tenha envolvimento com corrupção.

As pesquisas de intenção de voto marcam intertextualmente a CE “Não dá liga”; um exemplo é o excerto “... não temos eleitores”. É a reinterpretação das pesquisas, sob um efeito de exagero e humor, que cria, por meio da materialidade lingüística, a necessidade do encontro entre a ‘candidata’ e o ‘candidato’. “Ai-de-mim” utiliza o seguinte argumento: “O povo brasileiro não notou a gente nem no horário eleitoral”. Mais uma vez há uma relação com as pesquisas (que indicavam uma grande distância entre essas candidaturas e a do PT), principalmente as que foram realizadas após o início do Horário de Propaganda Eleitoral Gratuita.

Outra marca intertextual é a citação dos “400 vestidos”. Isso se reporta à denúncia de que a esposa do candidato do PSDB teria recebido gratuitamente essa grande quantidade de vestidos, de alto valor comercial, do estilista Rogério Figueiredo, na condição de primeira-dama do estado de São Paulo quando Alckmin era governador e isso tinha indícios de corrupção. Nessa CE, os indícios são reforçados pela fala da personagem da candidata Heloísa Helena ao referir-se às suas roupas dizendo: “... essas eu paguei com meu dinheiro”.

No texto “No horário eleitoral...”, aparecem também textos da imprensa. O intertexto “mais de 50% no Ibope” apresenta o resultado das últimas pesquisas eleitorais, daquele período, divulgadas por diferentes veículos de comunicação. Esses mesmos veículos são lembrados para trazer novamente à tona as denúncias de corrupção no governo Lula. Implicitamente, são os textos publicados, referindo-se às acusações, que faziam o ‘presidente’ ser “implacável”, pois era quando o assunto ‘vazava’ na Imprensa (ver na CE, Anexo D, como o autor constrói o texto).

A expressão “mais um escândalo” remete à existência de outros. Alguns deles são citados mediante designações sintéticas de como foram nomeados: 1) escândalo dos ‘empréstimos’ – nominalização⁸⁹ que se refere a ‘empréstimos’ contraídos pelo tesoureiro do PT, que teriam sido quitados com dinheiro de caixa dois e/ou estariam vinculados a atos ilícitos; 2) escândalo das ‘cartilhas’ – há duas referências: suspeita de desvios de recursos públicos na publicação de cartilhas sobre realizações do Governo Lula e cartilhas com o logotipo do programa Fome Zero que foram recolhidas pelo TSE por terem sido produzidas em período eleitoral no qual estava proibida a propaganda governamental institucional; 3) escândalo do ‘dossiê’ – a Polícia Federal prendeu pessoas do PT com um milhão e setecentos

⁸⁹ Ver Seção 1.2, no Capítulo 1.

mil reais destinados à compra de um dossiê que traria informações e documentos que comprometeriam o candidato ao Governo de São Paulo, José Serra.

O personagem Lula destaca a repetição de um enunciado nesse outro momento de enunciação: “Já cansei de repetir que ninguém falou sobre isso comigo.” – em textos/contextos diferentes: “eu não sabia de nada”. A CE é então carregada de ironia na seqüência em que afirma que tomará medidas para resolver o problema. Essas medidas, descabidas e inconcebíveis, serviram apenas para satirizar e questionar (afirmando indiretamente) que seria impossível o Presidente não ter conhecimento dos atos criminosos.

“*Bois don’t cry*” já é uma referência intertextual direta e explícita com a música da banda Mamonas Assassinas⁹⁰. A idéia da traição é desenvolvida em outro contexto nessa CE, com uma nova letra aplicada à mesma melodia. O próprio título da música dos Mamonas já trazia, de forma satírica, o nome de outra música: “Boys don’t cry”⁹¹, do grupo Britânico ‘The cure’. A alteração é de ‘Boys’ para “*Bois*”.

O tema traição trabalhado pelos Mamonas é recontextualizado – o que na música é uma metáfora de ‘homem traído pela mulher’ amplia seu sentido na charge para ‘político/presidente traído por colegas de partido’, colegas de governo na maioria. Relaciona-se aos escândalos de corrupção e é ligado intertextualmente a textos da mídia, e principalmente à fala do próprio presidente Lula, que afirmou que foi traído. Indicando, assim, que ele não sabia dos problemas que estavam sendo apresentados para investigação. A CE questiona: “Traído ou ladrão?”.

Qualquer uma das situações é constrangedora, porém, a primeira tem conseqüências mais brandas e é sobre ela que os sentidos são reforçados e exagerados na representação imagética do ‘presidente corno enfeitado’ (na completude do texto a ironia é muito significativa, como veremos; para Kátia e Jorge – Anexos H e J – a ironia chamou muito a atenção). Até a imagem de dois chifres, com uma ponta cada, permitida pela representação lingüística ‘bois’ é intensificada e amplia-se para ramificações nos chifres, assemelhando-se mais a cornos de uma rena do que de um boi (ver figura 23). Com essa ação no texto, chama-se a atenção para as várias supostas traições que são marcadas com o símbolo do PT – a estrela vermelha (cor que representa o partido).

⁹⁰ Banda que fez muito sucesso no Brasil em 1995. Seus integrantes morreram em um acidente aéreo em março de 2006.

⁹¹ Esse também é o título de um filme norte americano produzido pela Fox Pictures, mas em 1999. Sendo assim, não tem relação com a música dos Mamonas Assassinas e nem com a CE.



FIGURA 23: *Lula* (parte do Anexo E; Quirino, 2006e)

“Dirceu”, “Palloci”, “Berzoini”, “Silvinho” são nomes que não estão sendo considerados aqui como marcas de intertextualidade por si só, mas por trazerem ao texto da CE outros textos que corroboram para o processo interpretativo de construção do significado. Todos teriam “enrolado” o presidente “desde a posse”, e cada um teve o nome envolvido em sérios problemas: Dirceu⁹², com a suposta compra de votos de deputados/as; Palloci⁹³, com a quebra do sigilo bancário de um caseiro; Berzoini⁹⁴, com a compra de um dossiê com documentos que prejudicariam o candidato do PSDB ao governo de São Paulo; Silvio Pereira⁹⁵, com o recebimento de um presente de alto valor (um carro *Land Rover*) de uma empresa privada.

Explicação idêntica à do parágrafo anterior é pertinente neste momento, no qual destaco como registro intertextual os termos Sivam⁹⁶, Marka/Fonte Cidan⁹⁷, Privatizações⁹⁸, Emenda da reeleição⁹⁹, Desvalorização do real¹⁰⁰. Todos se referem a ações que passaram por suspeição nos oito anos do governo do PSDB, tendo FHC como presidente do Brasil. Esses são alguns dos processos que estão escapando pela porta que FHC tenta manter fechada na figura 24. Esse intertexto é trabalhado na CE para mostrar graves problemas que se passaram no governo anterior.

⁹² Perdeu o cargo de Ministro da Casa Civil; foi cassado como Deputado e por isso perdeu a elegibilidade por oito anos.

⁹³ Perdeu o cargo de Ministro da Fazenda.

⁹⁴ Perdeu o cargo de presidente do PT e de coordenador geral da campanha de Lula para presidente.

⁹⁵ Perdeu o cargo de secretário e foi desligado do PT.

⁹⁶ Denúncias de corrupção e tráfico de influências no contrato para a criação do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam). Um ministro e dois assessores presidenciais perderam o cargo que ocupavam.

⁹⁷ Socorro financeiro aos bancos Marka e FonteCidam – ambos vinculados a membros do PSDB.

⁹⁸ Entre outras suspeitas relacionadas às privatizações está a do sistema Telebrás. Grampos telefônicos no BNDES gravaram conversas entre o Ministro das Comunicações e um dirigente do banco que demonstravam o beneficiamento de um determinado grupo ao qual pertencia um membro do PSDB.

⁹⁹ Graves indícios de que houve pagamento a parlamentares para aprovarem a emenda constitucional que permitiria a reeleição de FHC.

¹⁰⁰ Tanto as razões para manter a paridade entre real e dólar (principalmente no período eleitoral de 1998), quanto para interrompê-la em 1999, foram cercadas de suspeitas.



FIGURA 24: *FHC* (parte do Anexo E; Quirino, 2006e)

4.3 Significado representacional

Analiso as cinco charges eletrônicas, nesta Seção, em relação ao significado representacional. Em 4.3.1, é realizado um exame das opções do léxico selecionadas nos textos. As relações interdiscursivas são apresentadas e discutidas em 4.3.2. e as representações dos atores sociais na Seção 4.3.3.

4.3.1 Significado das palavras

A unidade de análise desta dissertação é o texto, na perspectiva da Análise de Discurso Textualmente Orientada (ADTO – ver Seção 1.1, no Capítulo 1 e Seção 3.2.1, no Capítulo 3). Sendo assim, o empreendimento de analisar itens lexicais utilizados nas CEs para discutir os significados das palavras foi feito sempre na correlação textual – o emprego de determinadas palavras em determinados contextos.

Para fins analíticos, o destaque maior foi dado à significação de determinados termos. Inegavelmente há uma relação intertextual na seleção lexical, mas preferi destacar a perspectiva discursiva das palavras, por isso essa é uma subseção do significado representacional. Além disso, destaco a criação de novas palavras e as marcas metafóricas na maioria das palavras em análise.

A primeira CE, “Classes sociais e o voto”, registra dois termos que discutirei a seguir: “mensalão” e “sanguessugas”. O primeiro é uma criação nova; por extensão de sentido, a palavra mensalidade¹⁰¹ é ‘reconfigurada’ com exagero para “mensalão”, usando o sufixo da língua portuguesa ‘ão’. Dessa forma, o vocábulo criado representa um aumentativo e com isso acentua a compreensão de um alto valor que se receberia mensalmente. A aplicação dessa nomenclatura aconteceu na denúncia de que pessoas diretamente ligadas ao governo Lula estariam pagando para deputados/as votarem de acordo com os interesses do governo eleito,

¹⁰¹ Nesse caso, há o sentido de pagamento ou recebimento mensal de dinheiro e também se associa à mesada.

mas além desse problema, outros correlacionados foram alvos de investigação. Até uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI¹⁰² foi criada para averiguar a denúncia e assim foi designada: “CPI do Mensalão”. Independente do resultado das investigações, o termo foi amplamente utilizado e foi inequivocamente relacionado à corrupção. Mesmo aqueles/as que negam a possibilidade da denúncia ser verídica dizem que o ‘mensalão’ não existiu, ou seja, empregam essa designação.

O termo “Sanguessugas” refere-se aos/às parlamentares que estavam envolvidos/as em fraudes no sistema público de saúde, principalmente na utilização de emendas orçamentárias para a compra de ambulâncias superfaturadas para as prefeituras e recebimento de propinas por essas operações. A palavra também foi usada para nomear uma investigação: a “CPI dos sanguessugas”. Em uma relação metafórica com o animal, as pessoas envolvidas passaram a pertencer à ‘máfia dos sanguessugas’.

Os partidos governistas foram diretamente acusados de envolvimento com as acusações do “mensalão” e dos “sanguessugas”. A CE, na voz da ‘classe média’, destaca que seria um ótimo momento para “limpar o Brasil”, mas, o fato de a oposição ter sido envolvida nos processos fez com que houvesse impunidade. No texto, ocorre a citação única e direta de ‘petistas’ (membros do PT) e de ‘tucanos’ (membros do PSDB, partido que tem um tucano como símbolo) e isso desemboca na impossibilidade de votar em seus candidatos: “... não dá pra votar no Alckmin nem no Lula”. As duas palavras analisadas têm significados sociais que remetem à ilegalidade praticada por políticos.

Na CE “Deputado no YouTube (2)”, há uma utilização marcante de tabuísmos¹⁰³. O número do candidato é ‘6969’. É um número inválido, portanto, ao votar e confirmar os algarismos indicados, o/a eleitor/a anula o voto, ou seja, sarcasticamente acaba votando em “Branco *Nulo*”. Não é por acaso que nenhuma sigla partidária se identifica por ‘69’; essa dezena é popularmente conhecida como referência a uma posição sexual e isso foi empregado intencionalmente no texto, até pela primeira seqüência verbal da utilização, que é: “6969 pro Brasil se fooo...”. A expressão que se relaciona, em primeiro momento, à prática de relações sexuais (‘foder’) é utilizada, assim como no senso comum, significando: arruinar-se, cair em desgraça (‘se foder’).

¹⁰² CPI é o termo mais recorrente, mesmo que seja, como foi o caso, uma CPMI – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, pois foi composta por integrantes do Senado e da Câmara dos Deputados.

¹⁰³ Conforme o dicionário eletrônico Houaiss (Instituto Antônio Houaiss, 2001), é, na perspectiva lingüística: “palavra, locução ou acepção tabus, consideradas chulas, grosseiras ou ofensivas demais na maioria dos contextos [São os chamados palavrões e afins, e referem-se ger. ao metabolismo (*caçar, mijar, merda*), aos órgãos e funções sexuais (*caralho, pica, boceta 'vulva', colhão, cona, foder, pívica, crica, pachoucho* etc.), incluem ainda disfemismos pesados como *puta, veado, cabrão, paneleiro*, expressões tabuizadas (*puta que pariu*) etc.]”.

‘PQP’ já é uma sigla que está estabelecida socialmente. O partido do candidato a deputado não tem um nome de partido, é uma expressão tabuizada: ‘puta que pariu’. A idéia de xingamento dos políticos é marcada explicitamente: ‘69’, ‘se foder’, ‘puta que pariu’. Inegavelmente há na sociedade brasileira uma revolta contra a classe política, que não é sem razões. Mais do que criticar o uso de determinados termos ou incentivar o uso indiscriminado, é preciso refletir sobre as formas possíveis de se mostrar indignação, bem como entender a revolta e o recurso de muitos para expressar seus sentimentos de rebeldia contra aqueles e aquelas que lesam a pátria em vez de cumprirem seus papéis e colaborarem para melhorias. A corrupção não é uma prática natural ou inata da política, mas pessoas corruptas cumprindo mandatos não têm sido meras exceções (ver discussões do Capítulo 2).

“Não dá liga” traz para o ‘jogo’ textual a palavra ‘alianças’. A significação de ‘aliar-se’ permanece, mas a possível ambigüidade de uso contextual é o ponto explorado na CE. O primeiro contexto é construído de maneira inusitada ao relacionar ‘alianças’ a compromisso matrimonial – uma forma de sustentar a possibilidade disso na CE é o fato de aquele encontro ser a dois em um restaurante. Dessa maneira, o assunto ‘casamento’ apresenta-se no texto, viabilizando a inclusão da esposa de Alckmin na conversa e a suspeição da corrupção em relação aos “400 vestidos”.

Mesmo depois do esclarecimento de que “as alianças eram políticas”, perde-se esse assunto e começa a estruturar-se uma conversação conflituosa de depreciação mútua. Tanto o tema político, quanto as possíveis alianças são satirizados na CE, a qual acaba por banalizar a esfera política, mesclando críticas e futilidades. É verdade, também, que muitos assuntos das atividades práticas (da ‘vida real’) dos próprios políticos muitas vezes banalizam a política.

Uma união entre P-SOL (Partido Socialismo e Liberdade) e PSDB é retratada como impossível na junção de questões políticas e perspectivas fictícias/antagônicas pessoais dos personagens (como a estetização¹⁰⁴, por exemplo). Assim, a união não ocorre, porque: “não dá liga”. A retomada da discussão de alianças políticas no texto colabora para o questionamento de como elas acontecem: para quê/por que/quando/como/para quem? Não foi menos inusitada, para muitos, a aliança entre o Partido Liberal e o Partido dos Trabalhadores na eleição de Lula para o primeiro mandato.

‘Mensalão’ e ‘governabilidade’ são as palavras que analisarei da CE “No horário eleitoral...”. O primeiro termo foi apresentado com maiores detalhes no início desta Seção e será novamente discutido aqui por estar em um outro texto/contexto e por ter figurado no cenário político nacional com muita visibilidade – a própria reiteração em outra CE demonstra

¹⁰⁴ Ver Seção 1.3.3.2, no Capítulo 1; Seção 4.3.2, neste Capítulo 1 e as Considerações finais.

isso. Arrolado entre outros escândalos, ele é o primeiro a ser citado pelo personagem Lula, o qual afirma não ter tido conhecimento prévio do caso. O modo como ‘mensalão’ apresenta-se no texto direciona a interpretação para sua existência real e não somente uma ilação, além de colaborar com a seqüência satírica (ver Seção 2.1.1, no Capítulo 2) do suposto desconhecimento do Presidente.

A palavra ‘governabilidade’ tem se tornado comum nos últimos tempos e tem o sentido principal de ‘condições de governar’. A questão mais séria não é esse sentido, mas as implicações que o termo tem adquirido da disputa de forças políticas. Nos oito anos de governo do PSDB, muitas solicitações de investigação foram negadas e um dos argumentos era que isso poderia atrapalhar a governabilidade. Quando a denúncia de corrupção nos Correios suscitou o pedido de CPI por parte da oposição, o governo do PT esforçou-se para não aprovar a instalação, e uma das principais alegações era em nome da ‘governabilidade’. Dentro dessa perspectiva, parece que para se poder governar, é preciso manter a corrupção e muitas vezes nem investigar a possível existência da mesma.

Nessa quarta CE em análise, a ‘governabilidade’ é evocada para o estabelecimento de um ‘pacto’, “pacto que começa [...] com o episódio do dossiê”. A expressão ‘pacto pela governabilidade’ direciona o sentido para ações em conjunto que favoreçam a atuação do governo e não prejudiquem o país, evitando, por exemplo, a não aprovação ou engavetamento de projetos só por oposição ao governo.

Há, no entanto, um deslocamento semântico pela prática política equivocada e pela sátira da CE. O ‘personagem Lula’ propõe que a origem do dinheiro para comprar o dossiê e seu conteúdo sejam esquecidos para que assim se coloque “o Brasil em primeiro lugar”. Aqui está o deslocamento de sentido: de ‘condições de governar’ para ‘argumento para proteger corruptos/as ligados ao governo e até mesmo à oposição, se necessário’¹⁰⁵. Esse deslocamento, que na prática política representada é ideológico, está funcionando na CE como contestatório, pois lança luz criticamente ao fato e questiona o comportamento de quem está na posição de dominação.

A CE “*Bois don’t cry*” traz os verbos ‘abafar’ e ‘engavetar’ com extensões de sentido que já se tornaram expressões corriqueiras na esfera política. O ‘ato de cobrir’ torna-se mais ‘poderoso’ e muda para ‘não deixar prosseguir’ uma CPI, por exemplo (“abafaram CPI”). A simples ação de ‘pôr em gaveta’ passa a significar o impedimento do andamento de processos

¹⁰⁵ Esse último escândalo, o do dossiê, contribuiu para que Geraldo Alckmin fosse para o segundo turno e acreditou-se tanto em sua força que esse foi um dos principais temas da campanha: “De onde veio o dinheiro do dossiê”. Não foi sem razão que, na CE, o personagem Lula utilizou seu horário de ‘propaganda eleitoral’ para se explicar e pedir que o caso fosse esquecido.

discurso da cidadania	eleições 2006 voto omissão
discurso da impunidade	limpar o Brasil pizza vergonhosa

QUADRO 11: *Discursos de “Classes sociais e o voto”*

Uma das críticas recorrentes ao âmbito político brasileiro é a impunidade. O foco, de certa forma, é desviado das práticas de corrupção para o que a favorece. Procura-se, assim, atingir o que propicia o alastramento de ações ilegais por parte de ‘representantes do povo’ ou chamar à reflexão sobre atitudes que possam coibir o erro. Espera-se que com a ampla divulgação de escândalos haja uma maior mobilização social para exercer pressão para a punição dos envolvidos¹⁰⁸.

De fato a grande mídia exerce um poder no cenário nacional¹⁰⁹, alguns reconhecem até a classificação de ‘quarto poder’. Porém, esse poder não é tão impressionante como muitos acreditam. Existe uma série de questões conjunturais que devem ser levadas em consideração em qualquer processo social; por isso, é arriscado concluir que tal coisa aconteceu por isso, ou por isso e aquilo, simplesmente.

O caso do ‘mensalão’ acabou por provocar mudanças impactantes no governo federal, como a queda do Ministro da Casa Civil, José Dirceu, e sua posterior cassação, bem como a cassação de outros envolvidos no escândalo. No entanto, muitos foram absolvidos pelos/as colegas (parlamentares) e alguns outros, que renunciaram ao mandato (para evitar a possível punição), voltaram ao Congresso via eleição. Nesse ponto, também seria um grande reducionismo dizer toscamente que é o ‘povo que elege os corruptos’.

A expectativa de muitas brasileiras e muitos brasileiros, retratada na CE, de que se “poderia ter ajudado a limpar o Brasil” foi frustrada pela “pizza vergonhosa”, que no caso dos “sanguessugas”, “se repete”. Trabalha-se no texto a metáfora da pizza, do ‘acabar em pizza’/‘terminar em pizza’, uma aparência séria que termina sem resultados eficientes e eficazes e na comemoração zombeteira da impunidade com a ingestão desse prato italiano. Essa conotação negativa advém da prática de celebrações e acordos feitos ao redor dessa iguaria, ocorrendo uma nova carga semântica na qual há uma acomodação por interesses e/ou

¹⁰⁸ Veja uma discussão mais ampla na Seção 2.4, no Capítulo 2.

¹⁰⁹ Ver Seção 2.2 e 2.4, no Capítulo 2.

um falseamento da idoneidade na ação das partes envolvidas em um delito e isso se conclui em uma festa com pizza. A expressão é tão conhecida que apenas o uso da palavra ‘pizza’ associado à política já remete à significação completa.

Considerando a perspectiva ideológica segundo a teoria de Thompson (1995), pode-se observar que a ‘Classe baixa’ e a ‘Classe alta’ unificam as candidaturas, enquanto que a ‘Classe média’ fragmenta, pondo maior peso nos candidatos com maior possibilidade de serem eleitos e expurgando outros/as candidatos/as (porque supostamente não tem chance de se eleger ou pelo ‘anacronismo’).

Em “Deputado no YouTube (2)”, apresentam-se discursos como os registrados a seguir:

discurso do voto inválido	Branco Nulo 6969 vote Branco Nulo, 6969
discurso da corrupção	bandido encher os bolsos nenhum deles presta
discurso demagógico	bandido... ... não vai ter vez no congresso pensões e salários dignos manchar suas reputações

QUADRO 12: *Discursos de “Deputado no YouTube (2)”*

O discurso demagógico traz para a CE representações marcantes na política brasileira: a das promessas de campanhas não cumpridas, as simulações de virtude ou honradez com objetivos individuais e escusos. Esse discurso é questionado por meio da carga sarcástica que o desmonta e lança, em primeiro plano, a suposta verdade por trás das frases completas. O discurso que aparece *a priori* é o da corrupção.

Dizer “nenhum deles presta” é imediatamente ligado à corrupção, considerando que a seqüência refere-se a atos ilícitos.

Mais explicitamente, o discurso do voto inválido aparece como uma forma de protesto. De 2005 a 2006, o volume de graves denúncias ampliou-se muito e elas foram temas constantes na imprensa (imprensa ou eletrônica) e material para manchetes, reportagens de capa e chamadas principais de telejornais. O escândalo do mensalão, por exemplo, aumentou a audiência da TV Câmara e TV Senado, principalmente no horário das reuniões da CPI. Delúbio Soares (ver figuras 26 e 27), ex-tesoureiro do PT, envolvido nesse escândalo, tornou-

se conhecido nacionalmente e não é por acaso que ele¹¹⁰ figura na CE em questão relacionado a criminosos.

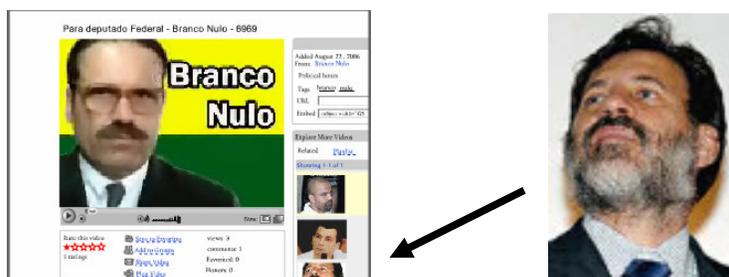


FIGURA 26: *CE no formato do YouTube* (parte do Anexo B; Quirino, 2006b)

FIGURA 27: *Foto Delúbio* (Leite de Pato, 2006)

Ocorreram duas mobilizações em relação ao voto no período eleitoral: uma era a ‘campanha pelo voto nulo’, veiculada principalmente por meio da *Internet*; a outra era institucional e principalmente rádio-televisiva. O Tribunal Superior Eleitoral – TSE fazia campanha¹¹¹ pelo voto e o engrandecia: “Pense e vote – o Brasil está em suas mãos”¹¹².

O TSE afirmou que foi possível “coibir as manifestações pelo voto nulo que vinham se proliferando pelo país”¹¹³ por meio da campanha. Creio que se pode analisar a presente CE como uma dessas manifestações, e também considero que inegavelmente ela provocou efeitos em relação às/aos leitoras/es. O registro do número ‘6969’ apresenta uma forte reação de protesto, utilizando um tom inadequado à suposta seriedade política; o candidato clivado nas possibilidades de invalidação: branco e nulo; e o uso do imperativo: “Vote Branco Nulo, 6969”; todos esses elementos fortaleceram um discurso que não obteve resultados objetivos nas eleições, mas atingiram subjetivamente os eleitores e suas percepções da política, com certeza. A expressão ‘votar no menos pior’ atravessa esse contexto.

A terceira CE em análise, “Não dá liga”, traz uma nova configuração nos textos: a presença verbal explícita de elementos que remetem a discursos em confronto direto, além de outros que se correlacionam:

¹¹⁰ Curiosidade lingüística: Delúbio procurou esquivar-se de determinados problemas ao não utilizar a expressão ‘caixa dois’, criando para isso uma nova construção lexical para a situação: ‘dinheiro não contabilizado’.

¹¹¹ Campanha “Vota Brasil 2006”. Veja Tribunal Superior Eleitoral (2006): notícia de 17 de novembro de 2006, 18h46.

¹¹² Slogan da Campanha. Veja Tribunal Superior Eleitoral (2006): notícia de 31 de julho de 2006, 10h00.

¹¹³ Em Tribunal Superior Eleitoral (2006): notícia de 17 de novembro de 2006, 18h46.

discurso de ‘coalizão’ ¹¹⁴ eleitoral	meus eleitores nossos eleitores não temos eleitores horário eleitoral nossas campanhas estão equivocadas alianças as alianças eram políticas
discurso de corrupção	400 vestidos paguei com meu dinheiro
discurso machista	trato no cabelo batonzinho
discurso feminista	machista
discurso socialista	imperialista neoliberal
discurso capitalista	restaurante chique 400 vestidos mesma blusinha comunista

QUADRO 13: *Discursos de “Não dá liga”*

O discurso da corrupção faz-se presente em mais uma CE e, agora, torna-se evidente por sua antítese com a honestidade. Não é somente a citação explícita da suspeição (supostamente conhecida pelos/as leitores/as) que revela o possível dolo, mas também a inferência da assertiva: “essas eu paguei com meu dinheiro”.

As alianças entre partidos políticos são comuns em regimes democráticos. No Brasil, muitas delas não têm sido reconhecidas como positivas. Uma crítica, por exemplo, que o PT recebeu no exercício do governo federal foi ter feito alianças com o PP (Partido Progressista) e a oração vinha formulada de maneira semelhante a esta: ‘O PT se uniu até ao PP de

¹¹⁴ Utilizei o termo coalizão entre aspas considerando as críticas presentes na CE, principalmente às que remetem às práticas de alianças políticas, as quais carregam um tom pejorativo devido às suspeições que provocam e, por isso, talvez sejam mais bem representadas com termos como: ‘conchavo’, ‘conluio’. Falando sobre os políticos no Brasil, Maurício Ricardo usou na entrevista a expressão: “alianças espúrias” (ver Anexo M).

Maluf¹¹⁵. O discurso de ‘coalizão’ eleitoral, que é o eixo dessa CE, traz para a arena a crítica das alianças por meio de uma realidade criada no texto e supostamente impossível, mas que conjuga os elementos contextuais: ‘meus’ – ‘nossos eleitores’; o papel dos ‘marketeiros’¹¹⁶, as ‘campanhas’ ‘equivocadas’ (sem votação expressiva) que ‘demandam’ alianças políticas.

O discurso socialista apresenta-se na forma de identificar o ‘outro’. A escolha lexical para classificação somada ao contexto de embate com agressão verbal entre os personagens torna os termos ‘imperialista’ e ‘neoliberal’ pejorativos. O primeiro aparece em geral no discurso socialista; o segundo é ambivalente, podendo ser usado por um discurso ou outro, mas carregando significações apreciativas opostas em cada contexto político.

O discurso machista, que remonta ao Brasil Colônia¹¹⁷, ainda tem muita força, determinando para as mulheres certos comportamentos. Os cuidados estéticos, por exemplo, formam um padrão e as que não se enquadram são, no mínimo, consideradas estranhas. O termo ‘machista’ tem significação depreciativa e atua como uma reação do discurso feminista.

Entretanto, restrições sociais não se restringem às mulheres. O personagem Alckmin diz implicitamente que suas roupas eram trocadas todos os dias e, mais do que isso, que ele tinha ‘marketeiros’ para auxiliá-lo. Evidentemente, pelo estilo do candidato, os ternos eram bem cortados, dentro dos padrões que a estetização de campanha eleitoral ‘exige’. Essas constatações, mais os ‘400 vestidos’ e o ‘restaurante chique’ representam relação com atividades materiais e valores que poucos podem ter. Embora essa seja a construção onírica de muitos por meio do discurso capitalista. Muitos que só têm uma mesma ‘blusinha’ pra usar ‘todo dia’.

O discurso demagógico e o discurso da corrupção foram observados em “No horário eleitoral...”, conforme se segue:

discurso da corrupção	mais um escândalo mensalão, empréstimo, cartilha, dossiê episódio do dossiê vocês esquecem (...) e a gente esquece
-----------------------	---

¹¹⁵ Depreciava-se o partido identificando-o com um de seus membros mais notórios e ligado a graves denúncias de corrupção, Paulo Maluf, que chegou inclusive a ser preso em 2006. Acrescente-se um detalhe: foi eleito deputado federal pelo Estado de São Paulo para a legislatura 2007-2010.

¹¹⁶ Profissionais que ganharam notoriedade pela utilização de ‘marketing político’ nas campanhas eleitorais, por exemplo, na criação do estilo ‘Lulinha paz e amor’ da campanha de 2002; na preocupação com a estética dos candidatos e candidatas; na forma de utilizar os recursos audiovisuais no Horário de Propaganda Eleitoral Gratuita. Maurício Ricardo (na entrevista, no Anexo M) fala sobre a sedução do eleitorado por meio da “flauta mágica dos marketeiros”.

¹¹⁷ Veja Mary Del Priore (1993).

discurso demagógico	<p>não agride e não xinga (...) <i>com mais de 50% no Ibope</i> companheiro eleitor que tanto confia em mim alguma coisa tem que ser feita e eu vou fazer sair desse maldito Palácio e despachar sozinho, (...) bem longe vou perfurar os dois tímpanos não vou aprender a linguagem de sinais¹¹⁸ que meus assessores conversem tampando a boca sei que você, meu eleitor acredita pacto pela governabilidade</p>
---------------------	--

QUADRO 14: *Discursos de “No horário eleitoral...”*

O discurso de corrupção aparece renovado e fortalecido nessa CE por “mais um escândalo” político. O então recente episódio do dossiê foi responsável por toda a trama textual e foi o que obrigou o personagem Lula, candidato, a repetir a fala de desconhecimento de mais um erro e comprometer-se a fazer “alguma coisa”.

Com base no dossiê, último ‘escândalo’ antes da votação do primeiro turno, a CE tece uma crítica à demagogia na política, apresenta satiricamente argumentos que contestam a condição de não-conhecedor do presidente e constitui para ele uma identidade (ver Seção 1.3.3, no Capítulo 1) com a moral questionável.

A conveniência de não agredir e não xingar diante do resultado favorável nas pesquisas; as ações fantasiosas para evitar as ilações de envolvimento em dolo; o disparate de propor o esquecimento de um fato utilizando o ‘bem do país’ como razão: essa é uma série de ações que se relaciona diretamente ao discurso demagógico.

Nessa esteira, o autor também provoca o/a eleitor/a de Lula e põe em cheque a suposta inocência dele/a, ao dizer, por exemplo: “companheiro eleitor que tanto confia em mim”; “sei que você, meu eleitor acredita...”. A provocação é alicerçada no contra-senso das ‘provas argumentativas’¹¹⁹, apresentadas *versus* a confiança/crença cega de eleitores/as. É preciso deixar claro que nem todos os que votaram em Lula confiavam/acreditavam nele; há muitas outras razões para tomar a decisão de votar em um candidato ou candidata.

“Mas até que ponto o povo tá com ele¹²⁰ porque... porque ele é a melhor opção? Ou porque não querem a retomada do PSDB?” Essa, por exemplo, é a explicação de Jorge

¹¹⁸ Reconhecida oficialmente como: língua de sinais.

¹¹⁹ Chamo de ‘provas argumentativas’ o conjunto de questões implícitas na fala do personagem, exemplo: Como eu poderia não saber, sendo que os fatos aconteciam ‘perto’ de mim? Os assessores obviamente falam com o presidente, nunca falaram sobre nada comigo? Nunca pediram autorização para agir?

¹²⁰ Referindo-se a Lula.

(entrevista 5, Anexo J) ao discutir a CE “*Bois don’t cry*”. Para a análise interdiscursiva da CE, destaquei os seguintes discursos:

discurso da corrupção	ladrão monte de bandido engavetaram processos abafaram CPI eticamente o Brasil anda pra trás engoliu os desonestos aceitou o “rouba mas faz” ¹²¹
discurso de desmobilização social	o povo nem faz protestos
discurso da impunidade	temos pizza

QUADRO 15: *Discursos de “Bois don’t cry”*

Mais uma vez o discurso da corrupção é um dos principais a figurar no texto. As associações ao candidato Lula correlacionam a possibilidade de ele ser ‘ladrão’ e questionam se houve envolvimento com o ‘monte de bandido’. O candidato Alckmin é atingido pelas afirmações categóricas de que os tucanos “engavetaram processos e abafarão CPI”.

As eleitoras e os eleitores também são envolvidos nesse discurso no momento em que se afirma que “eticamente o Brasil anda pra trás”. Ora, de um modo geral, o que constitui o Brasil são as pessoas que vivem nele, e contextualizando com o período de pleito, são aqueles que votam que estariam andando eticamente para trás, engolindo “os desonestos”, aceitando o “rouba mas faz”.

Por outro lado, amenizando um pouco essa perspectiva, seria uma ‘concessão necessária’, segundo o autor. Questionado sobre o texto “*Bois don’t cry*”, Maurício Ricardo disse (na entrevista, Anexo M):

A idéia central foi um drama que me acompanhou durante todo o processo eleitoral deste ano: foi uma campanha em que o eleitor se viu obrigado, talvez pela primeira vez, a votar sabendo que estaria fazendo concessão à falta de ética. Sabendo que teria que escolher o “menos pior”, já que Lula e Alckmin estão ligados a grupos políticos cujas falhas morais foram publicamente expostas.

¹²¹ Expressão que tem a origem identificada na campanha política de Adhemar de Barros para prefeito de São Paulo em 1957 e que hoje é mais ligada a Paulo Maluf. Já foi utilizada por opositores de Lula referindo-se ao Presidente. Nessa CE, faz relação ao governo do PSDB também.

Dessas questões também decorre o discurso da desmobilização social: “o povo nem faz protestos”. Por mais que a CE possa provocar a reação popular, explicitamente há uma generalização que desconsidera até mesmo esse próprio texto (a CE “*Bois don’t cry*”) como uma forma de protesto. No entanto, é preciso ponderar que essa CE é uma forma de protesto sim, mas a ação das pessoas no bar retrata o que estaria acontecendo de um modo geral: há pessoas que fazem crítica à política, são ‘povo’, não agem e dizem que os ‘outros’ não agem (ver Seção 4.3.3).

‘Temos pizza’ é a expressão que é recorrente em todo o desenrolar da CE, aparecendo em diferentes perspectivas (mais próximo, mais distante, uma parte, aparecendo e desaparecendo da imagem de fundo), quase que como um letreiro comercial piscando. Essa é uma mensagem em segundo plano que, a todo tempo, fricciona-se com a mensagem em primeiro plano. O discurso da impunidade aparece de forma ‘atemporal’, no presente do indicativo (no contexto em que se insere na CE). Não é simplesmente ‘tivemos pizza’, ou ‘teremos pizza’, ou ‘temos pizza hoje’, mas ‘temos pizza’ – um tempo contínuo que atravessa passado, presente e futuro. No texto, essa expressão afeta as duas candidaturas e generaliza os casos de impunidade.

Essa mesma impunidade freqüente pode ser uma razão para o desestímulo à mobilização social e, dessa forma, a compreensão não se restringe apenas à hipotética convivência das pessoas em relação à corrupção.

4.3.3 Representação dos atores sociais

Para a compreensão e a interpretação de textos e seus efeitos na sociedade, cabe observar como os atores sociais são representados (ver Seção 1.3.2.3, no Capítulo 1). Utilizo essa categoria analítica por estar focalizando um processo eleitoral no qual candidatas e candidatos, e respectivos partidos/coligações, disputam a preferência do eleitorado. A forma como esses atores figuram em cada CE será observada a seguir.

Em “Classes sociais e o voto”, dois homens e uma mulher representam estratos da sociedade por meio de classificação genérica (‘classe baixa’, ‘classe média’, ‘classe alta’). Ocorre, assim, uma referenciação impessoal, até mesmo por serem resultados de uma estereotipia¹²². O pronome pessoal ‘eu’ é um identificador de cada personagem, pois para a função que exercem no texto, não havia necessidade de nomeá-los. Nesse sentido, o ‘eu’ genérico equivale à utilização de ‘nós’ e ‘a gente’ no mesmo texto, porque é um ‘eu’ do

¹²² Os personagens estão representando suas respectivas ‘classes’ com base em estereótipos estabelecidos socialmente.

estereótipo, representando cada classe como um todo. Faço a ressalva de que o uso do ‘a gente’ tanto pode ser restrito à ‘classe média’, quanto generalizado para todas as classes, considerando que o fato citado (o “escândalo do mensalão” e a “pizza vergonhosa”) teve ampla divulgação.

Todos os candidatos e candidatas são classificados por meio da ‘unificação’ (ver Seção 4.3.2, neste Capítulo 4 e Seção 1.2, no Capítulo 1): “nenhum deles”. Esses termos generalizam a impossibilidade de se “acabar com a roubalheira”, utilizando o pronome indefinido ‘nenhum’ ao mesmo tempo em que o circunscreve no âmbito da disputa presidencial. Assim, o pronome pessoal ‘eles’ (depreendido da contração: de + eles = deles) faz referência catafórica¹²³ aos atores sociais que são mencionados direta ou indiretamente ao longo do texto.

Lula e Alckmin são incluídos na CE nomeadamente. Com certeza, o fato de estarem no primeiro e segundo lugar das pesquisas de intenção de voto, na época, foi determinante. Na fala da ‘classe média’, eles também são referenciados via classificações (Lula – ‘petistas’, ‘situação’; Alckmin – ‘tucanos’, ‘oposição’), por meio das quais se estabelecem pontos de vínculo com corrupção (‘mensalão’, ‘sanguessugas’) e impunidade (“uma pizza vergonhosa”), tornando inviável o recebimento do voto. No entanto, eles terminam fortalecendo-se pelo desejo da ‘classe média’ de não ser omissa e porque textualmente é dito que “não dá pra votar no Alckmin, nem no Lula, muito menos” nos demais. Os outros seriam opções piores ou ‘não seriam opção’, favorecendo assim as candidaturas com maior intenção de voto naquele momento.

A eleição presidencial de 2006 teve duas candidatas (*Ana Maria Teixeira Rangel* – PRP¹²⁴; *Heloísa Helena Lima de Moraes Carvalho* – PSOL) e seis candidatos (*Cristóvam Ricardo Cavalcanti Buarque* – PDT¹²⁵; *Geraldo José Rodrigues Alckmin* – PSDB; *José Maria Eymael* – PSDC¹²⁶; *Luciano Caldas Bivar* – PSL¹²⁷; *Luiz Inácio Lula da Silva* – PT; *Ruy Costa Pimenta* – PCO¹²⁸). De maneira impessoal, cinco desses nomes são classificados como

¹²³ Catáfora como termo ou locução que se refere a algo que virá na seqüência textual em contraposição à anáfora, que se refere a algo registrado anteriormente no texto. A referência é catafórica na fala do personagem da ‘classe baixa’. Diferentemente, em relação à fala do personagem da “classe alta”, a referência é anafórica.

¹²⁴ Partido Republicano Progressista.

¹²⁵ Partido Democrático Trabalhista.

¹²⁶ Partido Social Democrata Cristão.

¹²⁷ Partido Social Liberal.

¹²⁸ Partido da Causa Operária. Esse partido teve impedimentos na campanha por ter as contas da candidatura de 2002 rejeitadas pelo Tribunal de Contas da União. O posicionamento do partido durante o horário eleitoral foi muito provocador e crítico ao questionar a decisão da justiça em relação a um partido com pouco poder político e financeiro, inclusive dizendo que a justiça atua a favor dos ‘poderosos’. Cabe comentar um detalhe: um grande número de candidatos eleitos no pleito de 2006 teve seus caixas de campanha sob suspeita (Lula, inclusive). Quantos sofreram punições? Todas essas suspeitas eram equivocadas? Dois pesos, duas medidas?

‘candidatos nanicos’. Essa forma de generalização engloba, em um mesmo grupo, as candidaturas que obtinham um pequeno percentual de votos nas pesquisas de intenção de voto – por isso o termo ‘nanicos’. Um dos efeitos ideológicos desse tipo de classificação, considerando também o enunciado em que se encontra, é o de ‘cristalização’ de tendências. Ora, se as intenções indicam poucas possibilidades de disputa dessas candidaturas e as mesmas são taxadas de nanicas, passa-se então a idéia de que a reversão é algo não plausível. Em outras palavras, por seus efeitos construtivos a intenção de voto ‘garante’ antecipadamente o resultado final. Seria diferente se utilizasse termos como ‘candidatos que estão com pouca intenção de voto’. Os ‘nanicos’ não ‘estão’ nanicos, eles ‘são’ nanicos no texto – não se trata de uma circunstância; é uma questão de classificação por meio do nome designativo.

Diante dessa realidade, até o espaço democrático de debate é reduzido, pois as emissoras de TV, por exemplo, só dão voz para candidatos e candidatas bem classificados nas pesquisas. A tese de que ‘a melhor candidatura é aquela que tem chances de vencer’ mais o silêncio de eleitoras e eleitores, combinado com a manutenção de práticas eleitorais discriminatórias, fortalecem as estruturas de poder e dificultam, ou inviabilizam, possibilidades de mudança.

A representação da “esquerda radical e ideologicamente ultrapassada”¹²⁹ pode referir-se também a Rui Costa Pimenta, mas é mais provável que o grupo nominal remeta principalmente a Heloísa Helena, uma vez que ela estava em terceiro lugar nas pesquisas e com índices que não eram tão pequenos na época, 12% (o segundo lugar tinha 21 pontos percentuais e o candidato do PCO tinha menos de um)¹³⁰.

Os termos utilizados na representação de Heloísa Helena são depreciativos e sua candidatura é carregada de um sentido anacrônico (“ideologicamente ultrapassada”) e inadequado politicamente (radical). Todas as discussões e propostas de ação de um processo de candidatura, do qual participaram pessoas que se engajaram fortemente contra a corrupção e tinham um passado honesto, são reduzidas e adjetivadas negativamente. Esses sujeitos são praticamente eliminados por meio de mecanismos ideológicos. Candidatos e candidatas da terceira posição em diante, nas pesquisas, foram ‘incluídos’ no texto para serem ‘excluídos’.

Diante dessa CE, resta aos eleitores e eleitoras o niilismo¹³¹ ou a busca de interesses

¹²⁹ A mesma classificação que muitas vezes o PT recebia outrora, especialmente nas três primeiras tentativas de eleger Lula como presidente, e que também tem marcas em anos anteriores quando a ideologia socialista/comunista foi utilizada para justificar a instalação da ditadura militar no Brasil.

¹³⁰ Pesquisa Ibope/Rede Globo divulgada no *Jornal Nacional* em 18 de agosto. Veja Globo.com (2006).

¹³¹ No sentido de perda das crenças e convicções.

individuais ou da classe a que se pertence. O texto tem a característica de dar visibilidade a questões de classe social num período em que o determinismo econômico é forte (mas não é o único). Embora a provocação à reflexão esteja presente, há um enfraquecimento nas aberturas para mudança. Parece que tudo está dado e não há o que fazer – o que não é verdade.

Na segunda CE em análise, “Deputado no YouTube (2)”, ocorre uma certa ‘personificação’ do voto ‘Branco Nulo’, inclusive porque o personagem reforça as principais razões que motivam os eleitores a votar em branco ou anular o voto. Em termos de representação de atores sociais, há uma classificação específica de candidato a ‘Deputado Federal’ do ‘PQP’, com o número ‘6969’, mas que em um nível macro transmite a idéia de ser uma classificação genérica – todos os deputados (e possivelmente atacar de modo amplo a esfera política).

O candidato é nomeado: ‘Branco Nulo’ – um personagem fictício e estereotipado que se relaciona visualmente (ver figuras 28 e 29), no texto, a outros atores sociais ligados a práticas ilícitas. Dois desses são criminosos de alta periculosidade, como Luiz Fernando da Costa (Fernandinho Beira-Mar – primeira foto à direita na CE), um dos líderes do Comando Vermelho (CV) e Marcos Camacho (Marcola – segunda foto à direita na CE), o líder da organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC). Exacerbando a crítica política, a CE associa ao elenco o ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares (terceira foto à direita na CE), e relaciona automaticamente o ‘Branco Nulo’¹³² também. Dois narcotraficantes e dois corruptos da esfera política são englobados em uma mesma caracterização. Reafirmando a caracterização verbalmente, o personagem ‘Branco Nulo’ diz: “realmente sou: bandido”.

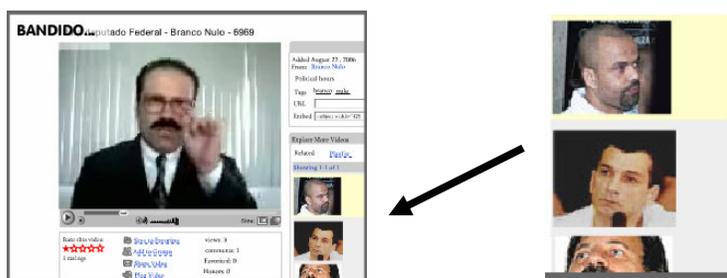


FIGURA 28: *Bandido* (parte do Anexo B; Quirino, 2006b)

FIGURA 29: *Relacionados* (destaque em uma imagem do Anexo B; Quirino, 2006bc)

Atendendo a convite feito por meio do *site*, internautas enviaram vídeos com perguntas ao personagem ‘Branco Nulo’. No vídeo escolhido pelo chargista, quem faz a pergunta identifica-se como Daniel (ver figura 30) – ator social nomeado que pode ser considerado um

¹³² Os vídeos apresentados mais ao centro da página do *YouTube* guardam relações com os que ficam disponíveis para acesso à direita, como uma espécie de classificação temática ou aproximação de conteúdo.

hibridismo entre personagem e eleitor real. No texto, ele é classificado como ‘retardado’ e depois reclassificado demagogicamente como ‘bem humorado’, recebendo até ‘parabéns’. Dessa forma, sua suposta identidade de eleitor (personagem ou não) é fragilizada.



FIGURA 30: *Daniel* (parte do Anexo B; Quirino, 2006b)

A classificação e a reclassificação também são empregadas para tratar de candidatos e candidata. Antes de adentrar nessa análise, permita-me comentar sobre a forma impessoal de fazer referência utilizada por ‘Daniel’, via trocadilho: ‘Mula’, ‘All que nem’ e ‘Heloísa me dá pena’. Não posso afirmar se houve algum equívoco na legenda da CE, mas a única referência claramente audível é ‘Heloísa me dá pena’, por isso cito todas, mas só comentarei a última. O termo que se refere a Heloísa Helena possivelmente se relaciona à posição da mesma em terceiro lugar nas pesquisas de intenção de votos, adicionando-se à leitura (de ‘Daniel’ e muitos/as outros/as votantes) de que a candidata do P-SOL não teria chances de vencer o pleito – por isso, a pena. Uma outra possibilidade seria sentir ‘pena’ por conta das idéias supostamente ultrapassadas (ou impraticáveis) apresentadas pela candidata.

Retomando as (re)classificações feitas pelo personagem ‘Branco Nulo’, percebe-se que ele nomeia os candidatos e a candidata, faz classificações, em seguida desdiz o que disse, encaminhando para uma outra interpretação por meio de ironia, e finaliza reclassificando.

Lula é representado como “vagabundo, cego, ignorante” *versus* “uma das maiores lideranças populares que esse país já viu”. Apresento algumas possibilidades de leitura: ‘vagabundo’ pode remeter às afirmações de que o presidente ‘não trabalha’, ‘passa o tempo viajando’ ou ‘é desonesto’; ‘cego’ e ‘ignorante’ são formas de atacar as afirmações de Lula de que ele não sabia dos crimes cometidos por pessoas próximas à presidência. O termo ‘ignorante’ pode remeter também às críticas que Lula sofre por não ter curso universitário. Quando “Branco Nulo” diz que as calúnias são por ‘puro preconceito’, essa interpretação é reforçada.

Para Geraldo Alckmin e Heloísa Helena, utilizarei o mesmo formato de comentário que usei para Lula. Alckmin é representado como “chuchu, banana” *versus* “um homem

competente”. ‘Chuchu’ pode fazer referência às afirmações de políticos, ligados ou não ao ex-governador de São Paulo, de que ele seria uma pessoa sem carisma, ‘sem graça’, por isso ‘chuchu’ (‘sem graça’, ‘sem gosto’)¹³³. Pode tratar ao mesmo tempo da expressão ‘picolé de chuchu’, apelido¹³⁴ que Geraldo Alckmin recebeu do colunista da *Folha de S. Paulo*, José Simão, criticando-o pela mesma avaliação: de que lhe falta carisma. A palavra ‘banana’ pode associar-se nesse contexto a pessoa ‘fraca’, ‘sem iniciativa’, embora não haja um significado forte que tenha ressoado na campanha (como aconteceu com o chuchu). Na CE, ‘banana’ serve para a construção textual como um hipônimo em relação a produtos alimentícios servidos em restaurantes populares. A reclassificação demagógica de ‘homem competente’ entra em conflito significativo com homem ‘sem iniciativa’, o que reforça a interpretação de ‘banana’.

Heloísa Helena é representada como uma candidata anacrônica, que está com a “cabeça no século XIX” *versus* “um exemplo de perseverança” (por estar “ainda pregando o socialismo”). É necessário perceber o que está implícito nessa estratégia ideológica de expurgo do outro, pois ‘Branco Nulo’ a diferencia de todos os outros. O anacronismo deve-se à percepção atual de muitos de que o socialismo é ultrapassado e de que não há possibilidades de mudanças para o sistema econômico capitalista. Também há os que desconsideram os problemas sociais existentes e se regozijam ou ficam satisfeitos com o que está posto. Falar em socialismo é falar de passado, de impossibilidade, nem mesmo é falar de utopia – isso é o que representa a fala de ‘Branco Nulo’, principalmente por ser ele e sua constituição identitária que sustentam esse ponto de vista.

Durante a campanha, a candidata disse que o socialismo é “a mais bela declaração de amor à humanidade¹³⁵”. Ao mesmo tempo, disse que iria lutar pela democracia e que seu programa de governo iria estar de acordo com a constituição do país – não seria a implementação do socialismo (é evidente que essas declarações são ‘corroídas’ dentro de uma prática social de desconfiança em ‘promessas de campanha’). Sem entrar no mérito dos aspectos positivos ou negativos do socialismo, a forma de atacar (praticamente apagando) esse discurso na CE não colabora para o questionamento necessário do sistema vigente e dos problemas que ele ocasiona. Na verdade, o rechaçamento de uma outra possibilidade de sistema acaba por fortalecer o que está posto e naturalizá-lo.

¹³³ Essa relação entre o candidato e o chuchu foi tão marcante que o próprio Alckmin tentou ressignificá-la, dizendo coisas como: “No meu governo, o Brasil vai ter emprego pra chuchu” (vai ter muito emprego). Veja Maurício Savarese (2006).

¹³⁴ Epaminondas Neto (2006).

¹³⁵ Em entrevista concedida ao *Jornal Nacional* em 8 de agosto de 2006 (Carvalho, 2006).

É necessário observar também nos textos as exclusões e o que elas representam. Fortalecendo a idéia de considerar apenas os/as que supostamente ‘têm chance de vencer’, a CE apaga as demais candidaturas¹³⁶, não fazendo referências explícitas às mesmas.

Por fim, todos os três atores sociais representados explicitamente ‘não prestam’: “nenhum deles presta”. Aqui caberia a possibilidade de incluir os/as outros/as candidatos/as na compreensão do que é dito, uma vez que a expressão com pronomes, ‘nenhum deles’, dá abertura para a ‘inclusão dos excluídos’ mediante a classificação genérica de todos/as. Dessa forma, reitera a ‘unificação’ da classe política ao desqualificar todos, fortalecendo as designações depreciativas apresentadas anteriormente.

Geraldo Alckmin e Heloísa Helena são atores sociais representados em “Não dá liga”. Heloísa Helena é retratada positivamente no texto por meio de falas da personagem que se referem a ela própria (pessoa no mundo), exemplo: ‘ocupada’, honesta (“paguei com meu dinheiro”). Ela não é nomeada e nos demais momentos recebe classificações que podem ser consideradas pejorativas na perspectiva de ‘Ai-de-mim’: ‘personagem de gibí’, por usar ‘roupa igual todo dia’, suscitando uma identidade de ‘candidata de fantasia’, que não segue os padrões do mundo ‘real’; ‘cabeça dura’ e ‘radical’, por não agir com a ‘flexibilidade’ ‘exigida’ na prática política; ‘comunista’, exagerando a autoidentificação da candidata como socialista com um termo que carrega historicamente uma perspectiva negativa para muitos.

Alckmin é nomeado por meio do trocadilho ‘Ai-de-mim’ e só recebe classificações negativas da personagem Heloísa Helena. É identificado como ‘tudo que eu desprezo’; ‘ridículo’, referindo-se ao penteado; corrupto, por conta da conivência com a suspeição relativa aos ‘400 vestidos’; ‘machista’, pela forma como expressou a necessidade de se seguir um ‘padrão’ de apresentação estética feminina; ‘porco imperialista’, exacerbando a crítica à forma de política associada ao capitalismo; ‘tucano’, um adjetivo negativo sustentado pelos erros do PSDB; neoliberal, crítica ao personagem por representar o neoliberalismo. As três últimas classificações guardam relação contextual entre si: os 8 anos de governo do PSDB implementaram fortemente a política econômica neoliberal no país, contribuindo assim para o fortalecimento do capitalismo globalizante.

Esse texto acaba por enfraquecer as candidaturas que estavam mais bem posicionadas nas pesquisas em relação ao primeiro lugar. A representação dos atores sociais é feita questionando-se o candidato e a candidata, que são envolvidos em uma situação de discussões fúteis.

Equilibrando o possível favorecimento a Lula na CE analisada, apesar do relativo

¹³⁶ Promovendo a exclusão de candidatos/as do quarto lugar em diante nas pesquisas de intenção de voto.

distanciamento temporal, o texto “No horário eleitoral...” tece uma série de críticas ao candidato na representação que é feita.

Lula é classificado indiretamente como hipócrita quando o locutor que o anuncia na CE diz que ele é o “candidato que não agride e não xinga *quando está com mais de 50% no Ibope*”¹³⁷. Associa-se a isso o fato de o personagem Lula dizer-se ‘implacável’ com os seus ‘companheiros corruptos’ – aqueles que deixam vaziar na imprensa os atos ilícitos. Dessa maneira, o foco não é o ato criminoso, mas a preocupação com o efeito dos textos de denúncia. Quando o personagem diz “meus companheiros corruptos”, cria uma certa ambigüidade: ou, de todos os companheiros, Lula está se referindo aos que são corruptos e que não se vinculam necessariamente a ele; ou, Lula estaria sendo chamado de corrupto também, pois os ‘companheiros corruptos’ seriam os ‘companheiros de corrupção’. A vinculação do personagem Lula com corrupção é reforçada quando ele propõe à oposição o esquecimento do ‘episódio do dossiê’.

Uma outra classificação que se pode depreender para o personagem é a de cínico, pois ele se propõe a tomar medidas que não resolverão os problemas e, dessa forma, acaba se indiciando ao apresentar o que fará. Percebe-se também a classificação de desinformado em relação aos escândalos.

A última forma em que esse ator social é representado por meio do personagem encontra-se em um dos momentos mais satíricos do texto: ele se diz ‘vítima’ – do PT. No entanto, há uma ambigüidade nessa afirmação. Pensemos em duas possibilidades: a primeira é que, na verdade, ele não é vítima, pois faz parte do PT e dos esquemas do partido. A segunda possibilidade é a de que ele é vítima sim, pois os erros são praticados por outras pessoas do partido. A CE abre essa possibilidade de ‘inocência’ no final; porém, todos os elementos textuais e as classificações anteriores direcionam para a primeira interpretação. Acrescente-se a isso a desfaçatez do personagem de fazer parte do PT e querer desvincular sua imagem da imagem do partido. Vale lembrar que a proposta de esquecer o dossiê não é feita por um ‘eu’ (o personagem), mas por ‘a gente’ (situação/governo/PT).

Sem fazer nomeações, o texto apresenta os políticos que não estão apoiando o governo por meio de uma classificação impessoal: a ‘oposição’; e os vincula à corrupção ao referir-se ao conteúdo do dossiê. Da mesma forma, os “companheiros corruptos” deixam de ser nomeados.

¹³⁷ É evidentemente questionado o papel dos políticos (mais especificamente do presidente e candidato) que atuam, em época de campanha, com base nas pesquisas e em estratégias de marketing (o produto: candidato/a).

Outros atores sociais que são representados nesse texto são os/as eleitores/as do personagem Lula. Uma interpretação possível em relação a eles/elas é a de que são classificados/as implicitamente como tolos/as que confiam em um candidato que não mereceria essa deferência (considerando a maneira como ele mesmo – o personagem – se apresenta). Cabe aqui a discussão de que nem todas as pessoas votam em determinada/o candidata/o somente por confiança, mas por uma série de fatores que se correlacionam.

Apesar de o candidato Lula utilizar o vocativo “minhas amigas, meus amigos” na abertura de seus programas eleitorais, a CE opta por retomar uma expressão histórica no PT, associada ao masculino genérico¹³⁸: ‘companheiro eleitor’. Evidentemente, a mudança na fala de Lula na época da campanha eleitoral não ocorre por acaso. O número de eleitoras era maior no pleito de 2006¹³⁹ e é inegável a influência das mulheres no núcleo familiar. As palavras ‘amigas’ e ‘amigos’ têm uma carga afetiva positiva e incluem os gêneros sociais explicitamente (ver Seção 1.3.3, no Capítulo 1).

Em “*Bois don’t cry*”, os ‘brasileiros indecisos’ não são nomeados, mas representados como estereótipos de eleitores discutindo política em mesa de bar (ver figura 31). Pode-se observar que, na perspectiva imagética, remetem direta ou indiretamente a uma parte da constituição do povo brasileiro: o povo português e o africano. Também se assemelham a imagem de pessoas pobres pela camisa branca (que é geralmente de baixo custo), combinação ‘inadequada’ de cores, camisa de ‘número inadequado’ e o local onde estão.



FIGURA 31: *Indecisos 2* (parte do Anexo E; Quirino, 2006e)

Lula é nomeado explicitamente e classificado em possibilidades alternativas: ‘traído’/‘grande vacilão’ *versus* ‘ladrão’/‘bandido’. O texto o acusa ao levantar uma hipótese e desfazê-la ironicamente: “Se é inocente”, Lula deve ser classificado como: ‘coitado’, ‘traumatizado’, ‘azarado’, ‘pobrezinho’. Ou seja, o ‘se’ acrescido de ironia significa que não é inocente. A figura 32, que o representa, joga com a ironia pela expressão de coitado e pelo

¹³⁸ O termo ‘eleitor’ é do gênero masculino, mas está referindo-se a masculino e feminino, por isso, masculino genérico (ver nota 1, na Introdução).

¹³⁹ Veja: Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul (2006).

uso dos enfeites (estrela vermelha: símbolo do PT) no chifre de traído. O desenho na CE guarda relações com uma montagem feita em fotografia (figura 33), com data anterior¹⁴⁰, onde há imagens de atores sociais¹⁴¹ ligados a escândalos envolvendo o PT, dentro de bolas natalinas (que são reconfiguradas em estrelas na CE). Talvez possamos pensar em uma ‘intertextualidade semiótica’¹⁴².



FIGURA 32: *Lula* (parte do Anexo E; Quirino, 2006e)

FIGURA 33: *Montagem fotográfica* (Contra o vento, 2006)

Provavelmente, os chifres de rena lembram os animais que puxam o trenó do Papai Noel, por isso a ligação com o Natal. A escolha do animal também pode estar relacionada às ramificações do chifre, conforme vimos em 4.2.2.

Na CE, Dirceu, Palloci, Berzoini e Silvinho são nomeados e incluídos dentro das classificações: traidores, ladrões, monte de bandido. Alckmin é nomeado e classificado como ‘tucano’ e, dessa forma, é membro de um partido altamente suspeito de corrupção (“engavetaram processos e abafaram CPI”).

Uma representação questionável é a que os personagens fazem de si mesmos e em relação aos demais brasileiros. Para Geraldo (entrevista 4, Anexo I), os personagens “fizeram a crítica, mas acabaram não resolvendo nada também; voltaram para beber a cerveja deles”. Verbalmente, podemos observar: ‘a gente’ *versus* ‘o Brasil’/ ‘o povo’ (que, no texto, torna-se no mínimo apático e conivente). Dessa forma, há ‘eles’ – ‘o povo’ e não ‘nós’ – ‘o povo’. Luciana (entrevista 2, Anexo G) destaca: “eles se comportam como/como os/as pessoas que eles criticam: o povo”.

No uso cotidiano, dizer ‘o povo’ remete a um ‘outro’ que exclui o/a falante e geralmente enfraquece a coletividade por conta disso. É diferente de dizer: ‘nós não fazemos

¹⁴⁰ O endereço eletrônico indica 18/09/2005 e na página do *site* está registrado: 24/09/2005.

¹⁴¹ Da esquerda para a direita: José Dirceu, Marcos Valério, Luiz Gushiken, Silvio Pereira, Delúbio Soares e José Genuíno.

¹⁴² No sentido de um texto retomar de forma semelhante ou idêntica a imagem de um outro.

protestos, engolimos desonestos, aceitamos o rouba mas faz'. Interpretando a CE na entrevista (ver Anexo H), Kátia assume essa posição: “Nós, como povo, como eleitores, não devíamos aceitar o que a gente anda aceitando há... séculos, né?”.

No texto, ocorre a exclusão de todas as demais candidaturas. Considerando que a data de publicação foi às vésperas das eleições em primeiro turno, até a perspectiva democrática é fragilizada. Mais uma vez, reforçam-se os/as candidatos/as mais bem classificados na disputa em relação às pesquisas de intenção de voto. Por mais que os dois sejam apresentados e depreciados no texto, a ‘exclusão’ dos demais inviabiliza (nessa CE) a possibilidade de avaliar-se um candidato ou candidata que não apresente problemas semelhantes. Os indecisos são confrontados com apenas duas alternativas únicas, mas eram oito opções no total.

Raquel, analisando essa CE, pondera: “... existem outros candidatos, Heloísa Helena, Cristóvam, entre outros, que também têm boas propostas, e aí eles só falam deles dois¹⁴³ porque eles são os mais cotados”; e acrescenta: “... por ter outros candidatos eles também poderiam citar, né?; “Só falam dos dois que tão lá em cima e falam mal, né?” (entrevista 1, Anexo F).

Essa participante entrevistada percebe o problema, cita mais uma candidata e um candidato, e envolve as demais candidaturas no rótulo ‘outros’. O fato de não dizer mais nomes pode estar relacionado também às pesquisas e à menor veiculação de informações sobre essas pessoas na mídia. Na fala de Damião (entrevista 6, Anexo L), a exclusão é maior, pois só aparecem quatro candidaturas; e ele interpreta que os eleitores da CE vão anular o voto (dessa forma, o texto colaboraria com o voto inválido): “Eu acho que, no final, eles vão votar nulo. ((risos)) Não vão vo/não vão votar em ninguém. Nem no Lula, nem no Alckmin... nem na Heloísa Helena e o Cristóvam.”. Quando perguntei a Maurício Ricardo (na entrevista, no Anexo M) a opinião dele sobre os candidatos e candidatas à presidência que concorreram no primeiro turno, ele também citou apenas as quatro candidaturas mais bem posicionadas nas pesquisas de intenção de voto.

4.4 Significado identificacional

O significado identificacional é focado nas análises das cinco charges eletrônicas nesta Seção. O ponto principal é o processo de identificação, mais do que a identidade propriamente dita, uma questão de identificar a si mesmo/a e como ser identificado/a por outras pessoas nos textos.

¹⁴³ Referindo-se a Lula e Alckmin.

Para realizar essas análises, adoto a categoria da modalidade, em 4.4.1, e a categoria da avaliação, em 4.4.2.

4.4.1 Modalidade

Analisar a modalidade nos textos colabora para observar e interpretar o envolvimento das pessoas com o que elas dizem e assim ter um acesso ao processo de identificação que se instaura. Como o gênero em análise é CE, todos os textos são representações que guardam maior ou menor relação com acontecimentos do mundo social: seus discursos, suas materialidades, estruturas, práticas e eventos sociais.

A constituição identitária nesses textos mescla elementos que remetem a contextos reais e a elementos que fazem parte de um contexto imaginário estabelecido pelo autor. Sendo assim, as formas de modalidade e suas implicações tanto destacam identificações feitas em outros textos como constituem ou reconstituem identificações na própria CE.

Em “Classes sociais e o voto”, o personagem da ‘classe baixa’ e o da ‘classe alta’ afirmam categoricamente, em relação às/aos candidatas/os: “acabar com a roubalheira nenhum deles vai”. Dessa forma, não modalizam a fala e identificam as pessoas que se candidataram como incapazes de acabar com a corrupção, e indiretamente criam uma suspeição de que elas também podem se envolver com atos ilícitos.

Esses mesmos personagens são representados (e, dessa forma, as classes são representadas) em uma hesitação sobre o futuro (cada ‘eu’ representando sua respectiva ‘classe’) com os candidatos que escolheram: “eu estou com o Lula, porque eu acho...”; “eu estou com o Lula ou com o Alckmin, porque eu acho...”. Em seguida, eles desfazem a hesitação e afirmam categoricamente a certeza que têm sobre a escolha: “acho não, tenho certeza: de que ele vai ser bom”; “acho não, tenho certeza: de que eles vão ser bons”. Em um processo de decisão para eleições, a CE representa a adesão de determinadas classes a determinadas campanhas, apoiada em resultados de pesquisa eleitoral.

A personagem da ‘classe média’ tem um comprometimento discreto ao modalizar sua fala: “o escândalo do mensalão *poderia* ter ajudado a limpar o Brasil”. Ela levanta a possibilidade de que a ‘limpeza’ poderia ser efetivada caso os congressistas tivessem agido coerentemente.

Na segunda CE em análise, “Deputado no YouTube (2)”, por meio da representação de um candidato a deputado federal em campanha, questionam-se os políticos de um modo geral, critica-se a demagogia de muitos deles e, nessa esteira, transmite-se a imagem que um candidato ‘deve ter’ por meio de sua fala: ‘firmeza e convicção’. Sendo assim, todos os

enunciados de ‘Branco Nulo’ são afirmações categóricas (com comprometimento), exemplo: “sou: bandido”; “nosso negócio é encher os bolsos”; “tenho, clara, minha opinião formada”.

‘Ai-de-mim’ (Alckmin) e a personagem que representa Heloísa Helena mantêm o padrão assertivo na CE “Não dá liga”. Tratando da alteridade¹⁴⁴ ou mesmo da própria identidade, todas as frases são categóricas. O único momento em que há uma relativa abertura para diferentes possibilidades de respostas é o dos questionamentos da ‘candidata’: “Como explicar aos meus eleitores? E o que pensará o povo brasileiro nos vendo juntos?”.

Em “No horário eleitoral...”, o personagem Lula faz declarações tão afirmativas e, ao mesmo tempo, carregadas de ironia que eleva seu grau de envolvimento com o que diz ao ponto de demarcar uma necessidade e se comprometer a agir: “alguma coisa tem que ser feita e eu vou fazer”. Em um segundo momento, ele procura evitar que ‘modalizem sobre sua honestidade’: “sei que você, meu eleitor, acredita, mas não quero deixar dúvidas”. A fala do personagem não contém elementos que transmitam incerteza explicitamente e ainda procura eliminar possíveis inseguranças de seus/suas eleitores/as. Uma leitura que considere a sátira, as ironias, desfaz essas supostas compreensões.

Conforme foi discutido anteriormente, o texto “*Bois don’t cry*” faz acusações a Lula por meio de ironias nos questionamentos sobre sua culpabilidade ou inocência. Apesar de modalizar satiricamente em “*Se é inocente, coitado! Deve estar traumatizado!*” O texto possui asserções, como: “os tucanos, isso eu vi: engavetaram processos e abafaram CPI!”.

Segundo Fairclough (trad. 2001, p. 199) o tempo verbal presente do indicativo pode realizar uma ‘modalidade categórica’. Isso acontece, por exemplo, em “Temos pizza” em que a mensagem torna-se atemporal e, atravessando toda a seqüência textual, mescla-se à temática das eleições e aos discursos da corrupção, da desmobilização social, e da impunidade, principalmente esse último. Nesse cenário, “Temos pizza” é uma vergonhosa assertiva que atinge o processo de identificação dos políticos corruptos.

4.4.2 Avaliação

Seguindo a proposta analítica de Fairclough (2003), a ‘avaliação’ será considerada nesta Seção com base nos termos que expressem (direta ou indiretamente) valores e avaliações de um modo geral, seja por meio de declarações com juízos de valor explícitos ou subentendidos.

Realizando uma avaliação em termos do que é desejado ou indesejado, os personagens que representam a ‘classe alta’ e a ‘classe baixa’, na CE “Classes sociais e o voto”,

¹⁴⁴ Relativo ao outro, ou o que é do outro.

demonstram sua expectativa em relação a um futuro governo de Alckmin ('classe alta') ou de Lula ('classe baixa' e 'classe alta'). A apreciação refere-se aos candidatos em relação a cada classe; assim, o personagem da 'classe baixa' avalia que Lula será 'bom' para eles e intensifica essa percepção: "muito bom mesmo pra nós!". A mesma avaliação é realizada pela 'classe alta' em relação a qualquer um dos dois candidatos que fossem vitoriosos. As possíveis razões para essas asserções dos personagens foram discutidas na subsecção 4.2.2.

A 'classe média' registra algo indesejável em dois momentos. Primeiro, quando afirma que a impunidade *é uma vergonha* para o país ("uma pizza vergonhosa que se repete..."). Depois, quando demonstra que 'anular o voto' seria deixar de fazer o que é moralmente correto para com a nação: 'seria omissão'.

Em "Deputado no YouTube (2)", mesmo na frase demagógica: "bandido... .. não vai ter vez no congresso comigo por perto", faz-se presente o desejo de acabar com a corrupção nessa esfera do poder legislativo. Isso deveria ser feito, ou seja, transmite um valor positivo, desejável. Entende-se, por meio da fala do 'candidato', que há bandidos no congresso e adiciona-se a isso a primeira asserção do texto, na qual 'Branco Nulo' autodenomina-se 'bandido' e pede o voto das eleitoras e dos eleitores para assim fazer parte daquele grupo no congresso.

Da mesma forma, 'Branco Nulo' expressa o valor almejado para quem se candidata ao poder executivo: ter a reputação ilibada. Porém, é categórico ao afirmar que "nenhum deles presta" nesse sentido, utilizando para isso o recurso de dizer o contrário daquilo que se quer dar a entender, por meio das pausas na execução da CE.

Conforme foi observado nas análises sobre a 'representação dos atores sociais', as três candidaturas com maiores índices de intenção de voto sofrem avaliações negativas, que são posteriormente tornadas positivas (de maneira explícita, porém continuam negativas por conta da ironia):

- ▶ Lula: de "vagabundo, cego, ignorante" para "uma das maiores lideranças populares que esse país já viu";
- ▶ Alckmin: de "chuchu, banana" para "um homem competente";
- ▶ Heloísa Helena: de "cabeça no século XIX" para "um exemplo de perseverança".

O personagem 'Ai-de-mim' convida a personagem que representa Heloísa Helena para um almoço, na CE "Não dá liga". O intuito é propor 'alianças políticas' por razões eleitorais. 'Ai-de-mim' comenta que "tem muita coisa errada", que as duas "campanhas estão equivocadas". A avaliação é que a perspectiva eleitoral dos dois é ruim, naquele momento,

por isso precisam alcançar o desejável – que, na prática, é conseguir melhores índices nas pesquisas. Uma forma politicamente viável seria a união, mas o texto destaca que a combinação dos dois ‘não dá liga’.

O restante do texto é carregado de juízos de valor que recaem sobre o candidato e a candidata em suas respectivas representações. Dessa forma, essas avaliações produzem a identificação dos personagens. Percebemos então o jogo da CE em exagerar, construir situações, mas sempre guardando relação com o mundo real, por meio do qual o risível contextual (sócio-histórico) se estabelece. Assim, também se moldam as identidades via recepção e interpretação; as representações podem ser questionadas, mas servirão, de qualquer forma, para reforçar ou negar características que são avaliadas como distintivas e identitárias. Discuti mais extensamente essa questão em análises dos termos que representam esses atores sociais na subseção 4.3.3.

As críticas recebidas por causa dos escândalos e da proximidade física da origem de muitos deles em relação ao gabinete do presidente aparecem retextualizadas em “No horário eleitoral...”. O personagem Lula desloca o foco da origem dos problemas. Em vez de tratar da agência humana em primeiro plano, ele demarca os equívocos em relação ao espaço físico de trabalho: ‘maldito palácio’. O uso de ‘maldito’ como uma anteposição ao nome (palácio) demonstra uma revolta, um sentimento de repulsa que afetivamente é negativo. Pode também ser interpretado como uma avaliação de que o Palácio do Planalto é amaldiçoado ou que merece maldição pelo mal que representaria ou teria causado. A utilização da expressão ‘maldito palácio’ reforça as críticas ao candidato no sentido de não ter mais o que fazer, a quem culpar, como argumentar: “eu não tenho mais argumentos...”.

Nessa mesma linha de interpretação, o ‘candidato Lula’ registra o valor negativo atribuído às acusações e polêmicas que estavam ocorrendo na disputa eleitoral ao dizer: ‘chega de baixaria’. Membros do PT utilizavam o termo ‘denuncismo’ e falavam de ‘tentativas de desestabilização ou desmoralização do governo Lula’, o que seria uma ação que não colocaria o Brasil em ‘primeiro lugar’, ou seja, o país perderia com isso. A palavra ‘baixaria’ apresenta uma intensificação na atitude avaliativa ao possibilitar uma leitura de que as ações realizadas pela ‘oposição’ eram grosseiras e até mesmo agressivas. Ao mesmo tempo, essa fala do ‘presidente’ o atinge pelo modo como trata os problemas e se agrava na proposta do esquecimento do dossiê (‘vocês esquecem’, ‘e a gente esquece’).

Em “*Bois don’t cry*”, os ‘eleitores indecisos’ expressam sua insatisfação, avaliando negativamente as opções que lhes são apresentadas. Seguindo a tendência das pesquisas de

intenção de voto, eles se vêem diante de duas possibilidades apenas: Lula ou Alckmin. Dessa maneira, as demais candidaturas são excluídas.

A apreciação feita do candidato Lula é alternativa: ou isso ou aquilo. Porém, não é possível optar-se entre bom ou ruim, honesto ou desonesto. Os juízos de valor atribuídos a sua atuação como presidente propiciam duas escolhas: uma ruim, a outra pior; exemplo: ‘grande vacilão’ ou ‘ladrão’. A sátira na CE fortalece a última perspectiva. Geraldo Alckmin é avaliado, via partido (‘tucanos’), de forma unicamente negativa.

Diante da decisão por uma ou outra candidatura, os ‘brasileiros indecisos’ dizem que aquela situação não é de maneira alguma desejável: “Mas veja só que triste fim: se não for Lula é Alckmin”. O fim é considerado ruim, independente da escolha que se faça.

A interpretação de Raquel (entrevista 1, Anexo F) é que Lula seria culpado, apesar da incerteza na CE: “... eu acho que ele foi/que ele é o ladrão, que ele não foi traído não. [...] fica a dúvida, né? Na charge... mas a minha opinião é essa.”

Apresentei uma análise parcial dessa CE em um Seminário de Pesquisa para um grupo de estudantes e docentes de mestrado e doutorado da Universidade de Brasília – UnB. O contexto era outro, porém muito semelhante ao original e ao do período das entrevistas que fiz. Foi no dia 27 de outubro, dois dias antes da votação de segundo turno. Nesse período, só havia realmente essas duas candidaturas disputando o cargo de Presidente da República.

A minha interpretação da CE é a de que não há favorecimento marcado textualmente para nenhum dos dois candidatos. Para Alckmin, a avaliação é ruim. Para Lula, alterna negativamente. Kátia (entrevista 3, Anexo H) compreende da mesma maneira: “Ou se é mentira, ou se é verdade, as duas coisas são ruins”. A questão é que, ao ver a CE, algumas pessoas interpretaram como sendo favorável a um ou a outro candidato. Ou ainda a nenhum (assim como eu, Kátia e Maurício Ricardo – veja Anexos H e M). A defesa mais enfática foi a de que beneficiava a Lula, com base nesse último excerto analisado.

Diante do texto, das análises, das discussões e do período eleitoral, uma das pessoas que participaram do seminário alertou para o fato de que a escolha de cada um para seu candidato específico (para votar no domingo seguinte) poderia enviesar a leitura do texto e sua interpretação. Talvez isso tenha acontecido com Jorge (entrevista 5, Anexo J), que declarou seu voto em Lula e considerou que, segundo a CE, a opção por esse candidato era por conta de as pessoas não desejarem a volta do PSDB (que era o caso dele também). Quando perguntei a Maurício Ricardo sobre a possível reação dos eleitores em relação à CE, ele disse: “Acabo recebendo muitas manifestações dos dois lados, criticando minha postura e louvando as qualidades de seu candidato”. Mesmo sem declarar o voto, Geraldo (entrevista 4,

Anexo I) compreende o texto da seguinte forma: “se é Lula, vai ser ruim; se é Alckmin, é pior ainda”.

Procurei alguma marca lingüística que favorecesse essa consideração sobre o enviesamento (por questões interpretativas ou tendências pessoais do leitor) e creio que as possibilidades de diferentes recepções podem estar marcadas numa suposta ambigüidade que tem seu ápice em: “Mas veja só que triste fim: se não for Lula é Alckmin”. As interpretações seriam: que triste fim, se não for um é o outro e ambos têm sérios problemas (não haveria favorecimento); ou: Lula é ruim, mas nosso triste fim é que: se não for ele é o Alckmin. Alckmin parece ser pior, dessa forma, e o que era alternativa irônica para Lula, para os “tucanos” é assertiva: “engavetaram processos e abafaram CPI”, ou seja, tem um tom mais forte e direto. O texto então favoreceria o candidato do PT.

Neste Capítulo, apresentei as CEs do *corpus* da pesquisa, as quais foram analisadas com base nos significados acional, representacional e identificacional (Fairclough, 2003). Cada um dos significados foi sinteticamente discutido (considerando a teorização no Capítulo 1) e interpretado por meio da utilização das respectivas categorias analíticas. Nesse trajeto, as questões de pesquisa começaram a ser respondidas.

Considerações finais

Mudanças têm acontecido a todo instante e de forma intensa. No entanto, mudanças que indiquem melhores caminhos ou soluções para problemas sociais, por exemplo, são mínimas diante das necessidades, ou melhor – ínfimas. Independente de qual seja a mudança sobre a qual estejamos tratando, ela sempre terá um aspecto discursivo e com toda certeza será materializada em textos.

Ao atender ao objetivo de analisar charges eletrônicas do primeiro turno das eleições presidenciais de 2006, esta pesquisa parte dos estudos da linguagem e de relações transdisciplinares para colaborar com a discussão sobre mudanças na política, na mídia (com foco nas charges eletrônicas) e nas próprias formas de utilização da linguagem e nos seus efeitos.

No Capítulo 1, fiz uma apresentação da teoria de base lingüística que subsidiou prioritariamente os estudos da dissertação: a Análise do Discurso Crítica. Diversas pesquisadoras, pesquisadores e grupos de pesquisas em vários países têm desenvolvido estudos com base nessa teoria, a qual tem se mostrado profícua na investigação de poder e ideologia principalmente por ter como eixo a relação dialética entre discurso e práticas sociais.

Essa transdisciplinaridade com as ciências sociais, especialmente as que se encontram dentro de uma perspectiva crítica, tem produzido bons resultados. O Capítulo 2 trouxe uma fundamentação para as reflexões discursivas e sociais. A discussão sobre o papel, a atuação e alguns problemas de mídia e política fornece aportes para uma compreensão da atualidade, por isso foi significativa para a dissertação.

Qualquer pesquisa precisa de uma boa fundamentação teórica e de uma metodologia que lhe proporcione uma direção segura para o alcance dos objetivos propostos. O caminho trilhado, o porquê das escolhas, a base referencial dos passos desta pesquisa foram registrados no Capítulo 3, no qual apresento a ADC em sua atuação como teoria e método. Tratando mais especificamente da metodologia empregada, as orientações da pesquisa qualitativa foram fundamentais e a prática da triangulação colaborou para a sustentação das análises. As entrevistas com participantes da pesquisa e com o autor dos textos fortaleceram as análises além de complementar as discussões sociais (e algumas vezes lingüísticas) por meio de suas compreensões particulares na dissertação.

No Capítulo 4, apresentei mais detalhadamente o *corpus* e desenvolvi as análises com base nos significados acional, representacional e identificacional e as respectivas categorias analíticas empregadas (registradas no Capítulo 3 e discutidas no Capítulo 1). As questões de pesquisa começaram a ser respondidas na sistematização das análises. Reservei algumas considerações finais de cada significado para serem apresentadas agora e, em seguida, trago reflexões mais abrangentes sobre o resultado da pesquisa.

As questões serão retomadas juntamente com algumas respostas encontradas.

1) *Como o gênero discursivo se apresenta e age por meio das charges eletrônicas selecionadas?*

Os textos analisados representam muito bem a hibridização que tem ocorrido nos gêneros por conta das mudanças tecnológicas. Dentro de práticas sociais nas quais o uso do computador e da *Internet* tem se intensificado, seja na esfera do trabalho, das relações interpessoais, do entretenimento ou da busca de conhecimento pessoal, o acesso a textos eletrônicos tem crescido muito. Exemplos seriam os *sites* dos jornais impressos que mantêm atualização constante de informações e notícias que nem sempre são publicadas em papel.

Como foi possível perceber, as CEs analisadas recontextualizam¹⁴⁵ notícias, fatos, comentários por meio da transformação ou criação de outras notícias, fatos, comentários. Esses novos textos transitam na esfera pública (limitada por conta do acesso) e também têm seus efeitos; principalmente, atuam no contexto político.

A maioria das marcas intertextuais analisadas traz à memória acontecimentos políticos do Brasil, principalmente relativos à corrupção. O enunciado do senso comum: ‘todo político é corrupto’, aparece de maneira explícita e implícita (principalmente por meio das ironias) em todos os cinco textos¹⁴⁶.

Explorando a multimodalidade¹⁴⁷, em uma cadeia de gêneros¹⁴⁸, a CE intensifica a relação entre fato e ficção no ambiente midiático. O produtor dos textos (ator social) projeta-se por meio do *site charges.com.br* (organização) que tem uma ação sobre indivíduos/leitores e leitoras (outros atores sociais) de provocar reflexões e ações. Independentemente de concordar com os textos, a relação com eles é estabelecida, que pode ser de rechaçar, aceitar, questionar, refletir ou simplesmente rir (na verdade, o ‘simplesmente rir’ não existe, sempre haverá alguma reação correlacionada ao riso, mesmo que seja uma reação de conformismo).

¹⁴⁵ Veja ‘recontextualização’ no Capítulo 1, Seção 1.3.2.1.

¹⁴⁶ As discussões do Capítulo 2 colaboram para a reflexão sobre esse problema.

¹⁴⁷ Ver Seção 1.1 e 1.3.1.1, no Capítulo 1; e Seção 4.2.1, no Capítulo 4.

¹⁴⁸ Ver Seção 1.3.1.1 e 1.3.1.2, no Capítulo 1; e Seção 4.2.1, no Capítulo 4.

2) Como os discursos estão representados nos textos?

As palavras que tiveram seus significados sob reflexão remetem principalmente a interpretações ligadas à corrupção. Alguns casos, de maneira indireta, mas para a maioria a ligação é explícita. Outros termos estavam ligados a protesto, como foram interpretados os usos de tabuísmos.

Com base nos discursos que foram depreendidos dos textos no processo de análise, foi possível detectar as incidências até mesmo temáticas relacionadas ao período eleitoral em discussão e as críticas ao sistema político. Alguns discursos que guardam relações entre si e que foram observados em três CEs são: o discurso da cidadania; o discurso do voto inválido e o discurso da desmobilização.

Questões sérias estão relacionadas a esses discursos. A preocupação com o país e a vontade de colaborar por meio do voto, por exemplo, esbarram em razões diversas que acabam provocando o desejo do não comprometimento, ou melhor, do não envolvimento na ação de ‘confiar o voto’ em alguém que não mereceria essa confiança (seja por erros do passado ou pela suposta tendência às práticas ilegais na esfera política). Se um voto é considerado como uma ação ineficaz, outras formas de ação social ficam mais desprestigiadas ainda.

Uma das razões para isso apareceu em discursos presentes em textos do *corpus*: a impunidade. Depois de tantas discussões na sociedade, às vezes determinadas investigações são feitas, suspeitas são confirmadas ou se tornam mais fortes; porém, ao final, pouco ou nada se faz. A punição tem sido muito ausente ou atinge apenas alguns, como forma de minimizar problemas ou evitar que mais pessoas sejam atingidas.

Há um outro problema que é a demagogia na política. Presente em CEs analisadas, o discurso demagógico procura (e na maioria das vezes consegue) maquilar uma ‘realidade’ do passado e do presente e também criar outra realidade. As ‘promessas de campanha’ passam muito nessa perspectiva. O que deixa eleitoras e eleitores confusos muitas vezes, demandando um empenho enorme para se conhecerem candidatas/os, são as promessas. Por exemplo, generalizou-se dizer o que os eleitores e as eleitoras esperam e, assim, todos e todas prometem que vão cuidar da saúde ou da educação. Falando sobre os políticos no Brasil, Kátia diz: “eu acho que o pior é a demagogia”. E depois reflete sobre seu pensamento e chega à conclusão de que “não tem como medir coisas ruins” (entrevista 3, Anexo H).

Essa percepção da demagogia, a descrença, a impunidade, parecem circundar um eixo que tem como base a corrupção. Todas as CEs analisadas trazem esse discurso como marcante. Pode-se fazer então uma associação interpretativa direta entre política e corrupção.

Na verdade, no senso comum e na mídia, de um modo geral, é essa idéia que é reforçada constantemente. O *charges.com.br* colabora com isso também.

A ampla maioria dos atores sociais que são representados nos textos em análise está relacionada a atos ilícitos. Por isso essa maioria é apresentada negativamente, seja pela própria nomeação, ou por classificações ou no que poderia ser considerado o nível negativo máximo: a exclusão, o ‘apagamento’.

Em relação ao discurso da corrupção, a nominalização é uma marca lingüística que precisa ser discutida. O mensalão, por exemplo, poderia ser apresentado como: o suposto ato de pessoas ligadas ao governo pagarem propina periodicamente a deputados/as para aprovarem projetos e apoiarem o presidente Lula (o governo, o poder executivo) no Congresso¹⁴⁹. Isso seria bem diferente de ‘o mensalão’. Por outro lado, o impacto social da discussão sobre mensalão apresentada nos veículos de comunicação de massa serviu para dar maior visibilidade ao suposto fato: independentemente de não ter sido constatada a existência do mensalão, uma série de crimes contra o país foi comprovada. A exclusão da agência nessa nominalização é, de certa forma, sanada na seqüência textual, quando petistas, tucanos, situação e oposição¹⁵⁰ são citados. Note-se, entretanto, que o número de nominalizações é diminuto no *corpus* em análise e mesmo quando elas estão presentes há indicação dos agentes que produziram as ações ou do agente que supostamente relacionou-se direta ou indiretamente com elas. Os temas políticos tratados no gênero CE objetivam fazer críticas ao sistema e mais diretamente aos agentes desse sistema, os políticos, por isso o recurso da nominalização não é tão explorado (ver Capítulo 4, Seção 4.3.2).

Um outro tema social abre-se para a discussão com base nas análises: o sistema econômico. Percebe-se que há uma aceitação inequívoca do sistema capitalista – parece que não há como se pensar em outro sistema. Isso explica a frase: “ideologicamente ultrapassada”. Associa-se a isso a questão de que, apesar de a candidata do P-SOL referir-se a seus sonhos socialistas, ela insistia em esclarecer que estava se candidatando para um sistema de governo pré-estabelecido e que iria exercer o mandato dentro dele, respeitando-o. A diferença seria a proposição de um governo com mais iniciativas de esquerda. A esquerda que, como disse Giddens (1996), estaria tendo nos últimos tempos a função de manter os benefícios adquiridos (exemplo da disputa na Reforma da Previdência no Brasil); seria uma esquerda que lutaria por

¹⁴⁹ As CEs tratam o mensalão como um fato.

¹⁵⁰ É preciso considerar também que ‘situação’ e ‘oposição’ são nominalizações que ‘encobrem’ os nomes dos partidos e dos deputados e deputadas. Da mesma forma, os termos ‘petistas’ e ‘tucanos’ deixam de nomear os atores sociais. Podemos pensar, além disso, que os próprios textos do gênero CE utilizam generalizações por conta de sua extensão (imagine se citassem todos os envolvidos) e que havia muitos suspeitos, mas as investigações não estavam totalmente concluídas para poder citar nomes.

mais direitos e participação do Estado (segundo as propostas de campanha). Essa esquerda proposta é revestida de uma conotação negativa. Não é simplesmente esquerda, é esquerda “radical e ideologicamente ultrapassada”. Afasta-se, dessa maneira, a simpatia de muitos eleitores e eleitoras, demonstrando atraso. Assim, ideologicamente, ‘cria-se um inimigo’ para ser ‘expurgado’.

Diante disso, é necessário perceber o que está ‘apagado’ nesse discurso de ‘expurgo do outro’ (Thompson, 1995), pois o texto está diferenciando a candidata de todos os outros (Lula, Alckmin e ‘nanicos’). O rechaçamento de uma outra possibilidade de sistema econômico acaba por fortalecer o que está posto e naturalizá-lo. Ao datar o socialismo no século XIX, desvaloriza-se qualquer pensamento a ele relacionado, desconsiderando-se uma das suas principais concepções que é a de igualdade. Porém, isso é algo que deveria ser muito valorizado no Brasil, campeão em má distribuição de renda e com sérios problemas de desigualdade social. Pôr interditos nas discussões das mudanças necessárias não colabora nem para a criação de novas possibilidades, nem para uma melhoria mínima em relação aos problemas vigentes.

Nas análises, foi notória a influência das pesquisas de intenção de voto, figurando quase como que norteadoras do processo eleitoral, o que é problemático. Nas divisões em classes; no interesse nos três melhores classificados nas pesquisas; no enfraquecimento das candidaturas em segunda e terceira posição; no fortalecimento de uma possível vitória em primeiro turno de Lula; na ‘eliminação’ de outros/as candidatos/as, o que favorecia a Alckmin e a Lula: em todas as CEs, o pragmatismo eleitoral midiático ganhou força. Isso cria uma dificuldade porque produz uma naturalização de se seguir o ‘discurso das pesquisas’ de intenção de voto, engessando assim o processo eleitoral.

Luciana, por exemplo, diz: “ainda acho melhor é o Cristóvam, que não tem chance nenhuma, né?” (entrevista 2, Anexo G). Raquel posiciona-se da seguinte forma (entrevista 1, Anexo F):

...eu votaria no Cristóvam, mas eu sei que o meu voto/o meu voto vai ser, como se fosse assim, uma ajuda pro Lula vencer. Então, como os dois primeiros tão mais lá na frente, eu fico pensando: e aí, qual é o menos pior? O Lula ou o Alckmin? Sabe? Aí, eu vou ter que votar em um desses dois.

3) Como acontece o processo de identificação nos textos?

Os processos de identificação nas CEs são contestatórios. O ato de pôr em dúvida ou apresentar contradições tanto pode acompanhar críticas conhecidas pela sociedade e

veiculadas nos meios de comunicação, como pode ser executado com base em cada CE e no contexto discursivo que se constrói.

A ligação com as identificações sociais já estabelecidas é necessária para a compreensão desses textos com base nos outros textos que circulam socialmente, na leitura intertextual (ver Seção 1.3.1.2, no Capítulo 1). Um exemplo simples é a associação entre Alckmin e ‘chuchu’. Por outro lado, a quebra de expectativas é um dos recursos para se provocar riso, como acontece no momento em que ‘Lula’ diz ser ‘vítima’ do ‘PT’. É nesses espaços que novas identificações são realizadas – é óbvio que a compreensão e o possível riso acontecem por conta do vínculo entre aquilo que é dito e o prévio conhecimento dos contextos sociais que subsidiam a interpretação.

As modalizações que serviriam para evitar um maior comprometimento com o que é dito são poucas nos textos selecionados. Isso acontece porque os atores representados não têm porque se preocupar com o que ‘falam’ na CE; nem o produtor da mesma, que exerce a função de pô-los constantemente em ‘xeque’. Por causa do gênero CE, o produtor raramente precisou ter esse cuidado. Nesse sentido, a maioria das falas é categórica ou modaliza estrategicamente sem o propósito de se esquivar (ver Capítulo 4, Seção 4.4.1).

Os valores tratados dentro dos temas eleições e política nas CEs demonstram a necessidade e o desejo de mudanças; porém, dão maior destaque à exposição de juízos de valor negativos dos atores sociais envolvidos nos textos, ampliando essa significação para o sistema político mais amplo. Reforça-se a idéia de que a esfera política é rodeada por valores indesejáveis.

Uma discussão pertinente sobre o processo de identificação relacionado ao tema desta dissertação está relacionada à figura do presidente. Se considerarmos que determinados personagens¹⁵¹ são criados dentro de uma cultura e dão sentido a ela (e dela recebem sentido), podemos refletir sobre o ‘personagem’ candidato¹⁵² a presidente. A identificação que se constituiu processualmente para ‘ele’ responde, por exemplo, à necessidade de atender determinações de marketing político, preocupações estéticas, estar circunscrito em determinados discursos e em determinadas formas de manifestar esses discursos.

Também entra em jogo a posição que se ocupa no jogo político. Na prática, quem se candidata ao cargo de presidente/a precisa ser considerado como alguém capaz de concorrer e, de preferência, com chances de ganhar. Aquelas e aqueles que não atendem a esses supostos

¹⁵¹ O sentido empregado para ‘personagem’ aqui é genérico, diferentemente de quando falo dos ‘personagens’ das CEs, que são específicos dentro de cada texto.

¹⁵² Usei o masculino genérico porque ele faz parte da constituição desse ‘personagem’ (que evidentemente precisa ser questionada).

pré-requisitos já entram desfavorecidos no embate e são, por exemplo, classificadas/os pejorativamente como oportunistas ou ‘excluídos/as’ das discussões.

O espaço para as mulheres é relativamente conflitante até em sua classificação recorrente: ‘candidata a presidente’(nome comum de dois gêneros) e não ‘candidata a presidenta’ (nome feminino). Querer ser o homem ou a mulher que almeja assumir o papel desse ‘personagem’ significa tomar decisões que podem adequar-se ao naturalizado ou enfrentar as naturalizações – cada posição terá suas conseqüências. Cabe destacar que o uso do masculino genérico, socialmente estabelecido e hegemônico, está presente em todas as CEs.

Um dos temas que Fairclough (2003) discute é a estetização de atores sociais. No texto “Não dá liga”, a imagem, o estilo, a identidade da candidata e do candidato recebem questionamentos e uma alta valorização por conta da referência a pessoas que aparecem na mídia e que estão disputando o voto dos eleitores.

Em primeiro lugar, gostaria de destacar o papel dos ‘marketeiros’ na indústria da estetização na política. São eles que orientam a apresentação de candidatos e candidatas. Na campanha presidencial anterior (em 2002), Duda Mendonça, marketeiro de Lula, era mais conhecido do que os responsáveis pelo plano de governo. Os políticos tornam-se produtos que devem atender a demandas do mercado eleitoral; nessa perspectiva, as necessidades relacionadas ao conteúdo ou funções do produto podem ser existenciais ou simplesmente simbólicas. De qualquer maneira, a embalagem é fundamental para a relação aceitação/desejo/aquisição.

Na CE “Não dá liga”, a personagem Heloísa Helena recebe críticas por não se adequar a um suposto padrão de estética. Usa blusa e é a mesma ‘todo dia’; não dá um ‘trato no cabelo’ e não passa um ‘batonzinho’. O personagem que representa Alckmin é criticado pelo penteado que usa. Há, nesse ponto, uma inter-relação entre ‘padronização’ e ‘expurgo do outro’ (ver Seção 1.2, no Capítulo 1). As críticas que recaem sobre a candidata são muito mais fortes e indicam o não-atendimento de uma suposta orientação estética vigente, principalmente oriunda de marketeiros. O não-atendimento dessas exigências é questionado com a indicação de que ela estaria fora da realidade, em um universo de fantasia como o de ‘personagens de gibi’.

Prosseguindo em uma consideração semântico-pragmática macro textual, as classificações de ‘cabeça dura’, ‘radical’ e ‘comunista’ fortalecem a constituição de uma identidade de ‘personagem de gibi’, pois no sistema político e econômico atual um imperativo é a flexibilidade. As discussões sobre comunismo são eliminadas, associadas a idealismo em

relação a algo que não deu certo e que não é mais cabível ou possível, mais que isso – é completamente negativo.

Ainda na mesma CE, a questão da ‘padronização’ provoca outra discussão (ver Capítulo 1, Seção 1.2): padrões estéticos *versus* padrões morais (mais especificamente a honestidade). Heloísa Helena estaria fora dos padrões estéticos (por isso fora da realidade e da possibilidade de competir em um espaço já demarcado) e Alckmin, fora dos padrões morais, pois sua esposa teria recebido ‘gratuitamente’ os 400 vestidos.

Na análise dos três significados nas CEs, a corrupção figura como uma marca indelével. O que também retrata uma percepção de política no Brasil¹⁵³ e isso tem suas razões. Além das práticas ilícitas, a freqüente exposição, na mídia, de políticos envolvidos em escândalos termina enfraquecendo o impacto e seus possíveis efeitos de mudança social porque ‘desgasta/desfoca o olhar’ de tanto ver¹⁵⁴. Dessa forma, ideologicamente, os textos analisados podem estar servindo para a sustentação de corruptos/as no poder.

Mesmo tratando do grande problema da corrupção (por meio de formas simbólicas que seriam contestatórias – na sátira, no humor, na crítica), os textos podem colaborar com os que estariam mais envolvidos com corrupção, pela utilização do argumento da ‘falta de opção’. ‘Não tem jeito...’, ‘não há alternativa’; isso pode fortalecer uma naturalização e acomodação, conforme Thompson (1995), servindo assim para estabelecer e sustentar relações de dominação (os corruptos no poder). O próprio uso da construção ‘atemporal’ “Temos pizza” influencia na crença da corrupção generalizada e que ‘sempre temos’.

Por outro lado, pudemos ver, por exemplo, que na CE “No horário eleitoral...” (ver Capítulo 4) foi desenvolvida uma atuação contra-ideológica no momento em que se satirizou a eufemização na qual ‘conchavos políticos para favorecimento de uma situação de impunidade’ são representados como ‘pacto pela governabilidade’, desnudando, via ironia, a dissimulação ideológica empregada em muitas práticas políticas.

Quando perguntei ao autor das CEs (em entrevista; Anexo M) se elas poderiam trazer contribuições para quem as lesse, ele respondeu: “Se o humor puder levar à reflexão, ao questionamento das ‘certezas’, ótimo. Neste sentido, acho que ela pode, sim, provocar reações. Mas também espero que elas simplesmente divirtam.”

Avançando em uma discussão de recepção, sabe-se que o humor, a piada, o riso, não implicam a concordância das pessoas, mas podem enfraquecer a possibilidade de indignação e

¹⁵³ É preciso lembrar que os problemas políticos e de políticos não são exclusivos do Brasil.

¹⁵⁴ O papel de denunciar da mídia é fundamental, mas se envolver em uma ‘política de escândalo’ traz conseqüências que têm poucos resultados positivos socialmente (ver Capítulo 2).

a resistência/luta. Porém, o inverso também é possível. Nesse aspecto, cabe ressaltar aqui o processo de interpretação de cada receptor/a.

Quanto ao riso na atualidade e o enfraquecimento, por exemplo, do suposto potencial crítico das CEs, esta pesquisa traz uma contribuição por meio das análises e das falas das/os participantes entrevistadas/os. Sobre a CE que viu, Kátia comentou sobre a possibilidade de provocar reflexão que ela percebeu e que gostaria que aquela CE fosse vista por mais pessoas (entrevista 3, Anexo H).

Sabemos que os leitores e as leitoras são diferentes e o que se diz sobre o humor (ver Capítulo 2, Seção 2.1.1) tem muito sentido, mas não se deve amalgamar toda espécie de recepção. O próprio Minois (2003) nota que para alguns na contemporaneidade o riso não se resume ao riso. Ter conhecimento do alcance dessa massificação ou crítica relativa ao humor seria muito válido. Nesse sentido, pesquisas posteriores podem ampliar e aprofundar os estudos de entrevistas em uma perspectiva etnográfica.

A recepção de um texto, ou a possibilidade interpretativa do mesmo não é estanque ou um bloco monolítico. Não há um único sentido, mas existe um limite de possibilidades que resultam de combinações de propriedades do texto e de quem o interpreta: conhecimentos, posição social, valores (Chouliaraki e Fairclough, 1999). Dois exemplos práticos encontram-se nas entrevistas 1 e 6 (Anexos F e L): Raquel comenta que a CE que ela viu sugere um olhar para outras candidaturas, além das duas com maior intenção de voto e Damião avalia, sobre a mesma CE, que os personagens iriam votar nulo (o que acabaria incentivando o voto nulo dos receptores).

“A idéia de que os receptores de mensagens são espectadores passivos, esponjas inertes que simplesmente absorvem o material jogado sobre eles, é um mito enganador”, observa Thompson (1995, p. 409). A surpresa do suposto ‘quarto poder’ (imprensa) em 2005 e 2006 foi perceber que, por mais que houvesse uma ampla divulgação dos ‘escândalos’, os índices positivos de Lula (presidente e candidato) em pesquisas não sofreram um abalo tão forte quanto o esperado. Trago essa constatação para exemplificar que há uma série de fatores envolvidos na recepção e, portanto, nas ações, intenções e avaliações das pessoas.

Ampliando um pouco essa discussão sobre mídia, note que a repetição exacerbada do tema da corrupção no meio político torna ‘invisível’, por exemplo, a necessária discussão sobre o tema das desigualdades sociais e luta em favor dos mais necessitados. Pensando em termos de ‘classe’, pode-se dizer que esse último tema não é prioritário para a ‘classe alta’ (detentora dos principais veículos de comunicação) ou à ‘classe média’ (formada, por exemplo, por jornalistas e muitos outros atores sociais que trabalham nos principais veículos

de comunicação). Dessa forma, a ‘classe baixa’ (‘baixíssima’, em grande parte), desprivilegiada em relação às estruturas de poder, tende a permanecer nas mesmas condições.

A ADC considera como questão central a crítica do que é (do que está estabelecido, convencionalizado, naturalizado ou em processo) e o discernimento do que poderia ser (Chouliaraki e Fairclough, 1999; Jim Thomas, 1993). Nesse sentido, certamente devemos entender que a corrupção não é inata na política e que reforçar esse estigma colabora para a manutenção e a naturalização de práticas ilegais que prejudicam enormemente as minorias¹⁵⁵, aqueles que mais precisam de ações político-governamentais justas e honestas.

A busca da imparcialidade (mesmo considerando-a como um alvo inatingível) é imprescindível em qualquer veículo de comunicação. Em relação às CEs, é preciso refletir que, pôr a piada acima do engajamento também é uma decisão política, e não é neutra. Isso favorece a alguém ou a determinados grupos (como sempre vai ser – com engajamento ou sem ele – até determinados usos da linguagem podem nos trair¹⁵⁶).

Em relação ao que ‘poderia ser’, creio que a utilização de elementos semióticos (lingüísticos, visuais, sonoros) deflagradores de sentido que tivessem como propósito a desnaturalização da corrupção em nosso país seria uma enorme contribuição das CEs. Não seria necessário transformar-se em um site ‘educativo’, mas colaborar de forma mais consciente para transformações em nosso país. Dar ênfase principalmente em retratar o que acontece, de forma cômica, pode ser uma limitação nesse sentido.

Apesar das restrições apontadas, a interpretação desses textos humorísticos, como vimos, pode colaborar para provocar leitoras e leitores e, por meio da reflexão, promover mudanças que se iniciem em indivíduos e atinjam uma coletividade. O presente trabalho é resultado de inquietações relacionadas à política e de reflexões iniciadas com as ‘contravenções’ desses textos humorísticos. De certa forma, acabo de envolver você, leitor ou leitora, também nesse processo – uma certa coletividade.

Manuel Castells (2003, p. 442), ao discutir sobre ‘a sociedade em rede’, comenta: “A comunicação mediada pela Internet é um fenômeno social recente demais para que a pesquisa acadêmica tenha tido a oportunidade de chegar a conclusões sólidas sobre seu significado social”. Marcuschi (2005b), por exemplo, fala da necessidade de um estudo etnográfico em relação aos novos gêneros da mídia digital e as formas de interação respectivas.

Procurei dar uma pequena contribuição em relação a essa grande demanda

¹⁵⁵ Significando pessoas enfraquecidas em termos de poder.

¹⁵⁶ Uma pessoa pode ser contra o uso do masculino genérico, por exemplo, em ‘professores’ (significando professores e professoras), porém, essa mesma pessoa pode utilizar a palavra ‘homem’ com o significado de ‘homem e mulher’, no lugar do termo ‘ser humano’, por causa da naturalização do uso na sociedade.

apresentada, avançando para uma análise que considerou a recepção, além de discutir a produção e interpretação. Com a constatação da necessidade de estudos de textos multimodais (bem como eletrônicos/digitais), esta pesquisa representa o avanço teórico (por exemplo, na perspectiva transdisciplinar e nos estudos de diferentes semioses) e metodológico (nas formas de proceder em relação aos entrevistados, na combinação de métodos) das pesquisas sobre linguagem.

Há muito trabalho ainda a ser desenvolvido. Pesquisas sobre discurso, gêneros discursivos, Internet, mídia e política¹⁵⁷, necessitam de aprofundamento, particularmente, a relação de charges eletrônicas e política em diferentes perspectivas.

Diante do trabalho realizado até agora, destaco a relevância das análises de texto, discurso e ideologia, mas demarco a sua incompletude. Fairclough (2003) pondera que as análises não podem dizer tudo que existe em um texto, por mais que o conhecimento científico social colabore para análises. Van Dijk (2001, p. 99) observa: “Em nenhum senso prático existe tal coisa como uma análise de discurso ‘completa’” e Thompson (1995, p. 94) comenta: “Ao analisar a ideologia, ao procurar compreender a interação complexa entre sentido e poder, não estamos lidando com uma matéria que admita uma demonstração incontestável (seja ela qual for)”. Considerando as demandas e essas constatações teóricas, fica evidente o amplo campo de desenvolvimento que pesquisas como esta têm à frente.

Uma das principais características dos trabalhos em ADC é um propósito político de buscar desnaturalizar o que está socialmente estabelecido, com o objetivo de colaborar com mudanças nas práticas sociais, as quais perpassam por mudanças nas ações (gênero), representações (discursos) e identificações (estilos). Nesse sentido, a leitura crítica¹⁵⁸ torna-se uma condição *sine qua non*; a reflexão social, um imperativo; e a análise das ações materializadas nos textos, um caminho.

Como vimos em relação às CEs, o jogo da linguagem com humor pode provocar uma reação reflexiva e crítica sobre uma realidade e as ordens de discurso (ver Capítulo 1) que se entrecruzam. No entanto, nem todos têm uma formação que propicie essa perspectiva reflexiva e crítica. Muitos, agora ainda mais excluídos do que antes, não têm nem acesso às tecnologias e os gêneros que dela emergem.

¹⁵⁷ Uma discussão mais ampla com relação à política (mas não restrita a esse campo) seria necessária, por exemplo, considerando de forma mais detalhada a influência do sistema econômico e o processo de globalização. Entre outros trabalhos que refletem sobre esse tema estão o de Fairclough (2006), Castells (2002) e Bauman (2000, p. 175). Este último fala de uma “economia política de incerteza”, que seria “o conjunto de ‘regras para pôr fim a todas as regras’ imposto pelos poderes financeiros, capitalista e comercial extraterritoriais sobre as autoridades políticas locais”.

¹⁵⁸ Em poucas palavras, uma leitura que seja questionadora.

Por essas razões, também, a escola precisa contemplar a gama de gêneros discursivos que circulam na sociedade e colaborar na formação de estudantes que sejam produtores e leitores críticos daquilo que ‘consumem’.

Sabemos que os/as professores/as de todas as áreas trabalham com linguagem (mesmo que seja simplesmente como usuários/as), portanto existe a necessidade de uma prática pedagógica crítica. Muitas transformações têm ocorrido na educação, mas um maior avanço é preciso e isso se torna cada vez mais evidente. Uma formação crítica dentro de uma visão social de coletividade e de fortalecimento deve ser contemplada em todas as esferas da educação, do estágio inicial até um pós-doutoramento e o mais importante: não se restringir ao ensino formal escolarizado. A mudança é possível e urgente.

Enfatizo, juntamente com Maria Christina Diniz Leal (2003) e outras pessoas preocupadas com a educação em nosso país, que essa mudança também precisa atingir a capacitação das/dos docentes e suas condições de trabalho (salários, carga-horária, quantidade de estudantes por turma).

Acompanho a crença nas possibilidades de mudança (em uma perspectiva positiva socialmente e que alcance os que mais precisam dela) por meio de pequenas ou grandes ações. Creio que ela pode se concretizar-se de acordo com o pensamento de Hannah Arendt (1987), que percebia a possibilidade da mudança a cada instante, cada ser trazendo algo inesperado, a cada nascimento. De forma mais efetiva, considero a constatação de Paulo Freire (2001[1996]) de que “*mudar é difícil, mas é possível*” e que “No mundo da História, da cultura, da política, *constato* não para me *adaptar*, mas para *mudar*” (grifos do original, p. 88 e 86 respectivamente); eis uma perspectiva que demanda de cada um de nós uma atuação prática – e crítica.

Referências

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987 [1958].

ARAÚJO, Júlio C.; BIASI-RODRIGUES, Bernardete (Org.). *Interação na Internet: novas formas de usar a linguagem*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 4. ed. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1979].

_____. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 7. ed. Trad. Michel Lahud e Yara F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 1995 [1929].

_____. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. Trad. Yara F. Vieira. São Paulo: Hucitec e Brasília: Universidade de Brasília, 1987 [1965].

BARTHES, Roland. *Elements of semiology*. New York: Hill and Wang. The Noonday Press, 1967.

BAUER, Martin W.; ARTS, Bas. A construção do *corpus*: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (orgs). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 4. ed. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2005 [2000]. p. 39-63.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as conseqüências humanas*. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999 [1998].

_____. *Em busca da política*. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000 [1999].

BAZERMAN, Charles. *Gêneros textuais, tipificação e interação*. Ângela P. Dionísio; Judith C. Hoffnagel. (Org.). Trad. e adapt. Judith C. Hoffnagel. São Paulo: Cortez, 2005.

BERGSON, Henri. *O riso*. Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2001 [1900].

BESSA, Décio. A construção da ideologia: uma análise de charge animada. In: VI CONGRESO LATINOAMERICANO DE ESTUDIOS DEL DISCURSO. 2005. Santiago do Chile. *Caderno de Resumos*. Santiago do Chile: Pontificia Universidad Católica de Chile, 2005. p. 42-43.

_____. A (auto)influência da mídia: uma análise da revista Veja e do site charges.com.br. In: SEMINÁRIO: PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS E DISCURSO: DEBATES TRANSDISCIPLINARES. 2006. Brasília. *Caderno de Resumos*. Brasília: UnB/CEAM/NELIS, 2006a. p. 8.

_____. Análise do significado acional em um texto virtual. In: IV ENCONTRO DE LETRAS DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA. 2006. Brasília. *Comunicação oral*. 2006b.

_____. Análise de Discurso político de uma charge. In: XXI ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL. 2006. São Paulo. *Caderno de Resumos eletrônico*. 2006c. Disponível em: <http://www.anpoll.org.br/encontro/exibe_resumo_caderno.php?CodResumo=786>. Acesso em: 01 set. 2006.

_____. Um novo gênero discursivo nas mudanças tecnológicas. In: XXVII ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE LETRAS – ENEL. 2006. Brasília. *Comunicação oral*. 2006d.

_____. Identidade na política: análise de um texto multimodal. In: III ENCONTRO NACIONAL DO GELCO. 2006. Brasília. *Caderno de Resumos eletrônico*. 2006e. Disponível em: <http://www.unb.br/gelco/resumos_III_GELCO.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2006.

_____. Charge eletrônica: um gênero de discurso emergente na Internet. In: XI SIMPÓSIO NACIONAL DE LETRAS E LINGÜÍSTICA / I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE LETRAS E LINGÜÍSTICA. 2006. Uberlândia. *Caderno de Resumos eletrônico*. 2006f. Disponível em: <<http://www.mel.ileel.ufu.br/silel2006/caderno/resumo/DecioBessa2.htm>>. Acesso em: 10 dez. 2006.

_____.; LIMA, Ronaldo. SFL contributions to CDA: a Discourse Analysis of texts from a weekly magazine and an electronic cartoon. In: 33rd INTERNATIONAL SYSTEMIC FUNCTIONAL CONGRESS – ISFC. 2006. São Paulo. *Caderno de Resumos*. São Paulo: Pontificia Universidad Católica – PUC, 2006. p. 86.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Trad. Marco A. Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986 [1984].

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Trad. Maria L. Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997 [1996].

BRANDÃO, Helena N. Texto, gêneros do discurso e ensino. In: BRANDÃO, Helena N. (Org.). *Gêneros do discurso na escola: mito, conto, cordel, discurso político, divulgação científica*. São Paulo: Cortez, 2000. p. 17-45.

CAMERON, Deborah *et al.* The relations between researcher and researched: ethics, advocacy and empowerment. In: GRADDOL, David *et al.* *Researching language and literacy in social context*. Clevedon: Open University, 1994. p. 18-25.

CARVALHO, Heloísa Helena L. M. *Entrevista com Heloísa Helena*. *Jornal Nacional*. Entrevista concedida a Fátima Bernardes e William Bonner. 2006. Disponível em: <<http://jornalnacional.globo.com/Jornalismo/JN/0,,AA1247088-3586-518095,00.html>>. Acesso em: 15 ago 2006.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. 3. ed. Trad. Roneide V. Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2002 [1997]. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v.2.).

_____. *A sociedade em rede*. 7. ed. Trad. Roneide V. Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2003 [1996]. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v.1.).

_____. *A galáxia Internet: reflexões sobre Internet, negócios e sociedade*. Trad. Rita Espanha. Coord. José M. P. de Oliveira e Gustavo L. Cardoso. Lisboa : Fund. Calouste Gulbenkian, 2004 [2001].

CHAMPAGNE, Patrick. *Faire l'opinion: le nouveau jeu politique*. Paris: Minuit, 1990.

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1999.

CONTRA O VENTO. *Contraovento.blogger*. Blog de generalidades. 2005. Disponível em: <http://www.contraovento.blogger.com.br/2005_09_18_archive.html>. Acesso em: 22 ago. 2006.

DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Trad. Sandra R. Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006 [2003]. p. 15-41.

EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. Trad. Luis C. Borges, SilvanaVieira. São Paulo: Boi Tempo, 1997 (1991).

FAIRCLOUGH, Norman. Critical and descriptive goals in discourse analysis. *Journal of pragmatics*, n.9, 1985. p. 739- 63.

_____. *Language and power*. Londres: Longman, 1989.

_____. *Discourse and social change*. Cambridge: Polity Press, 1992.

_____. *Media discourse*. Londres: Edward Arnold, 1995.

_____. *Discurso e mudança social*. Coord. trad. revisão e prefácio à ed. brasileira Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001 [1992].

_____. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. Londres: Routledge, 2003.

_____. *Language and Globalization*. Londres: Routledge, 2006.

FLICK, Uwe. Uma introdução à pesquisa qualitativa. Trad. Sandra R. Netz. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004 [2002].

FOUCAULT, Michel. *Power/knowledge*. New York: Harvester Wheatsheaf, 1980.

FOWLER, Roger. Sobre a lingüística crítica. *Linguagem em (Dis)curso*. Tubarão, v. 4, n.especial, 2004 [1996]. Disponível em: <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0403/09.htm#_ftnref1>. Acesso em: 10 maio 2005.

_____. *et al. Language and control*. Londres: Routledge, 1979.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 19. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001 [1996].

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In BAUER, Martin W.; GASKELL, George (orgs). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. 4. ed. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2005 [2000]. p. 64-89.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora Unesp, 1991 [1990].

_____. *Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical*. Trad. Alvaro Hattner. São Paulo: Editora Unesp, 1996 [1994].

_____. *Modernidade e identidade*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002 [1991].

GLOBO.COM. *Jornal Nacional*. Apresenta textos que foram exibidos no jornal televisivo. 2006. Disponível em: <<http://jornalnacional.globo.com/Jornalismo/JN/0,,AA1250978-3586,00.html>>. Acesso em: 02 out. 2006.

GOMES, Wilson. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.

GURGEL, Nair. *A charge numa perspectiva discursiva*. In: Primeira versão. Ano I, Fevereiro, Porto Velho: Editora Universidade Federal de Rondônia, 2003. Disponível em: <<http://www.primeiraversao.unir.br/artigo135.html>>. Acesso em: 05 jun. 2003.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Trad. Flávio B. Siebneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997 [1992].

_____. *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. Trad. George Sperber e Paulo A. Soethe. São Paulo: Edições Loyola, 2002 [1996].

HALL, Stuart. *Identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz T. Silva e Guacira L. Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 1997 [1996].

_____. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T.T. (Org.) *Identidade e diferença: perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

HALLIDAY, Michael A. K. *An introduction to functional grammar*. Londres: British Library Cataloguing in Publication Data, 1985.

_____. *An introduction to functional grammar*. 2. ed. Londres, Melbourne, Auckland: Edward Arnold, 1994 [1985].

_____.; MATTHIESSEN, Christian M. I. M. *An introduction to functional grammar*. 3. ed. Londres: Edward Arnold, 2004 [1985].

HEMAIS, Barbara; BIASI-RODRIGUES, Bernardete. A proposta sócio-retórica de John M. Swales para o estudo de gêneros textuais. In: MEURER, José Luiz; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée. (Org.) *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, 2005. p. 108-129.

HODGE, Robert; KRESS, Gunther. *Social semiotics*. Cambridge: Polity Press, 1988.

INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa 1.0*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001. CD-ROM.

KINCHELOE, Joe; MCLAREN, Peter. Repensando a teoria crítica e a pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Trad. Sandra R. Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006 [2003]. p. 281-313.

KRESS, Gunther; VAN LEEUWEN, Theo. *Reading images: the grammar of visual design*. Londres: Routledge, 1996.

_____. *Multimodal discourse: the modes and media of contemporary communication*. Londres: Arnold, 2001.

KRISTEVA, Julia. Word, dialogue and novel. In: MOI, Toril. (Org.) *The Kristeva reader*. Oxford: Basil Blackwell, 1986. p. 34-61.

KUCINSKI, Bernardo. *A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

LEAL, Maria Christina D. Identidade, reflexividade e resistência. *CROP*, n. 9, São Paulo, 2003. p. 249-278.

LEITE DE PATO. *Leitedepato*. Blog de generalidades. 2005. Disponível em: <www.leitedepato.com.br/arquivos/2005_06.html>. Acesso em: 10 nov. 2006.

LIMA, Ronaldo; BESSA, Décio. Analysing Discourses and Styles in texts of a weekly magazine and of an electronic cartoon: the presence of SFL in the CDA. In: 33rd INTERNATIONAL SYSTEMIC FUNCTIONAL CONGRESS – ISFC. 2006. São Paulo. *Caderno de Resumos*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica – PUC, 2006. p. 129.

MAGALHÃES, Amarildo P. *Sentido, história e memória em charges eletrônicas sobre o governo lula: os domínios do interdiscurso*. 2006. 247 p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Curso de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp000430.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2006.

MAGALHÃES, Izabel. Por uma abordagem crítica e explanatória do discurso. In: *D.E.L.T.A.*, n. 2 (2), São Paulo, 1986. p. 181-205.

_____. *Eu e tu: a constituição do sujeito no discurso médico*. Brasília: Thesaurus, 2000.

_____. Análisis crítico del discurso e ideología de género en la Constitución brasileña. In: BERARDI, Leda (Org.) *Análisis crítico del discurso: perspectivas latinoamericanas*. Santiago: Frasis Editores, 2003. p. 17-50.

_____. Teoria crítica do discurso e texto. *Linguagem em (Dis)curso*. Tubarão, v.4, n.especial. 2004. Disponível em: <<http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0403/05.htm>>. Acesso em: 10 maio 2005.

_____. Introdução: a Análise de Discurso Crítica. *D.E.L.T.A.* São Paulo, n. 21/Especial, 2005. p. 1-9.

_____. Discurso, ética e identidades de gênero. In: MAGALHÃES, Izabel, CORACINI, Maria J., GRIGOLETTO, Marisa (Org.). *Práticas identitárias: língua e discurso*. São Paulo: Claraluz, 2006. p. 71-96.

MARCUSCHI, Luiz A. Discurso, cognição e gramática nos processos de textualização. In: SILVA, Denize E. G. da (Org.). *Nas instâncias do discurso: uma permeabilidade de fronteiras*. Brasília: Editora da UnB, 2005a. p. 21-35.

_____. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In: MARCUSCHI, Luiz A.; XAVIER, Antônio C. (Org.) *Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção do sentido*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005b. p. 13-67.

_____.; XAVIER, Antônio C. (Org.) *Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção do sentido*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

MARTINS, André Ricardo N. Grupos excluídos no discurso da mídia: uma análise de discurso crítica. *D.E.L.T.A.* São Paulo, n. 21/Especial, 2005. p. 129-147.

MASON, Jennifer. *Qualitative researching*. Londres: Sage, 1996.

MEURER, José Luiz ; BONINI, Adair ; MOTTA-ROTH, Désirée. (Org.) *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, 2005.

MEYER, Michael. Between theory, method, and politics: positioning of the approaches of CDA. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michael. (Org.) *Methods of critical discourse analysis*. Londres, Thousand Oaks, Nova Délhi: Sage Publications, 2001, p. 14-31.

MEYROWITZ, Joshua. *No sense of place: the impact of electronic media on social behavior*. Oxford: Oxford University Press, 1986.

MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Trad. Arthur Chaudon. Brasília: Editora UnB, 1982 [1912].

MIGUEL, Luis Felipe. A democracia domesticada: bases antidemocráticas do pensamento democrático contemporâneo. *Dados*. Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, 2002a. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582002000300006&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 15 jun. 2006.

_____. Os meios de comunicação e a prática política. *Lua Nova*. São Paulo, n. 55-56, 2002b. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452002000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 jan. 2006.

_____. Apresentação. *Rev. Sociol. Polit.* Curitiba, n. 22, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782004000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 dez. 2005.

MINOIS, Georges. *História do riso e do escárnio*. Trad. Maria E. O. Ortiz. São Paulo: UNESP, 2003 [2000].

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. *Identidades fragmentadas*. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

MOSCA, Gaetano. *The Ruling Class*. New York: McGraw-Hill, 1939 [1896].

NETO, Epaminondas. Alckmin come chuchu em inauguração de restaurante de R\$ 1. *Folha Online*. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u76035.shtml>>. Acesso em: 25 out. 2006.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. *Caderno da Cidadania*. Apresenta textos que discutem o desempenho da mídia brasileira. 2006. Disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/cadernos/cid270620011.htm>>. Acesso em: 25 dez. 2006.

PARETO, Vilfredo. *The Mind and Society: a treatise on general sociology*. New York: Harcourt, Brace. 1935 [1916]. (v. 1, 2, 3 e 4.)

QUIRINO, Maurício Ricardo. Classes sociais e o voto. *Charges.com.br*. 2006a. Disponível em: <<http://www.charges.com.br>>. Acesso em: 22 ago. 2006.

_____. Deputado no YouTube (2). *Charges.com.br*. 2006b. Disponível em: <<http://www.charges.com.br>>. Acesso em: 29 ago. 2006.

_____. Não dá liga. *Charges.com.br*. 2006c. Disponível em: <<http://www.charges.com.br>>. Acesso em: 06 set. 2006.

_____. No horário eleitoral... *Charges.com.br*. 2006d. Disponível em: <<http://www.charges.com.br>>. Acesso em: 21 set. 2006.

_____. Bois don't cry. *Charges.com.br*. 2006e. Disponível em: <<http://www.charges.com.br>>. Acesso em: 27 set. 2006.

RABAÇA, Carlos A.; BARBOSA, Gustavo G. *Dicionário de comunicação*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1998.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Editorial. *Cadernos de linguagem e sociedade*. Brasília, v.5, 2001. p. 5-8.

RESENDE, Viviane de M.; RAMALHO, Viviane. *Análise de discurso crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

ROSE, Diana. Análise de imagens em movimento. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 4. ed. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2005 [2000]. p. 343-364.

SAVARESE, Maurício. Perfil: determinado, Alckmin renova fôlego com ida ao 2o turno. *Último segundo*. 2006. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/materias/eleicoes/2006/2541501-2542000/2541869/2541869_1.xml>. Acesso em: 20 nov. 2006.

SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1984 [1942].

STUBBS, Michael. *Discourse analysis: the sociolinguistic analysis of natural language*. Oxford: Basil Blackwell, 1983.

SWALES, John. *Genre analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

THOMAS, Jim. *Doing critical ethnography*. Newbury Park, California: Sage Publications, 1993.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Trad. Grupo de Estudos sobre Ideologia, Comunicação e Representações Sociais da Pós-graduação do Instituto de Psicologia da PUCRS. Petrópolis: Vozes, 1995 [1990].

_____. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. 4. ed. Trad. Wagner de O. Brandão. Rev. Leonardo Avritzer. Petrópolis: Vozes, 2002 [1995].

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL. *Notícias*. Apresenta notícias do TRE/MS e o Tribunal Superior Eleitoral. 2006. Disponível em: <<http://www.tre-ms.gov.br/noticias/noticia1010.html>>. Acesso em: 01 nov. 2006.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Centro de divulgação da justiça eleitoral*. Apresenta notícias relacionadas à justiça eleitoral. 2006. Disponível em: <<http://agencia.tse.gov.br/>>. Acesso em: 25 nov. 2006.

VAN LEEUWEN, Theo. A representação dos atores sociais. In: PEDRO, Emília R. *Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Caminho, 1997. p. 169-122.

VAN DIJK, Teun A. (Org.). *Handbook of discourse analysis*. Londres: Academic Press, 1985.

_____. *Discourse studies: a multidisciplinary introduction* (v.1: Discourse as structure and process; v.2 Discourse as social interaction). Londres: Sage, 1997.

_____. Multidisciplinary CDA: a plea for diversity. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michael. (Org.). *Methods of critical discourse analysis*. Londres, Thousand Oaks, Nova Délhi: Sage Publications, 2001. p. 95-120.

_____. Prólogo. In: BERARDI, Leda (Org.). *Análisis crítico del discurso: perspectivas latinoamericanas*. Santiago: Frasis Editores, 2003. p. 9-12.

_____.; KINTSCH, Walter. *Strategies of discourse comprehension*. New York: Academic Press, 1983.

VIAN JR., Orlando. Sobre o conceito de gêneros do discurso: diálogos entre Bakhtin e a Linguística Sistêmico-funcional. In: BRAIT, Beth (Org.). *Estudos enunciativos no Brasil: histórias e perspectivas*. Campinas: Pontes, 2001.

WODAK, Ruth. The discourse-historical approach. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michael. (Org.). *Methods of critical discourse analysis*. Londres, Thousand Oaks, Nova Délhi: Sage Publications, 2001. p. 63-94.

_____. Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. *Linguagem em (Dis)curso*. Tubarão, v. 4, n.especial, 2004 [2001]. Disponível em: <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0403/10.htm#_ftn1>. Acesso em: 10 maio 2005.

_____.; MEYER, Michael. (Org.). *Methods of critical discourse analysis*. Londres, Thousand Oaks, Nova Délhi: Sage Publications, 2001.

ŽIŽEC, Slavoj. Introdução: O espectro da ideologia. In: ŽIŽEC, Slavoj. (Org.) *O mapa da ideologia*. Trad. Vera Ribeiro. Rev. Trad. César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996 [1994]. p. 7-38.

Apêndice

Apêndice A – Roteiro para as entrevistas

- 01) O que chamou a sua atenção nessa charge?
- 02) O que você teria mais a dizer sobre essa charge?
- 03) Qual sua opinião sobre essa charge? (E a questão política envolvida? – caso não tenha comentado)
- 04) O que você pensa sobre a posição do personagem Lula na charge?
- 05) O que você pensa sobre a posição do personagem Alckmin na charge?
- 06) O que você pensa sobre a posição dos personagens eleitores na charge?
- 07) Você achou algo engraçado? O que? Por quê?
- 08) Qual sua opinião sobre os políticos no Brasil?
- 09) Qual sua opinião sobre os candidatos à presidência?
- 10) Ao ver essa charge, que tipo de reação você teve?

Anexos

Anexo A – Charge eletrônica: “Classes sociais e o voto”





O PQP É UM PARTIDO QUE VIEU PARA SOMAR...

ELE VAI SE APROXIMAR DE QUALQUER QUE SEJA O PRESIDENTE...

PORQUE O NOSSO NEGÓCIO É ENCHER OS BOLSOS...

DOS TRABALHADORES E APOSENTADOS COM PENSÕES E SALÁRIOS DIGNOS

MAS TENHO, CLARA, MINHA OPINIÃO FORMADA SOBRE TODOS OS CANDIDATOS:

LULA, POR EXEMPLO...VAGABUNDO, CEGO IGNORANTE...

É TODO AQUELE QUE ESTÁ CALUNIANDO POR PURO PRECONCEITO...

ELE QUE É A MAIOR LIDERANÇA POPULARES QUE ESSE PAÍS JÁ VIU!

GERALDO ALKIMIN... Branco Nulo - 6969

CHUCHU, BANANA... Branco Nulo - 6969

O ARROZ, A CARNE, REFRIGERANTE

TUDO ISSO A UM REAL NOS BANDEIÕES QUE ELE IMPLANTOU EM SÃO PAULO.

É UM HOMEM COMPETENTE... Branco Nulo - 6969

HELOÍSA HELENA... Branco Nulo - 6969

AINDA ESTÁ PREGANDO O SOCIALISMO UMA CABAÇA DO SÉCULO XIX...

THOMAS EDSON, DISSE UMA VEZ:

"NOSSA MAIOR FRAQUEZA É DESISTIR!"

E A HELOÍSA HELENA, É UM EXEMPLO DE PERSEVERANÇA.



Anexo C – Charge eletrônica: “Não dá liga”







Anexo D – Charge eletrônica: “No horário eleitoral...”







Anexo E – Charge eletrônica: “Bois don’t cry”



